

BCME.DOAÇÃO

O MITO DA PREDOMINÂNCIA DAS RELAÇÕES
CAPITALISTAS NO SETOR AGRÍCOLA: UMA ANÁLISE
A PARTIR DO ESTADO DO CEARÁ.

T338.188131
M491m
T

N.Cham. 1338.188131 M491m T
Autor: Mendes, Leilane Rea
Título: O Mito da predominancia das



00891690 Ac. 27712
UFCE - BCME

LEILANE RIEDMILLER MENDES

BCME - BIBLIOTECA

BCME.DOAÇÃO

~~UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ~~
~~INSTITUTO DE ECONOMIA~~
~~1992~~

O MITO DA PREDOMINÂNCIA DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS NO SETOR
AGRÍCOLA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ESTADO DO CEARÁ.

LEILANE RIEDMILLER MENDES

BCME - BIBLIOTECA

Dissertação submetida à coordenação do curso de
Mestrado em Economia - CAEN - como requisito
parcial para obtenção do grau de Mestre.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Fortaleza - 1992

Esta Dissertação foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Economia, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida universidade.


A citação de qualquer trecho desta tese é permitida, desde que seja feita em conformidade com as normas da ética científica.

Leilane Riedmiller Mendes:


Leilane Riedmiller Mendes

Dissertação aprovada em

22, 05, 92


Prof. Jair do Amaral Filho, Dr.
Orientador da Dissertação


Prof. José de J. Lemos de Souza, Dr.


Prof. César Barreira, Dr.

BCME-BIBLIOTECA

1912 - 1913

obrigado
interesse
trabalho

Ao meu avô, Robert Riedmiller (in
memoriam), pelo incentivo intelectual.

Barr.
Sousa

À Ida Piacesi Riedmiller, minha avó (in
memoriam).

notas
trabalho

Para os meus pais.

Professores
Agradecimentos
professores
dos meus

Ao
interesse

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Jair do Amaral Filho, muito obrigada pela excelente orientação e também pela paciência, interesse e apoio a mim dispensados durante a elaboração deste trabalho.

Agradeço aos membros da banca examinadora, Professor César Barreira e, principalmente, Professor José de Jesus Lemos de Souza, a atenção e as valiosas contribuições a esta dissertação.

À TECNODATA, nas pessoas do Professor Figueiredo e, notadamente, do Paulo, pela atenção e gentileza durante o trabalho de digitação.

Às Professoras Liana Carleial e Linda Gondim e aos Professores Dantas da Silveira, Ivan Castelar, Aécio de Oliveira, Agamenon de Almeida, Assuero Ferreira e Jawdat Abu-El-Haj - professores que foram importantes em minha formação acadêmica e com quem muito aprendi.

Ao Sr. Regadas da EMATER-CE, pelo acesso a importantes informações desta instituição.

Agradeço sinceramente a Estrela, Cleber, Carmem, Edna, Leci, Silvio, Líria, Regemilda, Júlio César, Rosângela, Goreti e Sr. Antônio, amigos e funcionários do CAEN, pela forma atenciosa com que sempre me atenderam.

Em especial desejo agradecer ao querido amigo Mano (in memoriam) seu incentivo, atenção e delicadeza.

À Valéria, Pedro Paulo, Carlos Alberto e Silvânia, amigos de curso, pelo incentivo.

À Irmã Santos, D^ã Helena, D^ã Meire, D^ã Maria Lina, Luzia, tia Lídia, Irismar (in memoriam), Bel e meu irmão Robert, pela torcida.

SUMÁRIO

pag.

PLANO GERAL DE TRABALHO	01
CAPÍTULO 1 - SOBRE A MULTIPLICIDADE CONCEITUAL	
1.1 Colocação do problema	07
1.2 "Usos" das categorias relativas ao setor rural	10
CAPÍTULO 2 - "TRATAMENTO" DO ESTADO	
2.1 Uma rápida discussão acerca da noção de Estado	20
2.2 Observações sobre a inserção do Ceará no espaço nacional	27
2.3 Conexão entre o Estado, as classes sociais e as políticas regionais para o setor rural	33
2.4 Atuação do Estado no Nordeste: breve retrospecto "incursões" mais recentes	38
2.4.1 Consequências dos programas de desenvolvimento regional: uma consideração	52
CAPÍTULO 3 - "REALIDADES" DO SETOR RURAL EM APREÇO: EXAME DE ALGUNS PRINCÍPIOS BÁSICOS QUE AS "DETERMINAM"...	
3.1 Apresentação	71
3.2 Diversidades "características" do campo.....	73
CAPÍTULO 4 - ASPECTOS DA ESTRUTURA AGRÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ	
4.1 Modalidades de ocupação do setor rural - traços gerais .	93
4.2 Estrutura fundiária cearense - breve caracterização	96
4.3 Dados da forma de "ocupação" da mão-de-obra	100
4.4 O "problema" da metodologia	127
4.5 Exemplos de "situações" concretas	135
4.6 Números da atividade agrícola	143

NOTAS CONCLUSIVAS

Reflexões finais : tendências recentes (algumas possibilidades) 166

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA..... 178

rural

agropecuária

teórico

análise

acerto

quando

por

Derivado

à prática

partir

definição

uma

empírico

apriori

face

rurais.

BCME-BIBLIOTECA

BCME-BIBLIOTECA

RESUMO

BCME - BIBLIOTECA

O objetivo desta dissertação é discutir as transformações recentes que se vem processando na estrutura produtiva da área rural do estado do Ceará, concernentes às atividades agropecuárias e as relações de trabalho a elas relacionadas.

Questiona-se, basicamente, - mediante um estudo empírico e teórico - a validade de se poder generalizar - a exemplo das análises que predominam sobre o assunto - a noção acriticamente aceita de se ter o avanço das relações capitalistas no campo, quando ainda não confirmado, como fator incontestante a longo prazo, por mais longo que este prazo possa parecer ...

Deriva-se de tal forma essa teoria, no intuito de adequá-la à prática, que a caracterização de uma dada realidade é feita a partir de categorias, no mínimo, incorretamente definidas, ou definidas de forma tão imprecisa que permitem o açambarcamento de uma gama tal de categorias rurais, que o exame dos dados empíricos torna-se mero exercício de ilustração de algo aprioristicamente provado. Ou seja, dependendo do ajuste que se faça entre as categorias teóricas e as concretas de produtores rurais, ter-se-ia, por exemplo, o Ceará com um setor agrícola

modernizado - expressão da prevalência de trabalhadores assalariados -, ou, ao contrário, ainda delineado por relações de produção atrasadas, mas em estágio de dissolução em direção à formas superiores de ocupação da mão-de-obra - apesar de que estas formas atrasadas apresentem-se permanentemente em processo de extinção ou recriação ...

Os resultados deste estudo indicam que esse tipo de análise não se compatibiliza com a realidade presente na área rural do estado. E mesmo enfoques diferenciados, como o que admite a prevalência de uma categoria ocupacional específica à região, não podem, tampouco, ser considerados plenamente válidos, por embutirem o mesmo vício dos estudos anteriormente citados, quais sejam, distribuírem-se em categorias (teóricas) rurais incompatíveis com as efetivamente predominantes na região.

Com o intuito de verificar a validade das categorias de ocupação utilizadas neste estudo, foi realizado um levantamento de dados em uma amostra de trabalhadores rurais, com o objetivo de identificar as categorias de ocupação realmente predominantes na região. Os resultados deste levantamento são apresentados no capítulo seguinte.

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to analyse recent changes that have been taking place in the productive structure and labour relations of the rural sector in the state of Ceará (NE of Brazil).

The study challenges - empirically and theoretically - the generalization of a comprehensive advance of capitalist relations in the rural sector. The advance is doubtful even in the long-run. That generalization rests on either incorrect or imprecisely defined categories, in a way that its conclusions are so broad, that analysis of the data becomes mere illustration of something already proven *a priori*.

Contrastly, the results of this study indicate that a linear change in labour relations in the state are far from being completed. Furthermore, deny the prevalence of any occupational category in the rural sector of the region.

PLANO GERAL DO TRABALHO

O presente trabalho visa fundamentalmente estudar as transformações recentes - permeadas pelo Estado - na estrutura produtiva do setor rural cearense, tanto no que concerne às atividades agropecuárias, quanto às relações de trabalho a elas inerentes.

BCME-BIBLIOTECA

Dado estarem estas modificações ainda em curso e por isso não se ter sobre elas um maior controle, as possibilidades especulativas são bastante amplas e plausíveis, amenizando o risco de se incorrer no erro de utilizar a especulação como argumento para negar outra tese. Entretanto, os trabalhos aqui discutidos¹ - e contestados - baseiam-se em um conjunto de hipóteses cuja verificação empírica - pelo menos até o momento - parece ou não confirmar diretamente ou resultar de um tratamento inadequado dos dados disponíveis.

Em outras palavras, a forma como os dados e, conseqüentemente, as categorias teóricas deles "derivadas" ou a elas adequadas, são manipulados - nos dois sentidos - permite

1. A serem especificados posteriormente.

que a realidade seja apresentada conforme os autores a entendam².

Por outro lado, segue-se aqui a linha de raciocínio que considera todas as alterações processadas sobre o espaço que se tem por objeto de estudo, qual seja, o meio rural do Ceará³, como influenciadas, em maior ou menor escala, pelo Estado - o que, aliás, é ponto passivo, pois, de uma forma geral, as análises sobre o setor tendem a explicar as transformações que se vêm observando como permeadas ou induzidas pelo Estado.

Por se ter a participação do Estado como inegável, o elemento questionável seria a possível direção dessas mudanças. Ou seja, se seria verdadeira ou falsa a afirmação - constante de diversos estudos sobre o setor - de ter a relação entre o Estado e a dinâmica fundiária conduzido efetivamente a um movimento de "capitalização" - expresso em uma elevação da categoria de assalariados "puros" -, ou ser este processo inexorável. O avanço do capital no campo seria assim uma das atribuições do Estado, fim último de suas políticas agrícolas e agrárias.

O ponto de discordância estaria, então, no sentido imputado às alterações conduzidas pelo Estado, qual seja, o da propensão de tais estudos em privilegiar a idéia de que a atuação do

2. Uma realidade objeto de estudo.

3. Menções futuras ao espaço objeto de estudo referir-se-ão sempre ao setor rural cearense.

Estado, associada à tendência normal do sistema resultaria, automaticamente, em um avanço, no setor rural, da forma típica do sistema capitalista, qual seja, o assalariamento.

Dessa forma, a discussão centra-se sobre o modo como este avanço capitalista (no campo) é caracterizado; ou seja, sobre a maneira como as categorias que o especificam ou determinam são "definidas" - a priori - para que se tenha esta disseminação como certa - ou válida.

Naturalmente, sendo uma discussão que envolve elementos de ordem político-ideológica, que importam em juízo de valor e influenciam as análises desenvolvidas - pela própria preferência teórica a elas associada -, seria ingênuo supor que a escolha de determinada tipificação pudesse ter sido regida por uma neutralidade absoluta - o que negaria a própria noção de escolha.

Embora não seja possível ao pesquisador fazer uma análise imparcial - pelo fato elementar de que a discordância de um determinado posicionamento teórico implica necessariamente na adoção de um outro -, pensa-se que a postura ideológica não deveria atingir a extremos tais que ultrapassasse os limites entre a verificação efetiva e a simples manipulação. Isto é, a comprovação de uma tese deveria resultar de (ou do que se supõe que seja) um procedimento metodológico correto, e não de manipulações de dados, levadas a efeito no afã de determinados

autores em "dogmatizar" as teorias que mais lhes convêm. Autores estes que parecem esquecer a necessidade de sujeitar-se continuamente uma teoria a mudanças, conforme fatos novos assim o indiquem⁴.

Dentro dessa perspectiva, estruturou-se o trabalho em 5 capítulos, além do plano geral. No primeiro, que de certo modo envolve o procedimento metodológico, são levantados alguns pontos que permitem o questionamento da "diversidade do real"; no 2º capítulo discute-se, juntamente ao tratamento que será dado ao Estado, as políticas e programas de governo para o setor, mas de forma não aprofundada, em função de haver uma vasta bibliografia sobre o tema⁵, e principalmente por dirigir-se o interesse aos "resultados" destas políticas, resultados estes que, informando sobre o "sentido" da atuação do Estado, servirão de suporte às hipóteses aqui levantadas.

No capítulo seguinte (terceiro), se fará uma contraposição crítica de determinados autores que percebem o avanço do capitalismo a partir ou de uma "salarização generalizada" do setor rural, ou, quando da não-predominância dessa categoria, da "convivência" de formas "atrasadas/desenvolvidas" - neste

4.Reiterando, tenta-se mostrar, partindo desse ponto de vista, como o não reconhecimento de sujeitar-se qualquer tese, especialmente as que envolvem processos sociais, à verificação empírica, pode resultar em interpretações deturpadas de uma dada realidade, em função do modo como esta é apreendida. Leia-se deturpação deliberada.

5.Ver, por exemplo, Sampaio et al., (1979).

sentido, o capital "re/criaria" formas "atrasadas" de relações de produção no processo de sua valoração. O questionamento centrar-se-á, sobremaneira, em como as categorias são trabalhadas, o que, muitas vezes mediante uso abusivo da sinonímia, pode resultar, conforme os autores compreendam uma dada realidade, em uma análise carregada de viéses e mesmo em manipulação de dados.

No quarto capítulo, apresentam-se algumas críticas, baseadas em dados coletados do IBGE, sobre as formas de organização da produção e as relações de produção a elas inerentes, bem como sobre as diversas maneiras de sua compreensão, mediante as informações disponíveis. Embora a discussão concentre-se precipuamente sobre a fase mais recente, os dados compilados retrocedem a 1960, por ser este um período de início de "mudanças" na área rural. Este item, além de fornecer subsídios ao referencial teórico apresentado, permite evidenciar as tendências de desenvolvimento aqui sustentadas e que também baseiam-se em dados próprios - tópicos que compõem a última parte onde são apresentadas considerações finais sobre o assunto tratado.

1.1 - COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

Considere-se a seguinte afirmação:

"Como o capitalismo não se desenvolve de uma maneira homogênea em toda a extensão do território nacional, é evidente que o Estado capitalista deve agir de forma diferenciada em cada região. Assim, mesmo que globalmente as relações mercantis sejam suficientemente disseminadas para que o Estado seja definido como capitalista moderno, isso não se verifica uniformemente em todas as regiões. E o Estado, nesse caso, torna-se o instrumento dessa uniformização. Sua natureza capitalista moderna é, portanto, a causa e não a consequência da generalização das relações mercantis, quando [se] considera, especificamente, as regiões mais atrasadas" (BURSZTYN, 1985, p.163).

Prosseguindo, o autor afirma implicar a tendência ao assalariamento em aceleração do êxodo rural, fato que, se por um lado reduz o exército de trabalhadores cativos dos grandes estabelecimentos, por outro lado, diminui os custos variáveis dos proprietários nos períodos de estiagens e crises. Custos estes arcados pelo Estado em obras emergenciais. Mais: as exigências de modernização (disseminação uniforme de relações mercantis), em nível nacional, impõem ao Estado o papel de "produtor de capitalistas"⁶.

Segundo Bursztyn, não apenas os assalariados se sobrepõem aos parceiros, moradores, arrendatários, como "uma parcela dos velhos latifundiários tornam-se capitalistas modernos e uma

6.P.163-164, grifo do autor.

'pequena burguesia' rural ... começa a aparecer como um produto direto dos programas de desenvolvimento regional" (p.164-165). Tal classe média rural, criada e mantida pelo Estado, subsiste sem que as antigas classes proprietárias sejam de todo "removidas". Pelo contrário, as necessidades do Estado em assegurar a acumulação e legitimação, conciliam "grupos arcaicos (latifundiários e notáveis locais) ... [e] grupos modernos: burguesia rural (grandes proprietários "modernizados") e pequena burguesia rural (colonos/farmers, proprietários de "pequenos negócios" beneficiados pelos programas especiais de desenvolvimento e os funcionários do Estado)" (idem, p.165-167).

Nesse contexto, as "modificações" em curso na área rural, permeadas pelo Estado, confirmariam os seguintes aspectos⁷:

- (i) - esvaziamento do campo;
- (ii) - aumento da vulnerabilidade do trabalhador rural (aplicação do Estatuto da Terra e do Trabalhador Rural);
- (iii) - concentração da estrutura agrária, pari passu a um processo de minifundização; e
- (iv) - "modificações" de atividades agrícolas (produtos) dos pontos de vista da técnica e das relações sociais.

Alguns fatos apontados para confirmar essas tendências seriam, por exemplo:

7. Capítulos seguintes.

a) a ação dos proprietários rurais que, mediante atuação do sindicato patronal (APRUCE), asseguram-se juridicamente tanto de uma "possível" reforma agrária, quanto da não obrigação do pagamento de "indenizações" pleiteadas por trabalhadores "vinculados" à terra;

b) a desarticulação do complexo agro-industrial do algodão tido como sustentáculo, aliado à pecuária e à produção de subsistência, da economia rural do estado, e avanço generalizado da pecuarização para todos os estratos de área, com possibilidades concretas de substituição do algodão por outras culturas comerciais; e

c) este ponto - mais especulativo - refere-se à necessidade de elaboração de um programa, pelo governo do estado⁸, para fomentar a produção algodoeira (arbórea e herbácea), como meio tanto de fixar o trabalhador na área rural, como garantir níveis mínimos de subsistência - o que poderia suscitar a reedição de relações de produção contrárias às presentes no "discurso" político ora em vigência, pelas próprias exigências de cultivo do algodão arbóreo.

A simples listagem dos itens acima remeteria, além da permanência (possível) de relações de produção "atrasadas", em

8. Ainda não implantado. Não foi possível obter com os técnicos da ENATERCE (órgão fornecedor do documento), as seguintes informações: a) o porquê da não implantação do programa, já que este deveria iniciar em janeiro de 1992; e b) se haveria previsão de um novo prazo (aliás, os técnicos consultados, além de evitar tocarem no assunto, divergiam quanto à ênfase do programa, ou seja, enquanto alguns alegavam - apesar de não explícito no programa - ser prioridade o incentivo à produção do algodão herbáceo, outros afirmavam ser o interesse dirigido principalmente ao cultivo do arbóreo.

convivência com relações mais "avançadas", ao questionamento de ter o Estado cumprido a função de "gerar" estabelecimentos passíveis de serem enquadrados como efetivamente capitalistas - asserção que suscita a definição de empreendimento rural capitalista ou "moderno".

1.2 - "USOS" POSSÍVEIS DAS CATEGORIAS RELATIVAS AO

SETOR RURAL

Dentro dos limites deste estudo não caberia uma discussão teórica do Estado, tampouco a apresentação do desenvolvimento do modo de produção capitalista, por que a literatura a respeito do assunto é bastante ampla e disponível⁹.

Assim, dentro do objetivo proposto, privilegia-se as formas específicas que o capitalismo assume ou vem assumindo no espaço em questão - ou seja, o setor rural cearense -, afastando-se, tanto quanto possível, das generalizações decorrentes da aplicação direta do "caso geral", a partir do uso de categorias pré-concebidas, tomadas como "imutáveis", uma vez que as "alterações" processadas constituir-se-iam em meras "mudanças"

⁹Para uma rápida visão da conformação deste modo de produção ver, por exemplo, LEITE, 1988; CARLEIAL, 1986; etc.

de "forma" ou "natureza"/"conteúdo". Por esse raciocínio, ou as relações atrasadas persistiriam, ainda que "descaracterizadas" em seu sentido, isto é, permaneceriam as mesmas "conceituações", ainda que com distintos conteúdos, ou estaria havendo um "mascaramento" dessas relações, no sentido de formas capitalistas, ou seja, uma espécie de "assalariamento disfarçado". O ponto comum seria a persistência de ambas as formas (atrasadas/modernas), apesar de serem apresentadas, quase sempre, evidências de uma tendência ao desaparecimento das primeiras (as quais, contudo, insistem em persistir...), que ora constituir-se-iam em obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas, ora as complementariam por serem de utilização mais vantajosa...

Nessa perspectiva, intenta-se, então, compreender como a produção em moldes capitalistas vem "avancando", por "indução" do Estado, sobre o campo do espaço objeto de estudo, sob o pressuposto de que mesmo a consideração deste avanço restrito unicamente a mudanças de técnicas - que além de se caracterizarem por um baixo nível de desenvolvimento, não vêm se processando de forma tão acentuada e generalizada - produz implicações sobre as relações de produção.

O uso de técnicas modernas - associado ao caráter capitalista de produção - face aos custos envolvidos, requer um

retorno compatível que exige aumentos de produtividade também do fator trabalho, traduzível em reorganização das formas de produzir. A derivação imediata é a de que não são compatíveis tecnologias sofisticadas com relações de produção "atrasadas"¹⁰. Se determinadas formas a estas vinculadas, são utilizadas em determinadas atividades, em períodos específicos, decorre de ser sua utilização mais vantajosa ao capital, relativamente às demais, não podendo, portanto, serem classificadas automaticamente como tradicionais. Isso significa fazer-se imprescindível a contextualização, sob pena de se considerar genericamente todas as categorias sociais no "plano do capital versus trabalho"¹¹, ignorando as qualidades que as distinguem, e, neste caso, ter-se-ia como fato consumado a unificação das relações capitalistas no setor. Ou, ao contrário, mesmo quando da observação de seus traços diferenciados que as enquadrariam como tradicionais, estas apresentam-se como formas passageiras, pois que recriadas gradativamente pelo capital, até o ponto em que este atinja sua plenitude, ou seja, quando da generalização das relações capitalistas no setor agrícola.

10. Poder-se-ia pensar também que o oposto decorre de maneira lógica: se as técnicas são rudimentares ou seu uso incipiente, um modo de se obter ganhos de produtividade é através da intensificação do uso da força de trabalho, que neste caso é melhor conseguida com formas não tipicamente capitalistas de produção. A razão imediata e mais facilmente perceptível é a disponibilidade (tempo) do trabalhador à atividade, que o assalariamento puro não permite (por serem previamente "fixadas" as horas de trabalho, por exemplo).

11. Amaral Filho, 1983, p.2, grifos do autor.

Interessante observar - *en passant* - que esta teoria parece não se manter nem nos países capitalistas mais avançados, onde a "produção agrícola ... é conduzida por estabelecimentos baseados no trabalho familiar" (NAKANO, 1981, p.3).

A não-generalização das formas "modernas", concomitantemente à perpetuação das "tradicionais", sugere que "é preciso desenvolver novos conceitos adequados à realidade. Consequentemente, a discussão teórica tem que focalizar a unidade mínima de organização do processo de trabalho, a unidade de produção, tanto a sua estrutura interna como as articulações com o circuito de reprodução do capital dominante ao nível da formação social. O debate teórico deve ser orientado no sentido de desenvolver as diversas noções imprecisas e descritivas, tais como: camponeses, pequeno produtor, produtor familiar, pequeno produtor mercantil, etc. [*]¹², em conceitos teóricos especificando as suas condições históricas" (NAKANO, 1981, p.6).

Naturalmente que não se tem a pretensão de desenvolver noções teóricas precisas das categorias sociais presentes no setor rural do estado - lembre-se que estas referindo-se a contextos diferentes, têm de ser especificadas ("redefinidas") de modo a ajustarem-se à realidade em pauta -, mesmo porque tal projeto implicaria na utilização de critérios de análise mais

[*]12. Outros poderiam ser incluídos, tais como o pequeno arrendatário, foreiro, posseiro, parceiro e o pequeno proprietário (Amaral Filho, 1983, p.5).

complexos, mas tentar mostrar que a "dubiedade" com que são abordadas, permite (ou requer) que se coloque o estudo desta questão dentro da "perspectiva ...[da necessidade de se] rever certas teses aceitas acriticamente e desenvolver novas categorias teóricas, (...) que [deem] conta destas novas categorias de produtores, que não podem ser tratadas como resíduos em vias de extinção ou serem reduzidas a simples assalariados ou quase assalariados do "sistema" (capital social)" (NAKANO, 1981, p.5).

BCME - BIBLIOTECA

Embora o autor refira-se especificamente ao "[urgimento] [de] um "novo campesinato", os modernos produtores familiares que se apresentam como unidades economicamente viáveis, acumulando e incorporando rapidamente a tecnologia mais avançada sem, no entanto, criar aquelas relações de produção antagônicas específicas da polarização entre o capital e o trabalho" (idem, p.5), e que se afiguram como inviabilizadores (do ponto de vista econômico) do empreendimento capitalista (idem, p.6), pensa-se que suas idéias permanecem válidas não apenas quanto à questão que se propõe analisar, mas principalmente por fornecer uma alternativa viável ao tratamento do problema. Deve-se ressaltar, entretanto que, dadas as situações bastante diversas, no espaço aqui objeto de estudo utiliza-se mais as justificativas do autor para o seu esquema teórico proposto do que o esquema em si.

As duas citações reproduzidas a seguir justificam, por si sós, a atualidade da controvérsia:

desarrollado. "a ampliação vigorosa da condição de produtor-parceiro [autônomo] é uma especificidade do Ceará rural" (ROLIM & CARLEIAL, 1991, p.41).

a) "Entre 1970 e 1980 a participação dos autônomos decresce no país e em todas as regiões, ao mesmo tempo que cresce a participação de empregados e empregadores. Cresce, portanto, a importância das categorias típicas do sistema capitalista de produção" (HOFFMANN, 1990, p.69)¹³.

Da primeira citação, se a parceria é uma característica do Ceará rural, ela - por derivação lógica -> a peculiaridade - não poderia ser algo de alcance reduzido ou limitado. De fato, segundo os dois primeiros autores, em termos quantitativos, "cresce o número de estabelecimentos comandados por produtores-parceiros" que passam de 7,19% em 1980 para 22,06% em 1985 (ROLIM & CARLEIAL, 1990, p.1114), com a observação de serem estes parceiros autônomos e de natureza não-definida - colocação decorrente da afirmação de que: "Se houve modificações na natureza da parceria não é possível afirmar através da utilização de dados secundários" (p.1115).

Uma questão correlata seria a determinação do elemento-sustentação da categoria "parceiro", pois, se esta categoria permanece como relação principal de trabalho (subtraídos, naturalmente, os "proprietários"), e, em função de ter sido a

¹³Os grifos foram incluídos. Para o autor os parceiros e meeiros por conta própria são considerados autônomos e os parceiros ou meeiros empregados entram juntamente aos demais trabalhadores na categoria de empregados.

desarticulação da produção algodoeira insuficiente à sua desestruturação [ROLIM & CARLEIAL, 1990, 1991], a qual atividade econômica estaria ligada se:

- a) tradicionalmente, constituía-se o complexo gado-algodão-cultura de subsistência em seu sustentáculo - com a verificação adicional de serem os parceiros a este associados não-autônomos¹⁴, o que sugere já uma primeira "ambiguidade" de tratamento da categoria (os autores citados analisam a desestruturação do complexo agroindustrial do algodão no Ceará);
- b) a pecuarização (não coadunante com esta categoria, quer entendida como autônoma quer "ocupada") vem predominando na área rural, incentivada não apenas por sua maior rentabilidade e menores riscos, mas também pelos incentivos governamentais, expressados no volume de créditos e taxas preferenciais concedidos à produção animal¹⁵ ?

Quanto à segunda citação, claramente contraposta à noção anterior, parece decorrer de uma visão "determinista" de disseminação automática do modo de produzir que predomina em uma dada formação, a todos os seus pontos de influência, isto é, o espaço ao qual se circunscreve.

14. A este respeito, isto é, especificamente para o Ceará, veja-se, por exemplo, Barreira 1977, 1987, e para considerações mais gerais, Haguette, 1983, ou Loureiro 1977, entre outros.

15. Bursztyn, 1985, p.42-43. Segundo este, 'No período 1970/1977, os empréstimos, concedidos pelo Banco do Brasil ... [e] Banco do Nordeste ... ao setor rural nordestino, eram diferenciados da seguinte forma: produção agrícola: i = 27,1% / 14,3% ; produção animal: i = 21,8% / 2,4% , respectivamente' (p.43).

Como as "realidades" são apresentadas em função das categorias "típicas" do sistema - em última instância, fatores essenciais à sua distinção -, ou melhor, reiterando, de como os analistas as apreendem, e como, basicamente, as fontes primárias dos trabalhos comentados (principais quando da passagem do plano teórico ao prático ?) são os Censos Agropecuários, a discussão centrar-se-á, em grande medida, em um exame das conceituações utilizadas nestas publicações, e em sua "adequação" às idéias constantes de algumas análises sobre o assunto - as quais, ao que parece, dependendo do enfoque adotado, informam ser aquela (a realidade) caracterizada de um modo ou de outro ...

Os trechos anteriormente citados sugerem, assim que, no mínimo, o processo não pode ser generalizado. Remetendo-se a Linhares & Silva (1981) em seu estudo sobre a problemática da agricultura no Brasil, adota-se-lhes, dentro dos limites aqui propostos, a sugestão de que

"Ao historiador da agricultura cabe, acima de tudo, tentar captar o ritmo próprio de sua história, redefinir conceitos, reformular o quadro de hipóteses. Detectar as "relações de produção" no campo é tarefa bem mais complexa do que aplicar, com simplicidade a velha forma maniqueísta: burguesia e proletariado, dominantes e explorados, os que detêm e os que não detêm a propriedade dos meios de produção. Assim como, também, talvez ainda seja mais complexo "determinar o nível de desenvolvimento das forças produtivas". Mais do que técnicas e uso de insumos modernos, é importante conhecer os homens (todos os homens organizados em grupos sociais) ... as mentalidades, as particularidades do meio físico, como as mais fundamentais das forças produtivas, vendo-as dentro de uma evolução extremamente matizada, com hierarquias internas que fogem às concepções dos censos e dos recenseadores ou às determinações aparentes de um sistema

2.1 - UMA RÁPIDA DISCUSSÃO ACERCA DA NOÇÃO DE ESTADO

Como já foi mencionado, o objetivo básico deste trabalho é estudar a relação entre o Estado e a dinâmica fundiária no estado do Ceará, no sentido de investigar a função desse como mediador - e que mantém, a priori, o status quo clientelista - entre o movimento do capital e concentração na estrutura fundiária. Esta afirmação parece implicar que o conceito de Estado esteja sendo trabalhado como uma estrutura de dominação, composta, preponderantemente, de uma elite política que geralmente identifica-se com a classe economicamente dominante e nela se "abastece". Assim, através do Estado, então como poder estruturado e organizado, a classe dominante no plano econômico, passaria a dominante também no plano político, garantindo a preservação de seus interesses¹⁶.

BCME-BIBLIOTECA

Mas esta é uma visão estreita e com a qual não se concorda inteiramente, por envolver a noção "reducionista" de Estado ou em que este "encarna os interesses da classe dominante" (HALL & IKENBERRY, 1990, p.21). Apesar de se aceitar o entendimento de que o "Estado é penetrado pelas classes ou grupos", não se toma como consequente a idéia imediata de que é (o Estado) "portanto,

16.Celso Furtado (1976, 1985) expressa esta idéia quando de sua análise sobre a geração, captação e utilização do excedente econômico no processo de desenvolvimento, processo este que, segundo o autor, associa-se estritamente à possibilidade de expropriação deste excedente, a qual é dada pelo controle das estruturas de poder por um grupo minoritário (classe dominante), que para lograr esta apropriação "usa" o Estado.

fundamentalmente redutível a forças que emanam da sociedade" (idem, p.30), pelo fato de estas frequentemente virem associadas estreitamente à classe dominante e, por conseguinte, o Estado às suas conveniências. O Estado é um espaço penetrado por grupos sociais que não se restringem às classes (economicamente) dominantes, ou seja, acessível, portanto, a grupos não prevalentes, dependendo da correlação de forças passível de ser instaurada. Em outras palavras, não se tem o Estado como "resumível" a um poder político imediatamente derivado do poder econômico.

Note-se que, apesar de a idéia subjacente de "identificação" do Estado com as classes dominantes, sugerir o uso do termo mais como "Estado - instrumento de classe" do que como "árbitro" dos conflitos sociais básicos do sistema, não se exclui a possibilidade de sobreposição do segundo argumento, conforme a reorganização das classes sociais permita uma (re)articulação/ampliação da posição de classes e, portanto, uma maior "penetração" do poder de Estado pelas classes "excluídas".

Explicando melhor: Maranhão & Sampaio (1987)¹⁷, em artigo sobre o Estado, planejamento e classes sociais no Nordeste, adotam "a concepção de Estado que tem como núcleo central a

17. Os autores citados foram escolhidos por expressarem, de uma forma geral, o pensamento constante de diversas análises sobre a relação classes sociais/Estado no Nordeste. Os outros por apresentarem idéias que permitem uma não aceitação (em muitos aspectos) daquela noção tão presente na literatura sobre a região.

idéia ... de que o Estado é uma instituição peculiar e que tem como propósito fundamental manter e consolidar a predominância na sociedade de "uma determinada classe" (p.406), ou seja, "fundamenta[da] na noção de Estado "classista" negando, conseqüentemente, a idéia de "Estado-árbitro" (p.407). Citando Poulantzas, os autores ressaltam a importância de se observar que:

"a relação entre a classe burguesa e o Estado é uma relação objetiva. Isto significa que se a função do Estado em uma formação social e os interesses da classe burguesa coincidem é por causa do próprio sistema capitalista" (POULANTZAS, 1977, *apud* MARANHÃO & SAMPAIO, 1987, p.407).

Ainda que reitere o oposto, isto é, não ser o Estado um "mecanismo" a mercê das classes dominantes, Poulantzas (1985, p.14)¹⁸ não deixa de o associar (ou reduzir) ao poder destas, quando o "define" a partir de suas funções - conforme pôde ser notado, a citação transcrita na página anterior já fornece uma primeira indicação nesse sentido. Como coloca David Easton¹⁹, se "a função primeira do Estado [em Poulantzas] é ... garantir a manutenção (reprodução) e integridade ou coesão de uma formação social dada, e "impedir que ela desintegre e esfacle" (Poulantzas, N. "Political Power and Social Classes", London: New

18. Obras consultadas especificamente para a argumentação desenvolvida: Poulantzas, N. - O Estado, o Poder, o Socialismo, 1985, e Easton, D. - "O Sistema Político Sitiado pelo Estado" in Lamounier, B. - A Ciência Política nos Anos 80 - ensaio no qual Easton desenvolve uma análise crítica das idéias de Poulantzas acerca de sua tentativa de conceituar o Estado.

19. Em artigo crítico à obra de Poulantzas.

Left Books 1973, p.50) [e considerando-se] a maneira como funciona um dado modo de produção nas sociedades de classe, os seus beneficiários só podem ser as classes dominantes". E por mais que mascare seu caráter político de classe e pareça personificar-se como agente promotor do bem-estar coletivo, em uma sociedade dividida em classes não resta ao Estado "outra escolha [que não seja] atender aos interesses de longo prazo das classes dominantes" (EASTON, 1982, p.135).

A argumentação acima parece implicar, novamente, em uma aceção limitada e reducionista: político reflexo do econômico, anulando as mediações sócio-culturais que implicam em distintas maneiras de mobilização, organização e atuação política das demais classes sociais, em conjunturas diferenciadas, inseridas em um dado modo de produção (CARLEIAL & GONDIM, 1987, p.26).

Deve-se lembrar, como corretamente o fazem as autoras, que "as formas como os indivíduos vivenciam e interpretam a realidade são elementos constitutivos e não meras conseqüências da estrutura social [e, ainda] ... que as experiências e interpretações possíveis [sejam] limitadas pela estrutura social, ... dentro destes limites os indivíduos agem, escolhem, determinam. Em outras palavras, suas ações não são determinadas de antemão por forças políticas e econômicas de caráter "macro". Tais forças existem, mas apenas colocam obstáculos e oportunidades para ação humana" (idem, p.27). Carleial & Gondim

(1987) adotam, pois, o conceito de poder - que se tem como bastante coerente - que não o restringe à relação de dominação e subordinação sobredeterminada pela estrutura de classes, mas abrange também as estratégias pelas quais os grupos dominados tentam o seu espaço de atuação política (idem, idem).

Do exposto, depreende-se, que estas são formas de interpretação, e não necessariamente as mais (ou totalmente) corretas, pois não se deve esquecer, como bem colocam Bowles & Wynes (1982), que "a filosofia política inclui ideologia e é, em si mesma, ideológica [e, que por] isso, cada analista verá as idéias políticas, e portanto o Estado, por um prisma diferente" (p.17). Assim, aceita-se aqui a abordagem do Estado como (a instituição de) uma estrutura de dominação²⁰, não caracteristicamente limitada a uma imbricação econômico/político, isto é, sem a preponderância exclusiva do primeiro²¹, pois é certo que o Estado não se subordina, especificamente, aos interesses da classe detentora do poder econômico, mas sim aos interesses da sociedade como um todo, funcionando como "elemento" "reductor" de desigualdades sociais, sempre que a

20. Evoca-se, de uma certa maneira, a idéia de Estado/entidade/'locus' de autoridade firmada, ou 'poder político institucionalizado', na visão de Poulantzas (citação de Easton, op. cit., p.135, transcrito de Poulantzas, M. Political ... op. cit., p.42). Nesse sentido, as referências futuras ao Estado subentendem a ação deste intermediada pelo 'regime político, ou mais precisamente, [pelo] governo' - regime político: forma de existência/ação do Estado (Mathias & Salama, 1983, p.33).

21. Porque, reiterando, por este enfoque, conforme anteriormente colocado, o Estado é trabalhado de forma simplificada e puramente mecanicista, ou seja, é 'considerado] ... como simples apêndice-reflexo do econômico ... auto-suficiente' (Poulantzas, 1985, p.18).

exacerbação destas comprometa a "estabilidade" daquela²². Nesse sentido, a atuação do Estado pauta-se por manter a viabilidade do sistema, ainda que em "detrimento" de certas "facções" da classe dominante, mas como resposta às reivindicações dos demais grupos ("subalternos"), à eles diretamente dirigida e não indiretamente ao sistema constituído, pois em última instância, a existência deste depende da magnitude daqueles, ou que a correlação de forças consegue estabelecer em direção à estes últimos²³.

Por outro lado, não é menos certo que os grupos econômica e politicamente dominantes, "dependendo das possibilidades e limites colocados pela estrutura social"²⁴, ou seja, dos espaços concretos de atuação da classe trabalhadora, tenham influência sobre a atuação do Estado, e o direcionem, de certa forma, na

22. Confira POULANTZAS, 1985, especialmente p.213, onde o autor afirma: "O Estado organiza e reproduz a hegemonia de classe ao fixar um campo variável de compromissos entre as classes dominantes e as classes dominadas, ao impor muitas vezes até às classes dominantes certos sacrifícios materiais a curto prazo com o fim de permitir a reprodução de sua dominação a longo termo ...: toda uma série de medidas econômicas do Estado, muito particularmente as que se referem à reprodução ampliada da força de trabalho, lhe foram impostas pela luta das classes dominadas em torno do que se pode designar sob a noção social e historicamente determinada, de "necessidades" populares. ... Numerosos estudos recentes mostram que as famosas funções sociais do Estado dependem diretamente, simultaneamente em sua existência e nos seus ritmos e modalidades, da intensidade da mobilização popular". Mas, continuando, o autor afirma que "não existem ... funções do Estado a favor das massas populares impostas por elas, ... [e] funções econômicas a favor do capital. Todas as disposições tomadas pelo Estado capitalista, mesmo as impostas pelas massas populares, são finalmente e a longo prazo inseridas numa estratégia em favor do capital ou compatível com sua reprodução ampliada. ... [O] Estado leva a cabo as medidas essenciais em favor da acumulação do capital ... [para] garantir a reprodução da hegemonia de classe e da dominação do conjunto da burguesia sobre as massas populares" (*idem*, p.213-214 - grifos do autor).

23. Se realizada favoravelmente aos demais grupos, ter-se-ia outra classe no controle do processo político (Maia Gomes, 1985, p.176). Vale lembrar, como ressalta o autor, que "uma ordem social qualquer nunca é simplesmente "dada". ... No caso do Brasil nos anos posteriores a 1930, [por que] os trabalhadores foram derrotados (...) [e] a burguesia venceu [a] luta que a ordem social capitalista se tornou "dada". (*idem*, p.16)

24. Carleial & Gondim, 1987, p.26. Grifos das autoras.

consecução de seus objetivos. De certa forma, à medida em que o exercício do poder emana do modo como as diversas classes se coligam, e de como essa coligação é arranjada e rearranjada de forma a conciliar os diversos interesses e preservar no poder as classes de maior "força". Esta argumentação é especialmente válida no que concerne ao poder das classes dominantes locais, principalmente quando em presença de um movimento organizacional ainda débil e incipiente, característica das classes sociais no âmbito rural do Nordeste.

Segundo afirmação de Bursztyn (1985), "Para manter globalmente as relações sociais que beneficiam diretamente o bloco hegemônico nacional, o Estado efetua uma certa reorganização social que, por vezes, 'sacrifica' alguns elementos dos blocos hegemônicos regionais. (...) A reprodução ampliada do capital impõe uma modificação - ainda que parcial - no quadro social local. (...) O caso da política fundiária do Estado do Nordeste ilustra bem esse comportamento orientado, ao mesmo tempo, para a eficiência econômica [imperativos de acumulação] e para a manutenção da estabilidade política [imperativos de legitimidade]", ou seja, o Estado segue a estratégia de "mudar um pouco para evitar grandes transformações", a qual materializa uma certa renúncia a imperativos de ordem estritamente econômica" (p.165-166).

A conformação deste quadro, consoante a exposição do autor,

parece coerente, embora se deva notar que o mesmo refere-se a um momento determinado, e que modificações profundas na estrutura agrária da região em destaque necessariamente exigiriam a adoção de medidas análogas impostas em âmbito nacional, ou seja, na estrutura fundiária das demais regiões²⁵.

2.2 - OBSERVAÇÕES SOBRE A INSERÇÃO DO CEARÁ NO ESPAÇO NACIONAL

BCME-BIBLIOTECA

É sabido que o modo como a economia e a política cearenses se apresentam é "reflexo" do modo como se insere a região Nordeste no contexto nacional, retendo-se, evidentemente, as características que lhe são peculiares. Não haveria sentido descrever aqui, pelos motivos já referidos, o processo histórico de conformação da região. Assim, apenas se ressaltará, sinteticamente, sua inserção no espaço nacional, de modo a que se perceba a ligação entre a atuação do Estado e o objeto de estudo.

Se a expansão econômica do Nordeste subordina-se aos imperativos de reprodução do centro hegemônico e "integra" um único espaço econômico - o capitalista nacional -, sua economia,

25. Dado o modo como se apresenta "distribuída" a propriedade da terra no país - o índice de Gini relativo à distribuição da posse da terra em 1985 atinge a 0,958 (Hoffmann, 1990, p.46) - e as "funções" que exerce, é algo que o sistema capitalista prescinde necessariamente no curso de seu desenvolvimento, pois a "questão agrária, ... [antes de ser] um entrave [à este] ..., [constitui] uma decorrência desse mesmo desenvolvimento" (LINHARES & SILVA, 1981, p.72).

e, analogamente, a do estado do Ceará, obedecem, então, aos requerimentos da acumulação capitalista em curso no país.

refl: Obviamente, isso não significa que a existência de um sistema capitalista único implique um sistema indiferenciado de estruturas a todos os espaços econômicos; ou seja, não significa que o sistema capitalista reproduza-se da mesma forma em todos os espaços econômicos. Pelo contrário, o modo de produção capitalista apresenta-se, concretamente, sob diferentes formas, quer consecutivas, quer simultâneas.

iner: Uma digressão: as diversas formas assumidas pelo sistema capitalista de produção, nos diversos espaços econômicos, dependem diretamente de como cada um desses espaços insere-se na conformação histórica desse modo de produção. A inserção particular de cada um desses espaços no sistema capitalista imprime, de forma similar, especificidades no interior de cada um desses espaços econômicos - mas as formas próprias de desenvolvimento não alteram, evidentemente, as leis que regem e que conformaram o capitalismo.

que: Com isso se quer dizer que, embora não se discuta a imanência das leis que regulam o sistema capitalista, deve-se ressaltar que o estudo do processo de sua configuração, de uma perspectiva histórica, requer todo um dimensionamento político-ideológico, uma vez que estes elementos permeiam toda a evolução

do sistema - este é ponto que foge ao escopo deste trabalho.

a) O incipiente desenvolvimento capitalista na região - como reflexo de sua inserção subordinada na economia capitalista nacional -, dificulta a definição e a organização da classe trabalhadora enquanto classe social, abrindo espaço, então, a formas de atuação do Estado mais identificadas com as classes dominantes (CARLEIAL, 1986 e CARLEIAL & GONDIM, 1987).

O impedimento de uma apreensão clara das classes sociais, enquanto "classes capitalistas", está na estrutura econômica inerente ao sistema capitalista, que tem por base a propriedade privada dos meios de produção, a divisão social do trabalho e a especialização das funções, que faz da sociedade capitalista uma sociedade de classes por natureza. É o estágio em que se encontram os dois últimos elementos expõe a intensidade do desenvolvimento capitalista em um determinado espaço econômico. Nesse sentido, a conformação do mercado de trabalho na região permite que se apreenda o seu incipiente desenvolvimento capitalista - como reflexo de sua inserção subordinada na economia capitalista nacional -, e impossibilita, por outro lado, que se determine, de forma precisa, o modo como se constituem as classes sociais na região²⁶.

²⁶Carleial, 1986 e Carleial & Gondim, 1987), retidas as interpretações pessoais.

Segundo diversas análises para o setor²⁷, a estrutura econômica produtiva da região caracteriza-se, em linhas gerais:

- a) pela presença, no setor agrário, do "binômio latifúndio-minifúndio", que, gerando relações de produção atrasadas, impede o acesso à terra, a elevação da produtividade e implica em um aumento do processo migratório, além de inibir a expansão do mercado interno (esse ponto, constante dos trabalhos citados, será retomado posteriormente);
- b) no setor urbano, por uma estrutura industrial baseada na pequena e média empresa e um parque manufatureiro de pouca concentração industrial, como consequência de seu tamanho e pequena integração e diversificação; e
- c) por um setor de serviços atrofiado e dilatado por uma força de trabalho sem ocupação produtiva.

BCME-BIBLIOTECA

A insuficiente base produtiva da região torna-a, então, incapaz de absorver produtivamente o excessivo contingente de força de trabalho existente. Como consequência dessa incapacidade do setor formal - ou seja, o setor organizado nos moldes capitalistas - de absorver adequadamente essa mão-de-obra, o mercado de trabalho se segmenta, como resposta à própria necessidade de garantia da subsistência, conformando, assim, um mercado de trabalho não estabelecido em bases capitalistas, ou o mercado de trabalho "informal" (CARLEIAL, 1986 e CARLEIAL &

²⁷Ver, por exemplo, Leite (1988), Carleial (1984) e Ferreira (1982, 1983 e 1989).

GONDIM, 1987)²⁸.

Segundo o quadro esboçado acima, grande parte da mão-de-obra está engajada no setor informal da economia, o que implica que parte substancial dessa força de trabalho não se apresenta enquanto tal, isto é, não está submetida à relação capital-trabalho. Insistindo: o modo como se apresenta o desenvolvimento capitalista na região "impede", assim, que a classe trabalhadora se "defina" e se organize enquanto classe social. Este ponto fecha-se com a afirmação anterior de que os interesses dos grupos que preponderam em nível local conseguem firmar-se em presença de uma incipiente mobilização dos trabalhadores como classe, especialmente quando estes interesses dirigem-se ao setor rural do estado.

Se se considera que o setor urbano-industrial tende a ser o setor capitalista ou formal da economia, e se há, no Nordeste, pequena abrangência dessas relações sobre a população ocupada naquele setor, menos "definidas" e claras e, portanto, mais complexas, devem ser essas relações no setor agrário.

As relações de produção presentes na área rural do estado serão objeto de análise dos capítulos subsequentes, com as

²⁸ O setor público, da mesma forma, é extremamente relevante na função de 'empregar' a mão-de-obra, contribuindo para contrabalançar a impossibilidade do setor produtivo formal em ocupar a força de trabalho em níveis adequados. Sobre a importância da função do Estado como empregador, especialmente no estado do Ceará, ver Leite, 1988, dissertação de mestrado, UFC/CAEN.

seguintes ressalvas: primeira: a exposição baseia-se sobre maneira em dados secundários, não havendo, assim, possibilidade de se apresentar um estudo mais aprofundado; segunda: mesmo a realização de pesquisas de campo não poderia fornecer elementos definitivos, pelo fato de não se ter sobre estas um maior controle, dado se tratar de alterações ainda em curso.

Desse modo, e com base nas colocações anteriores, objetiva-se ressaltar o fato de que o conjunto de modificações, permeadas pelo Estado, através do qual "supostamente"²⁹ passa o setor rural da região (local), não pode ser enquadrado, pensa-se, mecânica ou inevitavelmente, dentro do "observado" avanço generalizado do capitalismo no campo. As realizações do Estado não redundaram em generalização deste processo. A delimitação do público meta (im(ex)plícito) ora inclina-se em uma direção, ora em direção contrária - mas conservando, evidentemente, o "sentido" da política. Mesmo as propostas atuais (em âmbito local) parecem indefinidas, conforme se verá quando do resumo das intervenções do Estado.

29. Supostamente significando que os agentes meta do processo não foram efetivamente os beneficiados, quer em termos quantitativos, quer em termos qualitativos, embora se deva observar que, do ponto de vista implícito, esta foi atingida [ou seja, altera-se a aparência, sem tocar-se na essência].

2.3 - CONEXÃO ENTRE O ESTADO, AS CLASSES SOCIAIS E AS POLÍTICAS INTER-REGIONAIS PARA O SETOR RURAL

BCME-BIBLIOTECA

O relacionamento das políticas agrícolas com as classes sociais se daria, conseqüentemente, mediante o entendimento de que "a atividade de planejamento é influenciada por elites econômicas e políticas que, através de seus órgãos de classes ... dirige (sic) a atenção para as suas necessidades e dificuldades, sugerindo linhas de ação e exercendo pressões e ameaças para o engajamento efetivo do Estado em políticas que atendam aos seus interesses. ... E não apenas isso. Na execução se fazem sentir de modo ainda mais claro as alianças entre aquelas elites e os executores da política, notadamente nas pequenas cidades, onde proprietários necessariamente interagem, ao participarem da mesma esfera social local" (SAMPAIO et al., 1979, p.22).

O parágrafo precedente implica a noção de que "a política econômica é política e que, portanto, seu estilo há de refletir a estruturação de poder político da sociedade em causa. Esse reconhecimento se liga a um outro: o de que a política econômica afeta quase sempre diferencialmente as várias classes e grupos de que se compõe a sociedade e que, portanto, a determinação de quem será beneficiado e quem será prejudicado é um problema que se decide na esfera do poder, ou seja, na esfera da política" (idem, p.468, grifo dos autores). Contudo, conforme colocado em passagem

anterior, "a dominação nunca é absoluta", revertendo-se os interesses entre as diversas classes, mesmo que diferencialmente, de forma a manter, em última instância, o próprio sistema de poder que a sustenta (p.470-471).

Avançando nesta questão, Sampaio *et al.* (1979) que identificam "estes grupos dotados de maior capacidade de expressão ... com as classes beneficiadas com a tendência de extensão do capitalismo ao campo, [colocam ser] nada mais natural que o papel do Estado, criador e executor da política agrícola, venha se caracterizando como reforçador daquela penetração do sistema capitalista na economia rural do Nordeste, muito mais do que como sustentador da agricultura familiar de subsistência." Nesse sentido, teria-se como "fato ... que, da atuação governamental, ao lado da tendência normal do sistema, tem resultado aquilo que os estudos de estrutura agrária no Nordeste parecem indicar: uma rápida penetração do capitalismo no campo" (p.24)³⁰.

Embora se concorde com o "sentido da política" expresso pelos autores, não se aceita totalmente que o papel do Estado como "indutor" do avanço do sistema capitalista no campo³¹ tenha tido os resultados preconizados por estes, quais sejam, rápida

relações

30.Os grifos foram incluídos.

31.Do objeto de enfoque deste trabalho.

penetração do capitalismo no campo. Ou melhor, o papel do Estado tem sido exatamente este. Os resultados é que não parecem, pelo menos a princípio, condizentes com as propostas iniciais, isto é, condizentes com o sentido das mesmas. Em uma formulação inicial esta afirmação pode parecer contraditória à proposta geral do estudo esboçado no plano de trabalho, merecendo, portanto, uma qualificação, que será posteriormente retomada.

Introdução - 1. O contexto da pesquisa - 2. O objeto de estudo - 3. O método

3.1. Não se nega a atuação "ambígua" do Estado nesse sentido enfocado. O que se discute e se tenta mostrar é que não houve um avanço generalizado das formas "típicas" do capitalismo na agricultura, sendo o Nordeste exemplo típico³² e, especialmente, o espaço aqui objeto de estudo - o setor rural do estado do Ceará. A menos consideração deste avanço unicamente em termos de incrementos na estrutura física ou uso de insumos mais modernos ou substituição de culturas (para comerciais). Mas mesmo a constatação verdadeira destes elementos não implica, de per si, esta penetração e, muito menos de maneira generalizada, pois as relações sociais de produção associadas a estas atividades, mesmo que caracterizem-se como formas "típicas" do modo de produção capitalista, não predominam, enquanto tal, nem mesmo nas atividades comerciais. Se esses elementos - tomados como indicadores deste desenvolvimento - não implicaram em aumento das categorias a este relacionadas [empregados

32. Ver SILVA (coord.), 1988.

(assalariados)/empregadores], não podem ser os fatores determinantes na explicação do referido aumento na modernização das relações de produção.

Dentro dessa perspectiva, pensa-se que a intensificação das atividades do Estado no espaço em discussão³³, notadamente em inícios da década de 70 - prenúncio de uma nova fase de interposição (redefinição), mormente para o setor rural e circunscrita à lógica de "capitalização" do campo - se nortearia mais por eligir e legitimar uma ideologia de "justiça social" (CARVALHO, 1979), viabilizável por uma Política de Desenvolvimento Regional - constante dos planos nacionais de desenvolvimento - tornada premente pela reedição da questão agrária como responsável - adicionando-se os fatores climáticos³⁴ - pelos problemas seculares da região, tais como atraso, pobreza acentuada e exacerbação das tensões sociais quando da intensificação dos períodos de secas.

Por esta ótica - então presente a nível nacional - a atenuação desses é tida como pressuposto de sustentação das próprias bases do sistema. Seus expoentes, sob a égide do Estado, engendram uma articulação que concilia à imagem do Estado "justiça social" os interesses do escol dos grupos rurais locais

33. Evidentemente como parte dos objetivos fixados para a região Nordeste.
 34. 1970 foi um ano de seca.

e os imperativos de reprodução do sistema capitalista nacional - intensificação da modernização via aumento de insumos, máquinas e implementos agrícolas (imposição de "pacotes tecnológicos" por parte da EMATER) requeridos, como fator de seu desenvolvimento, pelas agro-indústrias, tipo de empreendimento rural prioritário em volume de recursos alocados dentro dos programas de desenvolvimento regional [Id., Ibid.].

A ambivalência das políticas de desenvolvimento regional, expressada nos programas de incentivo à região, transparece sobremaneira, por exemplo, nos objetivos do PROTERRA (1971) que atendiam tanto aos trabalhadores rurais (pequena produção familiar) quanto aos grandes proprietários³⁵. Decorre, logicamente, que a ênfase a formas típicas e não tipicamente capitalistas, bem como os limites impostos à extensão dos programas (percentual de área e produtos atingidos), aliados às metas (reais) do Estado, não poderiam redundar, imediatamente, em generalização das formas caracteristicamente associadas à lógica de produção capitalista, conforme se verá na parte seguinte, quando de uma rápida explanação sobre as "várias" "fases" de intervenções do Estado na região.

35. Carvalho (1979). Segundo a autora a escolha deste programa como identificação da lógica do Estado 'justiça social' justifica-se não apenas pelo público meta (já mencionado) de abrangência bastante expressiva, mas também por sua importância na dotação de recursos.

2.4 - ATUAÇÃO DO ESTADO NO NORDESTE: BREVE RETROSPECTO E

EX - "INCURSÕES" MAIS RECENTES

Conforme estudos de diversos autores sobre o assunto³⁶, tem-se, simplificadamente, que a intervenção estatal na região Nordeste, até a década de 1950, limitava-se a políticas econômicas paliativas, ou melhor colocando, a medidas esporádicas, de caráter assistencialista e não integradas aos planos de desenvolvimento nacional. Uma vez que tinham por propósito único minorar os efeitos catastróficos das secas sobre a população menos favorecida - nestas ocasiões acionava-se, sempre que necessário (quando de prenúncios de "possibilidades" de exacerbação das tensões sociais e políticas regionais) o "caráter essencialmente social" (MARANHÃO & SAMPAIO, 1987, p.406) do Estado - estas medidas, emanadas do governo federal, redundaram em meio através do qual os grupos dominantes (oligarquias rurais) asseguravam o controle da região: apoderando-se do Estado, locupletavam-se dos recursos destinados às secas, alocando-os de acordo com seus interesses - são exemplos o DNOCS, dominado pela oligarquia algodoeiro-pecuária, e o IAA, sob responsabilidade da burguesia açucareira do Nordeste.

³⁶ Ver Carvalho (1987), Maranhão & Sampaio (1987), Bursztyn (1985), Oliveira (1981).

Com a efetivação daquelas, ou seja, com as possibilidades de exacerbação das tensões sociais tornando-se eventos concretos³⁷ - como resultados, entre outros fatores, dos períodos de secas intensas verificadas na década³⁸ - exige-se, em nível nacional, a "redefinição da problemática" da região: questiona-se, além dos problemas sociais como possibilidades reais de "sérias ameaças à unidade de segurança da Nação" (CARVALHO, 1987, p.63), a inoperância dos órgãos locais (IAA, DNOCS), esterilizadores de vultosas somas de recursos aplicados na região³⁹.

Tais elementos, somados ao "modelo" industrializante vigente no período⁴⁰, levaram seus viabilizadores à "exigência" de uma inserção mais produtiva do Nordeste no espaço nacional - essa exigência, neste nível, seria o condicionante de criação do órgão⁴¹ "ideado" para realizar os novos objetivos propostos para a região-problema.

BCME - BIBLIOTECA

37. É exemplo o surgimento das Ligas Camponesas em meados de 1950.

38. 1951 a 1953 e 1958 - cf. Carvalho, 1987, que traz, de forma bastante detalhada, as diversas fases de intervenção do Estado na região.

39. Ver Bursztyn, 1985.

40. Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek.

41. Segundo Bursztyn, op. cit.

Nesse contexto⁴² cria-se a SUDENE - "derivada" do relatório do GTDN. Com a instituição deste órgão, o Estado passa a intervir na região de forma planejada e sistemática, ou seja, mediante a adoção de um "padrão planejado", os problemas da região são "estudados" e "soluções" apresentadas, de modo a que esta desenvolva-se "integradamente" ao desenvolvimento em curso no país - leia-se sem constituir empecilhos ao mesmo.

O relatório do GTDN - bastante conhecido - propõe, como pontos centrais, a industrialização como única forma capaz de superar o "atraso relativo" da região Nordeste; e para a sua consecução, a transformação das economias agrícolas das zonas semi-áridas e úmidas, de modo a dar suporte à política de industrialização preconizada, garantindo uma adequada oferta de alimentos às zonas urbanas - centros "receptores" dos investimentos industriais -, metas que, por sua vez, para serem atingidas, passariam por alguma "reconstrução da estrutura agrária em função [dessas] necessidades do desenvolvimento econômico e social"⁴³; e a colonização das terras úmidas do Maranhão, via transferência de mão-de-obra das zonas superpovoadas, como forma de "aliviar" as pressões populacionais sobre essas zonas mais intensamente povoadas e "empregar" esses

42. Outros fatores de criação da SUDENE seriam: para Maranhão & Sampaio (1987, p.413): além dos fatores climáticos, eleições de 1958 (vitória da oposição em PE e BA), Revolução Cubana, Ligas Camponesas, entre outras; para Bursztyn (1994, p.23): no plano local, ineficiência dos órgãos (IAA, DNOCS) e o movimento das Ligas Camponesas, e no nacional, entre outros, conforme referido, uma inserção mais 'rentável'.

43. Carvalho, 1987, p.73.

excedentes populacionais⁴⁴.

A posterior mudança de enfoque da política de desenvolvimento nacional - que assumiu um "caráter" de "planejada" -, passou a priorizar os investimentos públicos para a solução de problemas setoriais, de forma a que se constituísse uma "economia nacional unificada". As políticas propostas no plano - consoante análise de Maranhão & Sampaio (1987) - redundaram na transferência da burguesia do Centro-Sul para o Nordeste, subordinaram sua expansão econômica aos imperativos de reprodução do centro hegemônico e "integraram" o Nordeste em um único espaço econômico nacional.

Essa "integração nacional, sob a hegemonia de grupos burgueses da região Centro-Sul, destruiu as bases reais de poder em escala regional e estadual de modo significativo, ficando o poder das classes sociais regionais e estaduais dominantes limitado às (...) questões locais que não criem, real ou potencialmente, obstáculos ou ameaças à acumulação capitalista e à hegemonia burguesa nacional" (idem, p.405).

Dessa forma, ainda segundo os autores citados, o Estado até a década dos 50 é classista e, posteriormente, com a criação da

44. Para um aprofundamento ver o estudo realizado pelo GTDN, 1977; ou mesmo o trabalho citado em nota anterior, especialmente págs. 85 a 82.

SUDENE, passa a intervir na região de forma planejada. Essa intervenção mais "ordenada" na região decorrendo, sobretudo, da pressão dos conflitos sociais no Nordeste⁴⁵, à hegemonia burguesa em escala nacional.

Nesse sentido, ainda em Maranhão & Sampaio, a não existência de ação planejada antes da implantação da SUDENE, resulta da ação dos grupos dominantes locais, que apesar de controlarem o Estado no Nordeste, não representavam ameaça, do ponto de vista político ou econômico, à expansão capitalista em curso no Centro-Sul. A ação planejada consistiria, portanto, em que "(do) ponto de vista político, (...) a SUDENE se constitui num instrumento pelo qual a burguesia do Centro-Sul descapturou o Estado das mãos da oligarquia agrária, submeteu a burguesia industrial regional à sua tutela e, indiretamente, controlou a ameaça representada pela coligação das forças populares, passando a utilizar o Estado para seus próprios fins, isto é, para assegurar um processo de crescimento econômico acelerado e fazer avançar a expansão capitalista no Nordeste" (p.427).

Para Bursztyn (1985, p.23), o intervencionismo planejado estaria no objetivo de transformar a estrutura de produção local - objetivo não presente nas atuações anteriores, pois que ativadas, conforme visto, apenas em períodos de calamidades

45. Ver também nota 42, p.40.

públicas. Interprete-se: transformar no intuito de "aproveitá-la" adequadamente, ou seja, de modo a que pudesse propiciar algum retorno (aceitável) aos recursos investidos, cuja absorção improdutiva e/ou dissipação, eram a "tônica" das políticas regionais então em curso.

Essas análises seguem as usualmente feitas (e aceitas) para o setor (rural) em destaque, e não caberia aqui um aprofundamento da discussão, mesmo porque se concorda, em termos, com a interpretação constante das mesmas. Em termos porque pensa-se que a seguinte ressalva, especificamente quanto às implicações do "padrão planejado", ou seja, no que o caráter de planejado teria redundado, deva ser notada, mormente para a discussão da presença do Estado vis-a-vis o poder das classes preponderantes no plano regional/nacional⁴⁶. A exceção restringe-se às consequências, dado se considerar correta a versão que assume a intervenção estatal, via SUDENE, como planejada por, ao contrário das ações anteriores do Estado, visar à transformação da estrutura de produção local (BURSZTYN, 1985, p.23) em direção à uma integração nacional.

Isso posto, não há concordância com a afirmação de Maranhão & Sampaio (1987) de que a partir desse período, por causa do intervencionismo planejado que se instala, teriam os grupos

46. Regional: rural/local (estado).

prevalecentes regionais e estaduais sido praticamente destituídos de seu poder, nestas instâncias, de tal sorte que este "poder", restrito às "questões paroquiais ... locais", não se constituísse um obstáculo ou ameaça à acumulação capitalista e à hegemonia burguesa nacional (p.405). E mais: não obstante essa perda acentuada de poder e, "ao nível [da] ... execução [do planejamento]" e apropriação dos recursos "pelos grupos dominantes regionais e locais" - que parece ser o ponto realmente importante - continuam a se opor "os interesses dos grupos dominantes a nível nacional, que fundamentam a política regional voltada para a integração econômica da área e a modernização da agricultura e da pecuária, e [os] interesses [daqueles que] procuram reter a parcela de poder que ainda detém" (idem) - e que, avançando um pouco a questão, dado o panorama do setor rural atualmente, não só persiste como se perpetua...

Como um primeiro ponto poder-se-ia argumentar que à época⁴⁷, à falta de uma "classe ... suficientemente poderosa para, mantidas as regras do jogo político, impor sobre as demais a política de estabilização que melhor atendesse aos seus interesses"⁴⁸, ou "que incorporasse tanto as classes subalternas urbanas quanto as rurais (...), as oligarquias [agrárias]

47. Lembre-se que se está reportando essencialmente (por enquanto) ao período JK (1955-1960) e JG (1961-1964).

48. Maia Gomes, 1985, p.109. O autor refere-se às políticas macroeconômicas que a classe proprietária tentava impor como, por exemplo, diminuição de salários reais e redefinição da política fiscal como solução aos (outros) graves problemas então em curso, quais sejam, a intensificação do processo inflacionário e a inadequação do sistema tributário em cumprir eficientemente seu papel de "co-adjuvante" à acumulação de capital - "crise fiscal do Estado populista". Cf. Maia Gomes, op.cit., págs. 109 a 112).

permaneceram imbricadas nos centros de poder, ainda que em posição subordinada" (CARVALHO, 1987, p.56), expressada esta continuação "não só na manutenção da estrutura fundiária mas também na não efetivação do emprego da política social e salarial desenvolvida para o setor urbano-industrial no setor rural" (SORJ, 1980, p.21 apud CARVALHO, id., ibd.), a SUDENE, então, ter-se-ia constituído mais em um instrumento do Estado na implementação de um conjunto de medidas (de política econômica) que se faziam necessárias face à situação vigente, do que efetivamente um "órgão" "capturado" pela burguesia nacional/associada.

(CA) Nesse sentido, o modelo proposto segue, de certo modo, a estratégia de seu "similar" nacional, ao proclamar a industrialização como solução exclusiva a propiciar o desenvolvimento regional. Mas, se as classes regionais predominantes no plano local foram prejudicadas com a instalação do órgão⁴⁹ - e isto de fato ocorreu, em alguns aspectos, conforme exposição anterior -, elas o foram dentro da perspectiva sustentada por Bursztyn (1985), qual seja, o de tornar a região "rentável" e os recursos até então apenas desperdiçados em inversões reprodutivas. E mesmo porque, como coerentemente afirma o autor, "não interessava ... ao Estado alterar o equilíbrio de forças políticas já tão solidificado no Nordeste [e cujo]

49. Mais corretamente com a aprovação de seus planos diretores (I PD: Dez/1961).

compromisso [lhe asseverava importante] legitimidade" (p.25).

Um outro aspecto a considerar ainda quanto a questão agrária seria que a exigência de transformações na estrutura fundiária (desapropriações) requeriria o suporte de dispositivos institucionais, ou seja, que se modificasse o cenário institucional em vigor, o que significaria afetar a estrutura agrária nacional - algo incogitável do ponto de vista das classes proprietárias. Tão inquestionável e contrária aos seus interesses que a tentativa de por em execução tal projeto acabou "constituindo-se numa das causas mais próximas da queda ...[do] governo [João Goulart] e da própria intervenção militar de 1964" (CARVALHO, 1987, p.115)⁵⁰ - nessa perspectiva manifesta-se a coesão dos blocos dominantes, agrários ou não, independentemente do local de origem, no restabelecimento de seus interesses mais gerais.

Com base na exposição que vem sendo desenvolvida tem-se portanto que, dentre as causas mais imediatas das tensões sociais no campo, estava o questionamento da estrutura agrária altamente

50. Recapitulando: a crise porque passa o Estado fiscal populista, expressada na impossibilidade de este continuar a atender seus propósitos iniciais, quais sejam, o financiamento da industrialização - fazendo com que as receitas dos impostos retornassem ao início do ciclo de reprodução do capital (na forma de crédito subsidiado, incentivos fiscais, etc) - somado às propostas de reforma agrária, e à não-adoção da política de redução salarial que se tentava impor, são, segundo Maia Gomes (1985), os principais responsáveis pela crise política instaurada em meados da década de sessenta. Relembrando com o autor, 'crises políticas eclodem apenas naquelas conjunturas nas quais a continuação do processo político dentro das 'regras do jogo' vigentes em um dado momento se mostra incapaz de gerar aquele nível mínimo de consenso exigido para a reprodução do sistema de dominação de classe' (p.176).

concentrada, centralizada em grande parte na "região-problema". Mas, apesar da "solução" encontrada, aquela continuava um foco de tensões latentes, cujo cerne localizava-se, naturalmente, na estrutura agrária e na forma de sua organização, as quais, uma vez mantidas, constituiriam, agora, empecilhos ao "avanço da industrialização e da consolidação do capitalismo"⁵¹.

Antes da "resolução" do problema, se seus participantes-causadores (do "problema") não mudaram as "regras do jogo", não o fizeram também pela presença das frações agrárias - elemento suporte à coligação formada (pelas classes proprietárias que incluíam, além da citada, a burguesia nacional/associada)⁵².

BCME - BIBLIOTECA

Já no momento posterior, o "arranjo" de certa forma se desfaz, quando o questionamento da concentração fundiária se volta quase que exclusivamente para as regiões-problema (Nordeste e Norte). Assim, se no primeiro momento os grupos agrários agem coligadamente aos demais, na fase seguinte o encaminhamento do problema, "engendrado" pelos grupos ligados à indústria, choca-se frontalmente aos interesses das classes locais. Entretanto, ainda que em um plano macroeconômico às elites agrárias tenha restado um papel secundário, a força à estas concedida, ou melhor, não subtraída, parece ter ultrapassado bastante as meras "questões

51. Carvalho, 1987, p.115.

52. Cf. Maia Gomes, 1985, p.147, onde ele afirma terem esses grupos sido parte da base de sustentação/legitimação do "golpe militar que salvou o país do comunismo" (e da reforma agrária).

paroquiais", principalmente no local e ponto que lhes era crucial - a propriedade da terra -, ou não ter-se-ia a presença do "poder dos donos"⁵³, manifestada claramente nos resultados às soluções propostas.

Retornando aos dois últimos parágrafos, sobre o novo governo instaurado recaem as mesmas pressões quanto à exigência de modificações na estrutura agrária das regiões-problema, sob pena de se ter uma crise de abastecimento capaz de inibir o avanço do sistema vigente, crise que acabou sendo "minorada" com programas de estímulo à modernização do campo, principalmente via aumentos de produtividade agrícola (ALVES & CONTINI, 1988). Estas soluções constituiriam-se, na verdade, simplificando a questão, em um paliativo à alterações na estrutura de poder local, pois as tentativas de reformas fundiárias restritas às regiões-problema (especialmente o Nordeste), como a aprovação do Estatuto da Terra⁵⁴, apesar de terem sido "explicitamente ... uma preocupação do Estado (...) na prática e apesar das vezes em que o problema foi levantado, essa preocupação nunca chegou a se traduzir em providências mais concretas ou em resultados efetivos naquela direção" (CARVALHO, 1987, p.120)⁵⁵.

53. Expressão de Bursztyl, 1985.

54. Em 1964.

55. Ver esta obra para um aprofundamento de como todos os dispositivos referentes ao assunto foram criados com possibilidades de serem manipulados e a efetivação de suas aplicações postergadas.

Não obstante essas tentativas "aparentes", as preocupações do governo centram-se sobremaneira nos temas de caráter macro, como a acentuação do processo inflacionário, sendo os problemas regionais relegados a segundo plano, até que seu "causador-mor" ou "desencadeador" - o problema climático - não apenas se manifestasse, mas em uma intensidade tal que projetasse a região novamente no cenário nacional.

A seca de 1970 reedita os problemas seculares da região, creditando-se novamente à questão agrária o quadro de pobreza expressiva e a volta de tensões sociais no campo - situação não coadunante com a concepção de "Novo Nordeste" - "obra" da SUDENE que, na tentativa de manter a imagem-atestado da eficiência do órgão, mascara/omite as circunstâncias, obrigando o governo federal a implantar frentes de emergência como forma não só de garantir níveis mínimos de renda (subsistência) mas também de manter os trabalhadores atingidos nos locais de origem, a área rural, onde estes, dadas as suas "qualificações" e a base produtiva incentivada no setor urbano, poderiam ser melhor "absorvidos"⁵⁶.

BCME-BIBLIOTECA

Tampouco essa imagem da região exibida em caráter nacional

56. Esses fatores - inoperância da agência, mascaramento da situação e privilegiamento da industrialização, cujo programa de incentivos fiscais (34/18), além de não gerar os níveis requeridos de emprego, concentrara os investimentos industriais em alguns locais, como Recife e Salvador - resultaram 'na quase completa marginalização da SUDENE do processo decisório' (Maranhão & Sampaio, 1987, p.418).

adequava-se à do "Brasil Grande Potência", em fase de elaboração - nova estratégia de desenvolvimento seguida pelo Estado, com o intuito de "[elevar o país] à categoria das nações desenvolvidas ... , pela realização do seu potencial máximo de crescimento, [exprimível na expansão e] (...) concentração dos investimentos industriais no Centro-Sul, onde se localizavam os grandes mercados consumidores"⁵⁷.

Dentro desse processo, exigem-se novas "incursões" do Estado na região, incursões que caracterizam um novo período, pois que ditadas pela lógica então presente a nível nacional, qual seja, a de que a maximização do crescimento do país requeriria tratamento análogo relativamente às regiões "não-participantes". Isto é, o modelo pressupunha, agora, o alcance do desenvolvimento regional não mais enfatizando estritamente o elemento social, mas principalmente o econômico. Ou seja, o desenvolvimento regional ocorreria quase que naturalmente, pelo desenvolvimento do país, através da maximização das taxas de crescimento das economias regionais. Nesse sentido, a resolução dos problemas sociais decorreria em grande medida, da capacidade de aquelas economias incrementarem seus níveis produtivos. Que, por sua vez, seriam alcançados mediante estímulos a "um aproveitamento mais intensivo dos recursos e potencialidades de cada região e o estabelecimento

⁵⁷Ver carvalho, 1987, pags.151/160. Para uma discussão dos elementos que permitiram a retomada do crescimento econômico, ver especialmente Maia Gomes, 1985, em uma perspectiva político/econômica, ou Singer, 1982, para uma análise mais econômica.

de uma coerência e complementariedade entre a sua produção e mercados, com [a] consolidação de uma nova divisão inter-regional do trabalho que favorecesse a maximização das taxas de crescimento e o avanço do capitalismo na sociedade" (CARVALHO, 1987, p.161).

Visava-se assim, adequar o Nordeste aos "objetivos do Projeto Nacional de Desenvolvimento" ou sua economia, melhor colocando, dentro desta, os fatores potencialmente estratégicos, ao crescimento da economia como um todo. Leia-se: de modo a se constituir esta em mercado fornecedor/consumidor de insumos/produtos industrializados do Centro-Sul.

Essa "complementação" inter-regional viabilizaria-se mediante a implantação de programas e projetos específicos às áreas de interesse "recíproco" nacional/regional⁵⁸.

Assim, dentro dessa concepção - isto é, no intuito de se captar melhor os recursos locais, tornando-os rentáveis - edita-se um "calhamação"⁵⁹ de projetos⁶⁰, que serão apenas repassados

58. Isto é, não mais dentro de uma visão da região a partir dela própria, ou de seus problemas particulares, mas a partir de uma ótica da "região" para a nação. Analisando o período, Bursztyn (1985) o distingue em duas fases, cujas transformações se caracterizariam por descentralização/concentração - SUDENE coordena e realiza todas as ações, entre 1960 e 1970; e centralização/desconcentração - decisão emana do poder central e a SUDENE age em conjunto com órgãos federais (págs.26 a 29).

59. Naturalmente, na acepção de algo "muito extenso, sem a correspondente importância" (Mirador Internacional, 1977), aqui, quanto às intenções/resultados.

60. Para um aprofundamento ver, entre outros, Carvalho, 1987; Carvalho, 1979; Sampaio et al., 1979; Chalout 1980 e 1985; e especificamente sobre o POLONORDESTE, as Dissertações de Mestrado de Nottingham, 1989 e Castelo, 1987.

sumariamente no sub-item seguinte, e nos pontos objeto de interesse: as intenções (público-meta) e os resultados dos mesmos, relativos exclusivamente, sempre que possível, à região (estado) em estudo.

2.4.1 - CONSEQUÊNCIAS DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA CONSIDERAÇÃO

Pela ordem criam-se, em 1970, o Plano de Integração Nacional - PIN, que incluía o Plano de irrigação do Nordeste, e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA, em 1971, ambos definidos no I PND⁶¹.

Em linhas bastantes gerais, relativamente às políticas de irrigação, "os resultados quantitativos ... estiveram muito distantes de atingirem as metas, em termos de emprego, área irrigada e produção agrícola" (CARVALHO, 1979, p. 99): "(...) a instalação dos perímetros implicou em [mais] destruição de empregos, [pelas] desapropriações, (...) do que os tem criado, [prejudicando] as camadas mais pobres" (SAMPAIO et al., 1979,

⁶¹ Plano Nacional de Desenvolvimento (1972/ 1974). Para os mesmos anos e em substituição ao IV Plano Diretor dessa agência, a SUDENE redige o Plano de Desenvolvimento do Nordeste - PDN, e que deveria agir em consonância com o PND. Consultar Sampaio et al., 1979, para um esclarecimento das causas de não terem os planos "interagidos", como reflexo da transferência das diretrizes regionais para o nível federal.

págs.99,113,217). A sobreposição do objetivo eficiência econômica, não resultou sequer, mesmo subsidiando-se altamente o capital, em retorno aos investimentos: os níveis de produção e renda previstos não foram minimamente alcançados. Isto sem falar que o pequeno percentual atingido das metas desejadas, só o foram "às custas de uma considerável aplicação de capital" em todos os níveis" (idem, p.203).

rec. Quanto ao PROTERRA, mais importante em termos de recursos alocados e (na ênfase explícita de) apoio ao pequeno produtor (incluindo os sem-terra), objetivava "servir" tanto aos trabalhadores, estimulando a produção familiar, mediante modificações na estrutura fundiária (via compras/desapropriações), quanto aos grandes proprietários, fomentando empreendimentos agrícolas de caráter empresarial - as agroindústrias. Para tanto, ambos os segmentos teriam acesso à crédito subsidiado. Da mesma forma que os demais, também as metas deste projeto "não foram cumpridas, sequer em parte apreciável", e, contrariamente aos objetivos iniciais o crédito acabou sendo "absorvido pelos grandes projetos destruidores de emprego" (MARANHÃO & SAMPAIO, 1987, págs.420-421).

Estes resultados podem ser melhor visualizados, tomando-se o Ceará como exemplo, por ser o estado que concentrava não só um maior número de terras aptas à reforma agrária "e de população a ser atingida" (Sampaio et al., 1979), como também "o estado líder

em percentuais de área redistribuída e população beneficiada": a imensa maioria das terras redistribuídas, o foram por aquisição, e mesmo tendo atingido resultados máximos, estes foram irrisórios: apenas 0,5% dos latifúndios por exploração cadastrados pelo INCRA foram adquiridos para parcelamento, e, em termos de área, só 2,1% das terras destes foram adquiridas, beneficiando 0,1% total dos parceiros, arrendatários, assalariados permanentes e temporários. Relativamente aos recursos alocados, os itens relacionados à modernização, absorveram a maior parte (alcançando mais de 90% em 1977); já o crédito fundiário, concernente ao lado "social" do programa, no mesmo ano, limitava-se a menos de 3%⁶².

Se o "Sertão do Ceará, área com baixo potencial agrícola e nenhuma inquietação social, ... constitui-se na mais expressiva realização do Programa, tanto em termos de área adquirida como em termos relativos de percentual das metas (área) realizadas" e se, conforme visto, esses números sequer "arranharão a superfície", a extrapolação de resultados para o conjunto da região é

⁶²Dados extraídos de Carvalho, 1979. A título de ilustração: segundo a autora, no ano de 1976, "o programa consumiu a quase totalidade de seus recursos e energias na auto-alimentação de seu corpo técnico-burocrático como se tal crescimento constituísse paradoxal garantia de continuidade dos propósitos redistributivos" (p.110). Um dado não se pode negar: o programa contribuiu de forma bastante eficaz para aumentar o número de empregados no setor público!

imediatas⁶³.

Interessante observar, para referência futura, e seguindo a análise da autora, especificamente para o estado do Ceará, que a "reforma agrária" prevista neste projeto referia-se exclusivamente às "áreas prioritárias", focos de maior tensão. Se se infere, como ela o faz, a apreensão desta primazia "em termos de 'atraso' da penetração direta do capital" (p.62), e que esta desapropriação ocorre exatamente nos locais onde predominam os parceiros e pequenos arrendatários vinculados à produção algodão/subsistência, poder-se-ia fazer algumas suposições, com base nos resultados por esta apresentados.

Mesmo estes pequenos proprietários (parceiros, arrendatários, mini/médio-fundistas) parceleiros tinham no algodão o produto principal, por ser "o único produto agrícola conversível em renda monetária e portanto o que se destinava" (p.118) a saldar as dívidas contraídas. As rendas líquidas são sempre positivas pois que "calculadas" da seguinte forma: no cômputo geral, imputa-se ao consumo familiar, um valor tal que, deduzidos os custos "fixos" (preços ditados pelos usineiros,

63. Citado conforme Sampaio et al., 1979, p. 446-447 e Carvalho, 1979, respectivamente. Os primeiros autores, que analisam detalhadamente o elenco de programas inseridos no I e II PND, especificamente o PIN e o PROTERRA (I) e o POLONORDESTE e Sertanejo (III), conclui, uma forma bastante geral, que estes programas acabaram caracterizando-se principalmente em elemento: destruidor de empregos, e concentrador de renda no campo; fonte de crédito para os médios e grandes proprietários. O fim último da política que os perneiam, de aumento da produção comercializada, em detrimento dos objetivos sociais, redundaram em piora da situação do público - meta, traduzida em seus baixíssimos níveis de vida. Os "benefícios" foram mínimos: reduzido percentual de famílias assentadas e de trabalhadores empregados, face ao enorme contingente de excluídos.

custeio agrícola e agropecuário, impostos), aquela supere as "despesas", para que a produção camponesa apresente-se compatível com a lógica do programa à sua razão de ser: "organizada" em moldes capitalistas, o lucro deve ser gerado para que esta constitua-se em "justificativa primeira de sua existência" (p.131). Mesmo considerando todas estas "vantagens" à disposição dos parceleiros, não houve expressividade do programa quer na produção de algodão, quer nas culturas de subsistência quer em termos de melhoria de renda.

À situação descrita deve-se adicionar a informação de não mais serem estes parceleiros sujeitos à um grande proprietário, mas eles próprios "empregadores" de parceiros. É sugestiva a observação de que, apesar das facilidades à estes concedidas, incluindo-se a posse real da terra - item crucial à autonomia do produtor na captação de recursos financeiros -, o número dos que poderiam prescindir destas concessões uma vez organizados, isto é, funcionando os parceleiros dentro do Programa (assistência técnica, financeira, etc.), é inexpressível.

Quanto aos imóveis passíveis de serem desapropriados, seus proprietários ou ignoraram o fato, ou "outros, em muito maior volume, lograram ... [classificá-los] como empresas agrícolas" (CARVALHO, 1987, p. 191), "transformando-os", assim, em empreendimentos racionais (eficientes e rentáveis) do ponto de vista econômico, justificadores do apoio do Estado [CARVALHO,

1979], materializado na política de crédito altamente subsidiado, com taxas que atingem a mais de 90% (Sampaio et al., 1979, p.284), e que se destinam ao "financiamento de capital de insumos modernos [máquinas, tratores e implementos agropecuários], fatores intrinsecamente relacionados com a expansão e modernização do setor agrícola mais capitalizado e, conseqüentemente, menos absorvedor de mão-de-obra" (idem, p.286).

BCME-BIBLIOTECA

Quando da mudança de governo em 1974, é constatada a inoperância dos Programas mencionados (PIN e PROTERRA), institui-se uma série de outros programas, denominados "especiais", e dentro de uma concepção integrada de desenvolvimento rural⁶⁴: surgem, entre outros, o Projeto Sertanejo⁶⁵ e o POLDNORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste. Este último, mais significativo em aporte de recursos e potencial transformador (CHALOUT, 1980, p.534), será repassado sumariamente a seguir.

Visando modernizar e desenvolver as atividades agropecuárias da região a partir de pólos de crescimento "integrados" ao mercado [Chalout, 1980], e tendo por público-meta, a partir de

64.A elaboração do II PND (1974 - 1979) segue a estratégia das políticas econômicas anteriores de expandir e integrar a produção e os mercados das diversas regiões, de modo a potencializar o crescimento nacional.

65.Ou Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste. Aparecem também o PRODECOR, PRONAM, Programa de Irrigação, etc. O Sertanejo, visando também os pequenos e médios estabelecimentos agrícolas e a reestruturação fundiária, não tem melhores perspectivas, "dado ser praticamente ignorado [este último item] nos planos de ação e programação de recursos" (Sampaio et al., 1978, p.415).

1977, a pequena produção rural, o POLONORDESTE objetivava também "elevar a eficiência da ação pública" na região (NOTTINGHAN, 1989).

O sentido era o de dotar os pequenos produtores de recursos (físicos e creditícios) capazes de torná-los aptos a produzir conforme o mercado, ou seja, de fazê-los "auto-suficientes" em gerar não mais apenas o necessário à subsistência, mas um excedente passível de ser acumulado. A concepção desta meta requer a consideração de uma série de fatores que, nos limites deste trabalho, somente podem ser indicados: o aumento da produtividade, "meio possibilitador da geração de um excedente maior"⁶⁶ ocorre ou por um incremento no uso de insumos modernos, que acarreta alta nos custos de produção, ou por um uso mais intensivo de mão-de-obra, que por sua vez, implicaria no aumento do preço do trabalho (da maneira como estas unidades são "concebidas", a utilização de relações sociais de produção outras que não o assalariamento - e que poderiam reduzir os custos - seria (ou deveria ser) algo impensável ...). Para cobrir estas despesas as receitas geradas teriam de ser significativas: mesmo admitindo-se a produção de culturas comerciais, há que se levar em conta os altos riscos e incertezas do setor, a flexibilidade de preços, a organização dos mercados (oligopsônica/oligopólica) na comercialização tanto dos insumos quanto dos produtos, etc.

66. Sampaio et al., 1979, p.327. A análise desenvolvida neste parágrafo baseia-se em parte, neste trabalho.

Isto sem falar nas possibilidades de outras atividades mais lucrativas (aplicação de recursos subsidiados em outros setores), a perda de espaço das culturas alimentares não atrativas economicamente, etc⁶⁷.

Retornando ao Programa, o POLONORDESTE, consoante análise de Chaulot (1980), introduziu melhorias significativas na região, expressadas estas principalmente em termos de infra-estrutura, como estradas, eletrificação rural, mecanização, armazenagem, etc. Muitos pequenos produtores beneficiaram-se de recursos aplicados em educação, saúde, assistência técnica, etc, além daqueles destinados à "regularização fundiária e fundo para a aquisição de terras" (p.545). Dentro destas realizações, o "público" que efetivamente locupletou-se desses ganhos, é formado pelos médios e grandes proprietários; ganhos estes propiciados, por exemplo: pelos armazéns, quando da comercialização; pela valorização da terra, através da criação de infra-estrutura (que contribuiu para inibir a possibilidade do pequeno produtor ter acesso à terra); pelo crédito subsidiado, etc⁶⁸.

BCME - BIBLIOTECA

67.Consultar a obra citada na nota anterior, para um maior detalhamento a respeito da inviabilização de um projeto com estas características

68.Para Nottingham, 1989, que analisa o programa também como parte de estratégia mais ampla ou de Desenvolvimento Rural Integrado (DRI), o POLONORDESTE não representou de fato uma estratégia de DRI, por não ter promovido a integração entre agricultura, indústria e serviços na área rural - pressuposto de tal estratégia. A área industrial não circunscrevia-se aos limites do programa.

O ressurgimento da necessidade (urgente) de o Estado reativar as frentes de trabalho, como meio de preservar (literalmente) o enorme contingente de trabalhadores rurais sem as menores condições de ocupação - como resultado do intenso período de secas, que se estende de 1979 a 1983 -, emerge, mais uma vez, a conhecida situação de que todas aquelas ações "programadas" - traduzidas agora nos programas especiais de desenvolvimento "integrado" -, não só não produziram os efeitos "desejados", mas contrários aos que se propunham alcançar, como (re)comprovaram a ineficácia do Estado em tentar solucionar os eternos problemas regionais, constantes dos diagnósticos oficiais.

Somada aos anos de secas prolongadas, a recessão econômica pela qual passava o país - reflexo do esgotamento do modelo de desenvolvimento então em curso⁶⁹ - espraiou-se sobre a "área integrada Nordeste", de forma extremamente negativa, exatamente pela manutenção das características regionais alvo do Estado.

69. A crise do petróleo, em fins de 1973, ao aprofundar as dificuldades econômicas - déficit do balanço de pagamentos e elevadas taxas de inflação - tornou necessárias medidas que ajustassem a economia brasileira às novas condições imperantes. Como o governo Geisel visava assegurar a continuação do crescimento econômico, sua estratégia pautou-se por manter altas taxas de crescimento, às custas do recrudescimento inflacionário e de uma maior endividamento externo. Nesse sentido, as altas taxas de crescimento foram mantidas mediante a implementação de um amplo programa de investimentos públicos e privados, que permitissem a substituição de importações de bens de capital e produtos intermediários, essenciais à manutenção do crescimento econômico. Entretanto, o exacerbamento do endividamento externo, somado ao segundo choque do petróleo em 1979, à elevação das taxas de juros internacionais em 1980, e ao recrudescimento do processo inflacionário, suscitou a tomada de medidas drásticas: em fins de 1979 é decretada uma maxi-desvalorização da taxa de câmbio e, em 1980, implanta-se um programa de ajustamento de cunho monetarista, que culminou em profunda recessão econômica, manifestada na queda de vendas, no aumento acelerado das taxas de juros com conseqüente restrição do crédito, na elevação da taxa de desemprego e no desaquecimento geral da economia (Castro & Souza, 1985; Maia Gomes, 1985).

ac - A acentuação das repercussões negativas resultou em grande parte, conforme visto, da ênfase dos programas citados, das atuações pontuais, inexpressivas, e que, de forma inversa (?) aos seus princípios, destruiu mais oportunidades de emprego do que objetivava criar e, ao contribuir para o aumento da concentração da estrutura fundiária (com "perda" da posse da terra para inúmeros trabalhadores), implicou até mesmo na perda de possibilidade de grande número daqueles trabalhadores "desapropriados" produzirem a própria subsistência...

A situação extremamente desabonadora à imagem do Estado, incluindo-se as pressões internacionais (Banco Mundial), levou o governo a implantar um projeto que encampasse todos os demais, de forma a racionalizar a atuação do Estado na região, pulverizada pelo excessivo número de projetos e programas descoordenados e sem realizações expressivas. Em suas formulações iniciais, o Projeto Nordeste (1983)⁷⁰, propunha a priorização absoluta dos "pequenos produtores, com ou sem terra, e trabalhadores rurais assalariados, ... [os] mais vulneráv[eis] aos efeitos das secas" (Chalout, 1985, p.68), e a descentralização das ações estatais como forma de torná-las mais eficientes.

1987 - ... sobre a posse da terra ...

Não fugindo às consequências dos anteriores, o Projeto Nordeste afasta-se de suas diretrizes, passando, dentro de uma

70. Da concepção inicial do Projeto constam diversas sugestões do Banco Mundial. Cf. Chalout, 1985.

ação mais "descentralizada", a ser "conduzido" pelos grupos dominantes imbricados aos governos estaduais.

Posteriormente, ainda dentro desta sua concepção, surge o PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (1984), que apesar de enfatizar o aspecto agrário, avaliações preliminares "têm ressaltado ... a progressiva diluição das metas fundiárias e a conseqüente desvinculação entre os demais componentes e ação fundiária" (CARVALHO FILHO & CASTELO, 1989, p.579).

Mais recentemente, em 1986, criou-se o Programa de Irrigação do Nordeste - PROINE, cuja meta fundamental era, ao contrário das anteriores que tendiam a enfatizar a renda e o emprego, estritamente, "obter, a médio prazo, significativo aumento da produção e/ou produtividade agrícola" (ROCHA FERREIRA, 1989, p.499)⁷¹, mediante uso de técnicas modernas de irrigação, como forma de rebaixar os custos de produção e compatibilizar preços acessíveis ao setor urbano "com adequados níveis de remuneração aos agricultores" (idem). Seus resultados mais expressivos foram "desapropriações e/ou desapossamentos ... de grande contingente populacional ... de seu público-meta" (CARVALHO FILHO & CASTELO, 1989, p.578) - os trabalhadores sem acesso à terra ...

Ref: Subjacente à todos esses programas está o fato de terem observado ...

71. Grifos do autor.

sido elaborados como uma "alternativa à realização de mudanças mais estruturais como uma Reforma Agrária" (idem, p.569), item que, do quadro de mudanças pelas quais vinha passando o país, não poderia ficar à margem, muito menos em presença da ascensão de "novos atores, entre os quais os movimentos organizados de produtores rurais", que pressionando por reformas na estrutura fundiária, colocam a "posse e o uso da terra [no centro das] discussões [relativas] à [uma nova] ordem econômica rural" (DAVID, 1989, p.507).

BCME-BIBLIOTECA

A vitória dos proprietários rurais (representados pela UDR), manifestada na exclusão (na nova Constituição) da propriedade produtiva - ainda não definida - do grupo de estabelecimentos rurais aptos à reforma e nos altos custos que a desapropriação por interesse social causaria aos cofres públicos, pela inclusão de indenizações mediante "preservação do valor real" do imóvel e das benfeitorias, poderia, de certo modo, ser "contornada", no caso do Nordeste, e dentro das sugestões propostas por David (1989), com maiores estímulos ao arrendamento e à parceria ou desestímulos à mecanização (p.509).

Os dois parágrafos precedentes cobrem um período de tempo caracterizado por mudanças significativas no cenário nacional. Retrocedendo-se um pouco à época do extenso período de secas observado no Nordeste (1979 a 1983), este coincide, o seu final, com o prenúncio de alterações na forma de governo, ditadas pela

falência das políticas econômicas até então preconizadas⁷² e das medidas de ajustamento posteriormente implantadas visando "estabilizar" a economia, tais como restrições ao crédito (excusive o setor agropecuário até 1983), retração das importações e estímulos às exportações como meio de tornar o balanço de pagamentos superavitário, e arrochos salariais, entre outros⁷³.

BCME-BIBLIOTECA

As políticas de saneamento, ao implicarem em desaquecimento do crescimento econômico, com todos os "ingredientes" que o caracterizam como, por exemplo, redução dos investimentos e, conseqüentemente, dos lucros, e quedas nos níveis de emprego e renda dos trabalhadores, acabaram redundando em uma "insatisfação geral" que conduziu o país à "transição" do regime militar até então vigente para os "tempos de democracia".

A consideração dos motivos que levaram à instalação da Nova República (em 1985) segue de perto a análise desenvolvida por Maia Gomes (1985), segundo a qual dentre aqueles estava a perda de sustentação do regime militar ditada pelo esgotamento das benesses concedidas às classes proprietárias, em função da "escassez dos recursos" públicos, não mais disponíveis para a elaboração de planos megalomaníacos de investimentos públicos

72.Vide nota 69, p.60.

73.Cf., por exemplo, Maia Gomes, 1985.

(p.188) que as beneficiavam de todos os meios possíveis⁷⁴.

À pressão dessas classes, à quem não mais interessava respaldar uma tal situação, soma-se a das classes trabalhadoras em direção "ao crescimento [de uma] oposição legal" (p.189), traduzida em confronto direto ao regime identificado como o responsável por todos os problemas em curso.

Quanto ao Nordeste, reproduz em menor escala o processo nacional, quando se reporta às notícias de desvios de recursos e apropriações indébitas pelos grupos locais de verbas destinadas aos Programas de Emergência e frentes de trabalho - insignificantes, note-se de passagem, quando cotejadas às verbas federais de destinação duvidosa e de "pouca" utilidade [CARVALHO, 1987, p.249]. Antes disso, o abuso excessivo de recursos públicos a fundo perdido, doados aos municípios na época das eleições, garantiu a vitória dos partidos situacionistas (PDS), os quais conferiram maior legitimidade ao governo que tentava "içar-se" ao comando da nação: uma vez empossado (em 1979), o gal. Figueiredo "garantiu" apoio às oligarquias agrárias regionais, traduzido este em um maior aporte de recursos à região.

Entretanto, a crise pela qual passava o país, implicou em "retardamento do plano de socorro de emergência" (idem, p.259) às

74. Inclusive de forma ilícita, como bem atestam os inúmeros escândalos financeiros denunciados na época. Ver obra citada na nota anterior e também Carvalho, 1987.

vítimas das secas, agravando não só a situação crítica dos estados nordestinos, mas principalmente dos mais atingidos - os trabalhadores rurais. Este processo leva à cogitação do Projeto Nordeste e de todos os que lhe seguem, já resumidamente enfocados, e que têm em comum o elemento desencadeador da necessidade de sua (de todos os programas) implantação - a inoperância da ação estatal na região!⁷⁵

Dentro do panorama de maior abertura política propiciada pela instituição do regime democrático (em 1985), de caráter mais social - refletido na ampliação dos direitos trabalhistas aprovados na Nova Constituição definida em 1988, e apesar de alguns retrocessos, como a impossibilidade de serem desapropriados latifúndios improdutivos pela não especificação, nos dispositivos constitucionais, conforme visto, da "propriedade produtiva" -, a nível dos estados, principalmente do estado objeto de estudo, há perspectivas de mudanças favoráveis.

A eleição do candidato da oposição (PMDB), Tasso Jereissati,

75. A estrutura política, sempre reforçadora da 'indústria da seca' - continuamente explorada com fins e objetivos escusos, dada a numerosa população dos municípios nordestinos usados como currais eleitorais mantenedores da situação vigente, cujo descalabro beneficia a uns poucos grupos oligarcas (política dos 'coronéis') -, parece ter mudado com o advento da Nova (?) República. Muito se tem afirmado ser a solução para a problemática nordestina eminentemente "política". Mesmo correndo o risco de tornar-se esta nota algo planfletária, pensa-se que ela de fato o é, pois a alegada falta de recursos não é argumento digno de confiança, quando se pensa nas fabulosas somas de dinheiro público empregado para tapar rombos causados por escândalos financeiros e para compor as combalidas caixas de companhias estatais ineficientes, inoperantes e carregadas de corrupção.

O que é realmente escasso, não é a água ou o potencial capaz de ser desenvolvido, mas sim a seriedade de propósitos e determinação dos homens públicos, bem como a mobilização da sociedade nordestina para deles exigir soluções concretas e permanentes, não mais aceitando os paliativos e panacéias inócuos até aqui ministrados!

em 1986, sem dúvida significou um rompimento com a chamada "política dos coronéis", expressado este na ausência de interposição política na determinação das formas de alistamento de trabalhadores rurais e na impossibilidade de estes serem engajados na construção de obras que não fossem de caráter público, isto é, de uso comum.

O governo atual do estado do Ceará⁷⁶, apesar de seguir em linhas gerais as propostas de seu antecessor, tem enfrentado os mesmos problemas da administração passada. A estrutura política tradicional não deixa de permanecer, materializada principalmente na gestão dos diversos órgãos estaduais responsáveis pelo desenvolvimento do setor rural. A extinção/fusão de vários deles não tem resultado, pelo menos por enquanto, em respostas significativas. Muitas das realizações efetuadas limitam-se à criação de infra-estrutura. Isso por que parte da solução do problema regional (local) passa necessariamente por uma reformulação de sua estrutura agrária - algo, no momento presente, incogitável e de alcance obrigatoriamente nacional, o que inibe as possibilidades, no plano local, de viabilizar políticas que efetivamente beneficiem os pequenos produtores.

Posteriormente se verá como uma das tentativas preconizadas pela nova administração, não obstante direcionarem-se

76. Ciro Gomes, eleito em 1990.

prioritamente ao atendimento das populações rurais de menor renda, podem acabar encampados pelas maiores propriedades, frente à forma como organiza-se a estrutura produtiva rural do estado⁷⁷.

A exposição desenvolvida acima permite a suposição de que:

- considerando-se a atuação ambígua do Estado na região, que visava atender tanto os grandes proprietários - propostas modernizantes -, como os trabalhadores de baixa renda (pequenos proprietários, parceiros, moradores, arrendatários, etc, - com ou sem terra) - com objetivos sociais, então:

--> se atendia a ambos os segmentos referidos, não poderia resultar automática e unicamente - por simples indução do Estado - esta atuação em predominância de formas avançadas ou tipicamente capitalistas;

--> mesmo a tentativa deliberada de transformar os pequenos produtores rurais em "empresários" capitalistas regidos pelas leis do mercado (ou seja, princípios de maximização da eficiência, mercado etc) não só não atingiu as metas desejadas, como uma vez retirados da "tutela" do Estado, estes trabalhadores retrocederam à uma atividade de estrita subsistência, intercalada com ocupações eventuais.

--> a possibilidade de "elevar" um estabelecimento à categoria de empresa rural - com a obrigação de assalariar (de acordo com a legislação trabalhista) todos os trabalhadores da

⁷⁷Está-se reportando ao programa do governo elaborado preliminarmente em Julho de 1991 e que visa reativar a produção algodoeira.

propriedade - também não poderia servir de parâmetro ou de uma espécie de indicador ascensional à formas "superiores" do capitalismo, pelo fato de as "novas" empresas surgidas apresentarem, além de inexpressividade numérica, um enquadramento fictício (muitas delas), uma vez que é mantida a relação de moradia (ALMEIDA & ESTERCI, 1979, p.124-125).

BCME-BIBLIOTECA

1979

"REALIDADE SOCIAL" - REVISTA DE ECONOMIA - UNICAMP - SÃO PAULO

DE ECONOMIA SOCIAL - REVISTA DE ECONOMIA - UNICAMP - SÃO PAULO

DE ECONOMIA SOCIAL - REVISTA DE ECONOMIA - UNICAMP - SÃO PAULO

... desenvolvimento econômico, social e cultural do país, a partir da análise das condições de vida da população rural, e a identificação dos problemas que se apresentam no campo, com o objetivo de estabelecer as prioridades de atuação do Estado e da sociedade civil.

CAPITULO 3

"REALIDADES" DO SETOR RURAL EM APREÇO: EXAME DE ALGUNS PRINCÍPIOS BÁSICOS QUE AS "DETERMINAM" ...

... a realidade rural é complexa e dinâmica, e a análise de suas condições de vida deve considerar os aspectos econômicos, sociais e culturais, bem como a interação entre eles.

3.1 - APRESENTAÇÃO

Neste capítulo e no seguinte tentar-se-á mostrar, tão aprofundadamente quanto possível⁷⁸, com base em informações disponíveis e nas coletadas que, apesar dos "esforços" do governo refletidos nos programas de desenvolvimento, a "salarização" da força de trabalho não é uma especificidade da área rural do estado; em contrapartida, a ocupação da mão-de-obra vem apresentando algumas tendências, quais sejam:

1 - "desvinculação" do trabalhador da propriedade, via parâmetros legais;

2 - formas diferenciadas de remuneração - parte em espécie e parte em produtos ou pagamento do salário mínimo vigente para o setor rural, bem como certas "concessões" como acesso à moradia, plantação de culturas de subsistência, etc - o que suscita a possibilidade de "apreensões" diferentes através das categorias "geradas" por este parâmetro, ou sua não inclusão como "assalariamento puro".

A discussão crítica, em grande medida, tomará por base o trabalho de NAKANO (1981), mas dentro de um esquema teórico diferenciado, de modo a poder adequá-lo à realidade do estado⁷⁹.

78. Tanto em função dos limites deste trabalho, quanto dos textos dos autores selecionados.

79. Ver cap. I, p.13-14.

Realidade que, aliás, é fator a reiterar a tese do autor, ainda que em direções diferentes.

Grosso modo, poder-se-ia enquadrar este tipo de abordagem em três grupos: a) autores que entendem o avanço do capitalismo no campo concomitantemente ou associado à recriação de formas não tipicamente capitalistas. Dentre esses, há os que consideram esta recriação como um obstáculo ao desenvolvimento de formas superiores (assalariamento) e os que a consideram como um momento de passagem também em direção ao assalariamento; b) autores que consideram estas relações não tipicamente capitalistas como formas alternativas ou uma "escolha" mais "racional"; e c) autores que consideram as categorias sociais como "produto do meio" - no caso, a relação de parceria seria uma especificidade do Ceará rural⁸⁰.

Apesar dessa "separação", contrapor-se-á as diversas análises dos autores escolhidos independentemente da mesma; sem que, entretanto, fique prejudicada a percepção entre o "tipo" de abordagem seguida por um autor e o "respectivo" enquadramento".

⁸⁰ Interessante observar que as análises do 1^o e 2^o grupos são generalizadas para o NE como um todo.

3.2 - DIVERSIDADES "CARACTERÍSTICAS" DO CAMPO

Referindo-se à expansão do capitalismo no setor rural, Sampaio *et al.* (1979) afirmam ser esta rápida penetração "fruto" da atuação do Estado e "propiciada pelos investimentos em construção de cercas, benfeitorias, melhorias de rebanhos e implantação de pastagem, e fertilização de algumas culturas, trazendo em consequência a substituição das culturas alimentares por comerciais e da agricultura pela pecuária." (p.24)⁸¹.

Tal concepção, por não especificar o tipo de força de trabalho empregada, parece ter implícito o fato de serem estas culturas associadas à forma de ocupação da mão-de-obra tipicamente capitalista - o assalariamento. A menos que se esteja supondo uma "modernização conservadora" em que o uso de técnicas modernas combina-se à relações sociais de produção não tipicamente capitalistas, paralelamente à substituição de culturas (KAGEYAMA (coord), 1990). Mas não parece ser este o caso, ou ter-se-ia o avanço do capitalismo como um "dado" do setor rural, pois que ditado exclusivamente em termos de

81. A título de esclarecimento, nesta obra, Sampaio *et alii*, após exame pormenorizado dos principais programas governamentais para o Nordeste, concluem, textualmente, ser "fato ... que, da atuação governamental, ao lado da tendência normal do sistema, tem resultado aquilo que os estudos de estrutura agrária no Nordeste parecem indicar: uma rápida penetração do capitalismo no campo. Penetração propiciada pelos investimentos em construção de cercas, benfeitorias, melhorias de rebanhos e implantação de pastagem, e fertilização de algumas culturas, trazendo em consequência a substituição das culturas alimentares por comerciais e da agricultura pela pecuária". No parágrafo subsequente colocam ter "a ação do Estado ... sido claramente reforçadora desta tendência, seja devido à existência de incentivos ao uso do capital, principalmente para expansão e melhoria dos rebanhos e da pastagem ...; seja via crédito do PROTERRA; seja mediante o reforço da infra-estrutura física" (p.23-24).

realizações físicas ou uso "mais" acentuado de insumos... Esta idéia parece simplista demais para ser a (implicitamente) "sustentada" pelos autores⁸².

Relativamente à primeira suposição, poder-se-ia argumentar que, além de remeter à denominação do que seriam estas formas, teria de basear-se, uma vez aceita a presença do modo de produzir capitalista e, conseqüentemente, dos seus pressupostos de máximas eficiência e rentabilidade, na hipótese de serem as formas não-típicas menos vantajosas do que a característica do sistema. Ou seja, se teria de supor apresentar a parceria, por exemplo, uma lucratividade inferior ao assalariamento - hipótese não comprovada empiricamente e que pressuporia ser o trabalho assalariado uma alternativa, não presente, contudo, nas situações onde a parceria é utilizada. Este ponto será retomado mais adiante⁸³.

BCME - BIBLIOTECA

Esta noção parece ligar-se, em um certo sentido, a outra, sustentada por Hoffmann (1990), qual seja de evidência da

82. Além de permitir a seguinte conjectura: se o que caracteriza o capitalismo é exclusivamente o uso de técnicas 'avançadas' - no sentido de propiciar alta produtividade - e a disseminação de relações mercantis (mercado/trocas), então ter-se-ia de creditar aos sumérios (primeira civilização sobre a face da terra, surgida por volta de 8.500 a.c. na região mesopotâmica) os primeiros vestígios do que viria a ser considerado capitalismo... De fato, esta formação social desenvolveu técnicas de irrigação tão avançadas que propiciou a seus membros um excedente muito superior às suas necessidades de consumo, excedente este que era transacionado com diversos povos de outras regiões, em troca de mercadorias não disponíveis localmente...

83. Avançando um pouco, essa noção é apresentada por Graziano da Silva (1988), em crítica à obra de Otamar de Carvalho (1985) - que sustenta ser a parceria, bem como todas as outras categorias não típicas do capitalismo, atrasadas e obstáculos ao pleno desenvolvimento deste último.

"relação entre o aumento de desigualdade [na distribuição da renda na agricultura brasileira] e a modernização das relações de produção, com o aumento da importância relativa das categorias típicas do capitalismo: empregados e empregadores. Ou seja, o autor constata que a "modernização tecnológica - aprofundamento das relações intersetoriais, com o uso crescente, na agropecuária, dos insumos modernos, produzidos industrialmente ... - é acompanhada por uma modernização das relações de produção, com o crescimento da importância relativa das classes típicas do sistema capitalista de produção: empregados e empregadores" (p.5).

Nesta abordagem, as categorias não apenas são referidas como são parte integrante da caracterização deste avanço no campo. Note-se que se usou o termo "referência" em menção às categorias utilizadas por Hoffmann, por não terem sido estas definidas, mas apenas indicadas. Ou seja, o autor considera, com base nos dados dos Censos Demográficos de 70 e 80, que os parceiros ou meeiros sejam "autônomos"; e que, se estes empregam, são classificados como "empregadores". Constatando, quantitativamente, "uma tendência de a importância dos autônomos decrescer com a modernização", o autor a relaciona "não ... apenas ... [ao] maior uso de insumos industriais e novas técnicas agronômicas, mas também ... [à] "modernização" das relações de trabalho, ... [expressadas] no crescimento ... das classes típicas do capitalismo: empregados e empregadores (idem, p.69-70).

Inferir-se então, caracterizarem-se os não assalariados da área rural da região como parceiros e meeiros autônomos se não remuneram seus empregados, ou como parceiros e meeiros empregadores se o fizerem. Como aqueles vêm decaindo, deduz-se estar aumentando o número de parceiros e meeiros empregadores(!). Interessante observar ser a autonomia - ponto fundamental na determinação das relações sociais - não-definida, ou melhor, ser "definida" em termos de capacidade remunerativa exclusivamente, como se não houvessem fatores determinantes desta capacidade. Isto é, o raciocínio parece invertido: o lógico seria a capacidade empregatícia (remunerada) advir da autonomia do agente social, autonomia derivada, em grande medida, da possibilidade de acesso à terra.

Ho: O aspecto a considerar ainda sobre o estudo de Hoffmann seria, então, a "constatação" de "mercantilização" da mão-de-obra no setor rural, expressada na divisão entre empregados e empregadores. Subjacente estaria a lógica capitalista predominando no campo e produzindo, segundo o autor, seu elemento típico: a pobreza dos baixos salários, destacada na categoria de empregados. Uma vez dentro desta "classificação", estaria "automaticamente" comprovado, portanto, o objetivo da análise de Hoffmann: a associação direta entre o aumento da pobreza relativa e a modernização das relações de produção.

Poder-se-ia perguntar, nesse caso, se "modernizar" o campo

significa "empobrecê-lo", porque se costuma preconizar o avanço do capitalismo e, obviamente, do número de "empregados" no campo, como solução aos graves problemas enfrentados pelo setor rural, por conta da presença de relações "atrasadas" ou "atípicas"?⁸⁴ Não que seja esse o ponto de vista (pelo menos explicitamente) de Hoffmann, mas seu "afã" em exaltar a "produção" de pobreza relativa de um "suposto" capitalismo no campo⁸⁵ e "confirmá-la" empiricamente, o leva a utilizar critérios tais que permitem o "encaixe" de todos os tipos de ocupação da mão-de-obra ou na categoria de empregados ou na de empregadores.

Por derivação lógica, se, conforme Hoffmann, os empregados vêm aumentando e os autônomos decaindo, os espaços da produção familiar estar-se-iam também reduzindo - aspecto evidenciado por Hoffmann quando relaciona à pequena produção familiar os autônomos⁸⁶. Destaca apresentar a "ocupação da terra através de propriedades familiares [uma] ... distribuição da posse da terra menos concentrada e da renda relativamente mais baixa" (p.29). Entretanto, o processo de modernização tende a reduzir os autônomos também nessa região, aumentando o número de pobres na

84. A exemplo de Otamar de Carvalho (1985), Graziano Silva (1988), Ricardo Carneiro (1978), Sampaio et al. (1979), Rita Loureiro (1977), entre outros. O uso de ambas as formas "atrasadas/atípicas" deve-se ao fato de os autores citados utilizarem-se de uma ou outra. Entretanto, quer as considerem em um sentido ou em outro, todos as encaram como em fase descensional, relativamente à ocupação temporária (assalariada). Conforme se mostrará, Graziano, por exemplo, apesar de não considerar tais relações (não capitalistas) como um entrave - pois que atrasadas -, as classifica como um "momento de passagem" ao trabalho assalariado.

85. O que levaria à seguinte conjectura: seria, para o autor, uma outra "formação social" a solução?...

86. De participação mais significativa no Sul do país por razões históricas. Cf. Hoffmann, 1990.

categoria de empregados (p.71).

Note-se que a sustentação da idéia de predomínio das formas capitalistas centra-se na redução imposta à categoria de autônomos (que incluem parceiros e meeiros conta própria) e no aumento da de empregados (que excluem os citados) e empregadores⁸⁷. Estas categorias são as constantes dos Censos Demográficos e omitem ocupações características do setor rural, como, por exemplo, os moradores e os responsáveis e membros não remunerados das famílias (RMNRF) - categoria de suma importância no setor rural (especialmente no Nordeste e sobretudo no estado do Ceará), e a que mais se aproxima da noção de trabalho ou produção familiar! Quanto aos moradores, constituem uma modalidade de ocupação rural, passível de assinalar uma tendência de emprego da área rural cearense⁸⁸.

A não percepção dessas peculiaridades torna tal esquema de difícil aceitação. Na realidade, uma interpretação dessa natureza - como de resto, reiterando, constante da maioria das análises sobre o assunto - peca pela base e faz repensar a questão da generalização de relações capitalistas no setor agrícola.

87. Consoante Hoffmann, 1990.

88. Como se discutirá em parte subsequente. No estudo de caso tentar-se-á demonstrar a "fragilidade" das generalizações. Hoffmann, por exemplo, refere-se indistintamente à todas as regiões, servindo-se das mesmas categorias - há alusões à especificidades de certas áreas, mas são superficiais. Já o estudo, feito por Braziano Silva (1988), de algumas áreas selecionadas dos perímetros irrigados do Nordeste, e que faz uma análise de modalidades de parceria nesses locais, não inclui o estado do Ceará - ressalve-se: nos projetos selecionados para estudos de caso. Quando da abordagem à esse trabalho, detalhar-se-á melhor o problema.

Mesmo quando o processo não é apresentado ainda como "fato consumado" - nem que seja mediante "comprovação empírica" resultado de deliberada manipulação de categorias⁸⁹ -, isto é, uma vez admitida a persistência de formas não-capitalistas de produção, "prova-se" que, a médio ou longo prazo, a difusão do assalariamento no campo seria inexorável - apesar de que estes prazos sejam, sempre, não-definidos. Tais estudos, quer considerem as formas atípicas como obstáculos ao avanço do capital na produção agrícola, quer as encarem como formas alternativas, as vêem sempre como categorias em transição⁹⁰. Algumas dessas interpretações serão comentadas a seguir⁹¹.

Otamar de Carvalho (1985), analisando mais pormenorizadamente a questão, encampa a primeira idéia ao identificar a parceria à formas "atrasadas" de relações de produção, cuja presença constitui entrave à expansão capitalista no campo; concepção que será discutida abaixo.

Os principais responsáveis pelo atraso da agricultura do Semi-árido nordestino são, segundo Otamar de Carvalho, a concentrada estrutura fundiária e a "inadequada" forma de

89. Não caberia a utilização do termo "categorias teóricas", de vez que Hoffmann limita-se a "agregar" as categorias censitárias do modo que mais lhe convém.

90. Cf. Nakano, 1981.

91. A discussão mais detalhada de alguns trabalhos em detrimento de outros deve-se ao fato de aqueles aterem-se à região Nordeste.

organização da comercialização agrícola⁹², sendo a inadequada forma como a produção agrícola é comercializada - fruto da dependência do incipiente capital produtivo presente na região, às formas iniciais do capital: o capital-comercial e o capital-usuário. O comércio como forma predominante da atividade econômica dos sertões semi-áridos da região, e o modo como a renda da terra é gerada e apropriada no setor agrário, fazem com que se mesquem a aplicação do capital tanto na simples aquisição de mercadorias, como na contratação de força de trabalho e a compra de meios de produção.

A análise é feita, pelo autor, a partir da renda da terra e do capital comercial, por organizar-se a economia da região em relações capitalistas (dominantes) e não capitalistas de produção, que asseguram, mediante o monopólio da terra, a expropriação da renda da terra. Nesse sentido, a renda da terra é consequência da posição monopolística dos proprietários de terra, ou seja, é um excedente que decorre muito mais da propriedade da terra do que do tipo de atividade produtiva.

Alguns elementos já poderiam ser levantados: se o capital produtivo - que parece ser o determinante da constituição do próprio sistema - é incipiente e subordinado às formas pretéritas de capital, como podem ser as relações capitalistas

92. A análise baseia-se sobremaneira no capítulo 3 da obra citada.

as dominantes? A menos que esteja em consideração a presença de relações capitalistas dominantes, apesar de um "imaturo" capital produtivo - e, nesse caso, a dominância das relações capitalistas seria reflexo de sua predominância em um contexto mais geral⁹³? Mas, se é este o caso, parece estar havendo uma inadequação das categorias em uso, ditadas por uma sobreposição do uso de formas capitalistas na ocupação da mão-de-obra à uma estrutura produtiva que não organiza-se em moldes capitalistas, e parece lógico que se as atividades não organizam-se dessa forma, não podem absorver a força de trabalho enquanto tal, isto é, enquanto mercadoria. Aliás, se se toma como parâmetro as relações presentes em um contexto mais geral e se estas predominam, não haveria justificativa para uma discussão da manutenção de formas capitalistas e não-capitalistas.

BCME-BIBLIOTECA

Porém, mesmo que se estivesse reportando às relações capitalistas dominantes em um plano local/regional, como seria a definição desta, mediante assalariamento? Esta não parece ser a categoria mais expressiva em termos locais...

Continuando, a renda da terra estaria ligada, assim, a um sistema econômico determinado - o capitalista, e tem como base a concepção do valor-trabalho: a propriedade da terra assegura ao seu proprietário a apropriação da mais-valia, mediante a

93.0 espaço nacional.

exploração da força de trabalho, por um tempo superior ao tempo socialmente necessário para assegurar a sua subsistência (do trabalhador), e pela venda do produto obtido por essa força de trabalho, a um valor dissociado daquele pelo qual foi adquirida, ou seja, por um valor definido pela quantidade de trabalho real incorporada a esse produto.

Seu O modo como se mantém formas atrasadas de apropriação da renda da terra - vinculadas aos movimentos do capital comercial -, decorrente do emprego de diferentes relações de produção, é fator a partir do qual se explica a não internalização e difusão do progresso técnico, concomitantemente ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura da região Nordeste.

Com base nessa argumentação, o autor coloca que a "resistência dos latifundiários à introdução e à generalização do progresso técnico no meio rural do Nordeste", decorreria, no limite, e de acordo com os pressupostos de valorização do capital, do decréscimo progressivo do lucro, como diminuição da mais-valia, reflexo de um aumento do capital constante - aperfeiçoamento tecnológico - superior ao capital variável. Infere, deste modo, que a renda do setor agrário, assim caracterizada após sua "conversão" a partir do lucro excedente, "diminui, em termos relativos, com o avanço do capitalismo no campo". Com isso, a estrutura agrária conserva-se altamente concentrada, recriando formas de relações de produção não

capitalistas, capazes de assegurar aos grandes proprietários de terras, excedentes não propiciados pela penetração do progresso técnico, ou por formas avançadas de desenvolvimento capitalista que ela exige.

A forma de organização da comercialização agrícola é, ainda segundo Otamar de Carvalho, outro fator de atraso da economia do Semi-Árido nordestino. O privilegiamento, quer do capital comercial ou mercantil, quer do capital industrial, resulta das possibilidades de auferição de maiores lucros, alocando-se, nesse sentido, o capital nos circuitos da produção e/ou da circulação. Observe-se, entretanto, que o sobrevalor - a valorização do capital - não é gerado na esfera da circulação, porque as trocas se fazem entre valores equivalentes; ele é gerado no circuito da produção, mas o valor excedente aparece na esfera da circulação de mercadorias.

O capital comercial, que transporece na esfera da circulação através das trocas desiguais, não é promotor do desenvolvimento, à medida em que, esterilizando-se na forma do capital-dinheiro, não é aplicado produtivamente na "dinamização das forças produtivas".

Assim, o capital comercial se sobrepõe ao capital produtivo na região Nordeste, em função dos interesses da classe hegemônica da região, ou, explicando melhor, em função do modo como as

relações de produção, predominantes nos sertões semi-áridos da região, se mantém e se reproduzem.

A utilização de relações de produção não propriamente capitalistas, como parceiros, arrendatários, moradores, e a forma como se organiza a produção de mercadorias, caracterizam "o movimento do capital comercial em sua versão mais atrasada".

A valorização do capital transparece nas transações desiguais, via compra e venda a preços diferenciados. Embora, conforme colocado acima, o lucro do proprietário rural apareça na esfera da circulação, ele é gerado na esfera da produção, e constitui o sobre-trabalho ou trabalho excedente, que é apropriado pelo proprietário, sem qualquer remuneração ao trabalhador. Somado às formas como a renda da terra é gerada e apropriada, como citado anteriormente, tem-se assinalado, de forma sintética, os movimentos do capital comercial na região.

O modo como se firmam as relações de produção, geradas pela concentrada estrutura fundiária, associado ao capital comercial, constituem, assim, fator que obsta a difusão do progresso técnico na região. Ressalva, entretanto, que difusão de progresso técnico é sinônimo de aumento da força mecânica, uma vez que o crescimento dos produtos agrícolas, resulta tanto de expansão das áreas de plantio, como do aperfeiçoamento da tecnologia, que tem ficado restrito a produtos específicos, principalmente nas

propriedades capitalistas de grande e médio porte.

Quanto aos pequenos produtores, responsáveis, em sua maioria, pela produção de alimentos - voltada principalmente à subsistência e secundariamente ao mercado, da forma como se inserem nas relações de produção-exploração, sem condições de capitalizar-se, não tem acesso ao progresso técnico.

Nesse sentido, Otamar constata que a difusão do progresso tecnológico, limita-se a algumas áreas e culturas - geralmente de perímetros irrigados ou locais de atuação direta dos programas governamentais - e não introduziu transformações nas relações de produção prevalentes, "desde que se entendam essas mudanças como concretizadas pela substituição efetiva de uma dada relação de produção (atrasada) por outra (adiantada)".

Na região Nordeste, o capital comercial prevalece - então, conforme visto, em razão da estrutura agrária retrógrada e concentrada, da coexistência de relações capitalistas e não capitalistas de produção, e de um setor industrial incipiente, pouco capitalizado e com baixos níveis de produtividade.

Frisando o que foi anteriormente colocado, o capital comercial sobrepõe-se ao capital industrial, retardando seu desenvolvimento, porque é capaz de gerar um valor superior ao proporcionado pelo capital industrial, na forma como se organizam

(o capital comercial e o capital industrial), o que atende aos interesses das classes dominantes, que comandam a forma como o capital se apresenta.

A partir dessas colocações, poder-se-ia argumentar, por outro lado, que, se estas formas não-tipicamente capitalistas asseguram um "sobre"-excedente - não propiciado por um assalariamento ("puro"?) - não seria coerente, mormente considerando-se a lógica de produção capitalista, cuja "mola-mestra" é exatamente a maximização do lucro, "derivado" (ou captado a partir) do excedente gerado pelo trabalho não-remunerado, a sua substituição, principalmente dentro das condições em que estas atuam. Isto é, observando-se o alto risco presente na região, pelo contrário, a utilização dessas formas se apresenta como a mais "racional" ("rentável").

O argumento acima parece coincidir ou ser o responsável pela colocação de Almy (1983)⁹⁴ quanto à ser erro conceitual considerar as várias formas de ocupar a mão-de-obra como atrasadas/modernas, de vez que o capital "usa" a que lhe é mais rentável.

Mas, uma vez dentro desta concepção, ter-se-ia que admitir implicitamente serem estes "empresários rurais" "imbuídos" de

⁹⁴A citação refere-se aos comentários de Susan Almy relativos ao trabalho de Ferreira Irão & Sampaio, 1983, págs.180-182.

uma racionalidade econômica, entendida esta dentro do uso alternativo de recursos/fatores sob o princípio da máxima eficiência possível. Loureiro (1977) parte, de certo modo, deste princípio quando de sua "comprovação" de ser a utilização da parceria mais vantajosa que o assalariamento.

A recriação de formas não-capitalistas é uma tendência factual, mas não pode ser entendida quer como uma utilização mais vantajosa ao capital (ALMY, 1983; LOUREIRO, 1977), quer a sua manutenção como forma "atrasada", que em última instância, impediria o desenvolvimento daquele (CARVALHO, 1985).

BCME-BIBLIOTECA

Como primeiro ponto, poder-se-ia citar o próprio modo como as propriedades rurais do estado, pelo menos grande parte delas, são "geridas" - o que não possibilita a inserção imediata de seus agentes dentro do que se poderia considerar como "mentalidade capitalista empresarial", ou cujo comportamento segue as leis da racionalidade econômica. Ou seja, as decisões quanto as atividades não são racionais do ponto de vista empresarial, expressada esta pela maximização do lucro obtível - maximização no sentido de maior rentabilidade possível - dadas as condições prevalentes na economia. Isto é, os recursos não são investidos e, como consequência, o "tipo" apropriado de ocupação da mão-de-obra escolhido, com base em expectativas de retorno cotejadas em

função de aplicações alternativas⁹⁵. A forma predominante de utilização da terra, principalmente (ou mesmo) nos dias atuais, corrobora a afirmação, como será visto no próximo capítulo.

Quanto ao comentário de Susan Almy - uma crítica ao texto de Ferreira Irmão & Sampaio (1983) - segundo o qual a "cada tipo de capital [corresponde] uma maneira preferida de manipular a força de trabalho", ou que o "capital [se] aproveita de diversas relações de produção" (p.182), parece trazer implícita a noção exclusiva de subordinação, uma vez que o capitalista empregaria o tipo de trabalho que se lhe apresentasse como o mais rentável.

Ferreira Irmão & Sampaio (1983) trabalham na mesma linha ao considerarem a heterogeneidade nas relações de produção - caracterizada pela existência de diversas categorias de trabalho rural - reflexo da expansão diferenciada do capital no campo (p.155). O "erro conceitual" teria sido cometido quando da

95.O sentido de racionalidade empresarial aqui considerado baseia-se nos princípios da teoria keynesiana (KEYNES, 1985). Obviamente que estes aspectos devem ser contextualizados, de modo a captar as particularidades do setor agropecuário. Mas o sentido permanece; o que não parece haver é a pressuposição de que a tomada de decisões, por parte destes agentes (proprietários rurais), envolva a noção de que todo um cálculo econômico tenha sido feito anteriormente (dimensão do mercado, aceitação do produto, capacidade de sua absorção e estimativas de retorno ao investimento a ser realizado). Evidentemente, que as leis de mercado exercem certa influência, principalmente em função dos aspectos físicos locais e os elevados riscos do setor; mas o comportamento intuitivo predomina, não só pelos motivos acima (que funcionam também como fatores negativos à inversões), mas exatamente por sua associação à certas facilidades, como por exemplo, a concessão de crédito altamente subsidiado - como forma de aliviar os problemas do setor -, e sem qualquer exigência, por parte dos órgãos financiadores, quer de aplicação efetiva à sua determinação prévia, quer de retorno aos financiamentos concedidos, explicam, em grande parte, o desvio de recursos para aplicações financeiras, obviamente mais rentáveis e que dispensam cálculos econômicos anteriores...

Referindo-se aos recursos subsidiados concedidos pelo Estado no período pós-60 no intuito de modernizar a produção, Carvalho (1979) afirma - ainda que dentro de uma ótica marxista de análise - que ao nível "das unidades produtivas, fica evidente que a rentabilidade do empreendimento [empresas instaladas com incentivos oriundos de programas de fomento à agroindústria e agropecuária] é consequência antes de tudo do 'capital barato', donde a... conclusão de que o fenômeno não ocorreria "naturalmente", sem a intervenção do Estado" (Carvalho, 1979, p.41) - grifos da autora.

classificação das formas não-capitalistas de produção como "formas tradicionais", em contraposição às "avançadas", expressão do trabalho assalariado.

Os autores consideram essas formas - o trabalho familiar, por exemplo - como de transição e, nesse caso, ter-se-ia "formas de produção capitalistas sem necessariamente se ter relações de produção capitalistas". A "parcialidade" da subordinação deve-se à manutenção, por parte do produtor, de seus meios de produção, que lhe garantem parte da subsistência - a "posse" da unidade de "produção familiar" assegura ao trabalhador certa autonomia, ou sua não transformação total em proletário ou proletário disfarçado (p.161-162).

O "impasse" teórico, que parecia residir na "terminologia" diferenciada - dada a admissão, por parte de Almy, da diversidade nas relações de produção -, na verdade embute a mesma noção pré-concebida, ainda que em momentos distintos: na primeira, o capitalismo seria fato consumado no campo, mas operando dentro do que se poderia intitular uma "lógica" diferente, qual seja, o não-assalariamento, sempre que mais conveniente. A segunda segue, em certo sentido, a tese de Otamar de Carvalho, já discutida, comportando, portanto, a mesma argumentação.

Finalizando, poder-se-ia apresentar os mesmos resultados de Graziano Silva (1988), perguntando-se as normas utilizadas para

definir a rentabilidade dessas relações de produção não tipicamente capitalistas/alternativas, se "a suposição (nunca demonstrada) de que a parceria é mais rentável, pressupõe uma opção - ou melhor, uma alternativa - para o proprietário *vis-à-vis* o trabalho assalariado, que não existe na realidade concreta das situações onde ele é utilizada" (p.86).

BCME-BIBLIOTECA

O trabalho de Loureiro (1977) não constituiria uma exceção - de existência concreta - à transcrição acima, por dois motivos: primeiro, por ser muito pontual - analisa um estabelecimento agrícola; segundo, por desenvolver uma linha de raciocínio semelhante à de Ferreira Irmão & Sampaio. Ou seja, utilizando-se dos mesmos conceitos de subordinação total/parcial respectivamente para diferenciar o trabalho assalariado da parceria, Loureiro tenta provar a supremacia desta última, em termos de racionalidade econômica, dentro de uma empresa tipicamente capitalista⁹⁶ que paralelamente utiliza-se de trabalhadores assalariados. A crítica seria a mesma: definir como parceiro aquele trabalhador que possui parte dos meios de subsistência, em contraposição ao detentor unicamente da força de trabalho - categoria descritiva e passível de incluir moradores, empregados permanentes, pequenos proprietários em ocupação temporária em grandes estabelecimentos como meio de complementar a renda familiar, etc.

⁹⁶.Ou que pauta-se pelos critérios da eficiência econômica, visando à maximização do lucro obtível.

Assim, pensa-se que a flexibilidade com que as categorias são trabalhadas, enseja a que se interprete a realidade conforme se entenda estas categorias ou "classes", o que levaria à sua caracterização de maneira viesada. Sem a finalidade, obviamente, de fechar questão em torno do assunto, apresentam-se dados empíricos, paralelamente a uma discussão de alguns elementos teóricos, no próximo capítulo, com o objetivo de tentar mostrar que, se houve incremento das relações capitalistas no campo, incremento este permeado pelo Estado, o mesmo não se deu por uma mera expansão de "suas" "classes" "típicas", mesmo porque a separação genérica entre empregados e empregadores, implicaria a inclusão imediata das demais categorias tidas como "atipicamente" capitalistas sob a "rubrica" de "empregados", o que excluiria a discussão da permanência (possível) de relações não capitalistas.

Também discutir-se-á o porquê da não concordância com a idéia sustentada por alguns autores, de que a "manutenção" de formas "não-tipicamente" capitalistas, das quais os parceiros seriam categoria predominante, "é uma especificidade do Ceará rural", ainda que não seja possível afirmar a existência de modificações na natureza desta parceria (ROLIM & CARLEIAL, 1990, p.1115).

CAPÍTULO 4

ASPECTOS DA ESTRUTURA AGRÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

4.1 - MODALIDADES DE OCUPAÇÃO NO SETOR RURAL - TRAÇOS GERAIS

No capítulo anterior viu-se o setor rural do estado do Ceará - obviamente como parte integrante da região Nordeste - "caracterizado" ou: a) "predominantemente" por relações capitalistas de produção, ainda que paralelamente à persistência de formas de ocupação "tradicionais" ou "atrasadas"; ou b) "indiscutivelmente" por relações capitalistas, que podem, contudo, não se afigurar como assalariadas, se outras formas de ocupar a mão-de-obra apresentarem maior viabilidade econômica; quer se "adote", por exemplo, o tipo de concepção teórica seguida por Otamar de Carvalho (1985), no primeiro caso, ou por Susan Almy (1983), no segundo.

Usando-se a mesma terminologia mas com descrições diferentes, poder-se-ia ter o mesmo espaço penetrado por modalidades ocupacionais não enquadráveis em nenhuma das anteriores - caso da "parceria autônoma" como especificidade do Ceará rural, na percepção de Rolim & Carleial (1990, 1991).

Por outro lado, se se utilizasse uma outra tipificação, ou melhor, se se "reagregasse" as categorias censitárias de modo diferente, seria possível mostrar evidências de que, pelo contrário, estaria havendo uma tendência ao "desaparecimento" da parceria, desde que se a considere dentro de certos limites, isto

é, se lhe "fixe" um "conceito".

Se, entretanto, se considerasse não a existência da parceria em si, isto é, como um sistema de trabalho (ou uma categoria), mas como uma relação que se firma como parte de um acordo de emprego (BARREIRA, 1977), ter-se-ia esta relação presente em outras categorias rurais, sem que para isso, uma precisasse sobrepor-se a outra. Ou seja, sem o inconveniente⁹⁷ de se poder abranger a maioria dos tipos de ocupação rural sob a rubrica de "parceiros"⁹⁸. Por exemplo: conforme se verá, um "empregado permanente" pode reunir aspectos que permitem sua classificação ou como trabalhador assalariado ou como parceiro. No caso, se se reportasse à conceituação marxista, o fato deste trabalhador dispor de recursos que lhe garantissem parte da subsistência ou de ter certa autonomia sobre o processo de trabalho, vedaria sua inclusão na categoria de assalariados puros (FERREIRA IRMÃO & SAMPAIO, 1983). Mas uma vez que esse trabalhador é também um empregado sujeito à um empregador, independentemente do "tipo" de remuneração recebida, estaria apto a compor a categoria expressão do sistema capitalista de produção - a mão-de-obra assalariada (HOFFMANN, 1990). Porém, a tentativa de uma constatação empírica a partir de dados dos Censos Agropecuários⁹⁹, correria o risco de

97.Ou seria de fato conveniente?!

98.Ou seguindo a classificação do IBGE, quer as categorias teóricas mais frequentes na literatura e analisadas por Haguette, 1979, 1983.

99.Conforme dito, Hoffmann utiliza-se dos Censos Demográficos.

que o mesmo trabalhador figurasse como "empregado permanente" se, além de arcar com uma quantia fixa de produtos, estivesse sendo focado sob o ponto de vista de "Pessoal Ocupado"; ou como "arrendatário" se a posição investigada fosse a "Condição do Produtor". Se, ao invés, tivesse por obrigação entregar não mais uma quantidade fixa de produtos, mas um percentual da produção obtida, seria registrado como parceiro¹⁰⁰.

Assim, mostrar-se-á como as informações contidas nesta seção encaixam-se inteiramente no esquema analítico explanado por Nakano (1981), anteriormente referido, e segundo o qual - recapitulando - as diversas categorias descritivas e imprecisas de produtores (tais como pequenos produtores de subsistência, produtor familiar, etc) possibilitam não apenas a sugestão de que "o estudo das condições de reprodução de formas não-capitalistas ou a sua transformação para outras formas não-capitalistas não foi suficientemente desenvolvido" (p.5-7), como também uma gama tal de "classificações" que se teria "confirmada" a presença da relação de produção "desejada"!

Portanto, dentro dessa perspectiva, intenta-se compreender as "alterações" em curso na área rural do estado, afastando-se tanto quanto possível, das generalizações de aplicação direta de categorias do "caso geral" - assalariamento. Remete-se também à

100. Este ponto será retomado.

questão da permanência (possível) de relações de produção "atrasadas", em função do modo como as "categorias" à disposição (dos pesquisadores) são "apreendidas" quando de sua "transposição" à situações concretas, levando em conta os dados disponíveis e sua utilização.

4.2. - ESTRUTURA FUNDIÁRIA CEARENSE - BREVE CARACTERIZAÇÃO

É ponto passivo ser o setor rural caracterizado por intensa concentração da estrutura fundiária, e que esta concentração se tenha acentuado, conforme demonstra a evolução do índice de Gini para os anos de 1960 a 1985: índice de Gini para 1960: 0,7493; 1970: 0,7878; 1980: 0,7761; e índice de Gini para 1985: 0,8224¹⁰¹. Deve-se lembrar que o índice de Gini, variando dentro do intervalo de [0 a 1], indica uma concentração tanto mais acentuada quanto mais se aproxima do limite superior.

Em 1980, os pequenos estabelecimentos agrícolas do estado do Ceará, ou os estabelecimentos com área inferior a 10 ha, representavam 47,9% do total de estabelecimentos e detinham 3,93% da área total. Em 1985, estes mesmos estabelecimentos passam a

¹⁰¹. Dados derivados dos Censos Agrícola (1960) e Agropecuários (1970 e 1980) e sinopse preliminar do Censo Agropecuário de 1985.

representar 63,35% do total, com 6,16% da área. Retrocedendo-se à 1960, observa-se que há uma progressiva elevação na participação relativa dos estabelecimentos de até 10 ha, com um incremento mínimo na área por eles ocupada, até 1975, conforme pode ser visto na tabela 1 abaixo. De 1975 para 1980, há uma perda de participação destes estabelecimentos, tanto no total de estabelecimentos quanto na área, em direção principalmente aos estabelecimentos com área de até 100 ha. A "redistribuição" ocorre entre este último ano e o de 1985, com perda de participação dos estratos acima de 10 ha.

Rolim & Carleial (1990) chegam a resultados semelhantes - para os anos de 1980 a 1985 (período utilizado pelos autores) - acentuando o processo pelo lado da "minifundização que se expressa no aumento do número de estabelecimentos com menos de 10 ha" (p.1114) e na perda de participação dos estabelecimentos com área superior a 10 ha (p.1116).

Pensa-se que o enfoque pela participação relativa dos estabelecimentos, por estratos, no total destes (de estabelecimentos), sem o percentual relativo de área ocupada, pode levar à interpretação da minifundização como uma "melhora" na distribuição da propriedade, o que não é corroborado pela evolução do índice de Gini, anteriormente apresentado. Além disso, uma simples consulta à tabela 1 apresenta de forma

TABELA 1
ESTABELECIMENTOS E GRUPOS DE ÁREA TOTAL
CEARÁ: 1960, 1970, 1975, 1980 E 1985

grupos de área	1960		1970		1975		1980		1985	
	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A
< 10	28,39	1,45	48,96	3,89	51,66	4,70	47,90	3,93	63,35	6,16
101- 50	39,25	10,84	32,80	15,21	31,51	16,27	33,39	15,80	23,66	15,42
501-100	14,79	11,57	8,73	12,27	8,14	12,88	9,11	13,24	6,28	12,81
1001-500	15,26	34,81	8,16	32,75	7,49	33,78	8,27	33,96	5,80	33,50
5001-1000	1,74	13,30	0,84	11,60	0,80	12,52	0,88	12,54	0,59	11,63
1000 e +	0,57	28,03	0,51	24,28	0,40	19,85	0,45	20,53	0,32	20,48
total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE, Censos Agrícola (1960), Agropecuário (1970 a 1980) e Sinopse (1985)

bastante clara que, se houve minifundização¹⁰², esta ocorreu paralelamente à uma concentração na estrutura agrária: há perda de participação dos estabelecimentos com área superior a 10 ha, entretanto, a redução de área por eles ocupada é mínima, ou seja, redução do número de estabelecimentos sem alteração de magnitude equivalente na área, significa exatamente o que expressa o índice: concentração.

102. A forma como se apresenta o setor rural, caracterizado por esta intensa concentração da estrutura fundiária, é perpetuada no tipo de desenvolvimento da agropecuária. A crescente modernização

102. Discutir-se-á, em item subsequente, com base nos procedimentos metodológicos do IBGE, relativamente à forma de consideração dos estabelecimentos como tais, um outro possível aspecto desta minifundização.

de técnicas em certas áreas e culturas¹⁰³, sem uma concomitante alteração na estrutura agrária no sentido de uma melhora na distribuição da propriedade, levou a um aumento no grau de concentração da posse¹⁰⁴ da terra (e conseqüentemente da renda) no setor.

BCME-BIBLIOTECA

As políticas agrícolas do governo, via créditos subsidiados, por exemplo, favoreceram essa "modernização" à medida em que, beneficiando uma minoria de agricultores latifundiários, contribuíram para que a estrutura agrária, montada no "binômio latifúndio-minifúndio", fosse mantida em detrimento destes últimos - os quais são responsáveis por expressiva parcela do emprego gerado no campo (a permanência ou não desta questão será posteriormente discutida)¹⁰⁵. Uma observação: emprego significando ocupação da mão-de-obra, no intuito de serem assegurados níveis mínimos de subsistência, e não emprego como

103. Referente às áreas dos estabelecimentos médios e grandes, 'tradicionalmente' produtores das culturas comerciais 'absorvedoras' desta 'modernização de técnicas' - ponto que será especificado posteriormente.

104. As tabelas constantes dos censos agropecuários indicam posse da terra, exceto aquelas relativas à Condição do Produtor, que enfocam a propriedade do estabelecimento.

105. Carleial, 1984. Neste trabalho, p.19, o composto latifúndio-minifúndio presente na estrutura agrária 'é evidenciad[O] quando identifica-se que '90% das unidades produtoras tem menos de 100 ha e detém somente 32,5% da área total, enquanto 1,34% dessas unidades tem mais de 500 ha e detém 34% da área total (...) [e] as unidades produtoras com menos de 100 ha são responsáveis por mais de 70% do emprego gerado e as unidades produtoras com mais de 500 ha são responsáveis, somente, por 5,3% do emprego (...)'

- extraído, no artigo, de UFC-CETREDE - Prioridade Para a Transformação da Sociedade Nordestina (documento básico), Fort., junho/1983.

Discutir-se-á em item subseqüente, com base no trabalho de Rezende, 1979, a não permanência desta questão, isto é, do fato de terem os pequenos estabelecimentos a "supremacia" na "geração" de 'emprego' no campo, dada a impossibilidade dessas unidades de gerar renda capaz de mantê-las, face à atividade econômica na qual estão engajadas.

"salarização" da força de trabalho¹⁰⁶.

BCME-BIBLIOTECA

4.3. - DADOS DA FORMA DE "OCUPAÇÃO" DA MÃO-DE-OBRA

A "salarização" da mão-de-obra, que se manifesta sob as formas de emprego permanente e temporário¹⁰⁷, apresenta as seguintes características:

a) os empregados temporários e permanentes têm maior participação nos estabelecimentos até 500 ha, conforme pode ser observado na tabela 2, que apresenta a distribuição do total de pessoas enquadradas em cada categoria por grupos de área, isto é, informa que, por exemplo, do total de pessoas ocupadas como emp. temp., 47,61% estavam, em 1960, nos estabelecimentos menores de 50 ha, passando esse índice para 66,39% em 1975, 51,89% em 1980, e 57,69% em 1985. Os estabelecimentos intermediários (ou com área

106. Deve-se ressaltar que o crédito subsidiado, citado como exemplificação, é apenas um dos aspectos da questão, já qualificada quando da análise das políticas agrícolas do governo para o setor.

107. Segundo classificação de Carleial (1984, p.33), classificação esta que se considera coerente, principalmente se se tem em conta a não definição e clareza das relações de trabalho presentes no setor rural, que levam a certas análises inconsistentes e geram uma indefinição de conceitos quanto aos agentes do processo, isto é, as categorias, e as relações sociais que lhes são peculiares, e que abre espaço a outros tipos de abordagem. Conforme visto, teses que se utilizam de instrumental marxista de análise quanto à penetração da forma capitalista de produção na agricultura brasileira e tem como ponto passivo o avanço das relações sociais capitalistas no campo (a esse respeito cf. Amaral Filho, 1983). Mas o modo como esta penetração se vem processando e imprimindo modificações qualitativas nos diversos espaços e, principalmente, no espaço objeto de estudo deste trabalho, requer um maior aprofundamento, pois estas teses são, por si sós, insuficientes para explicar o processo. Ou, pelo menos, a forma de abordagem deste tipo de análise: generalizações a partir de estudos de caso, ou estudos de caso que aplicam diretamente o caso geral.

entre 50 e 500 ha) apresentam queda sistemática desta categoria até 1975, recuperação em 1980 e queda novamente em 1985; comportamento observado também para os estabelecimentos com área superior a 500 ha;

b) já os emp. perm. apresentam uma comportamento diferente: há uma queda de participação nos estabelecimentos menores de 500 ha até 1975 e recuperação em 1980, exceto para os com área entre 100 e 500 ha. Os estabelecimentos com área superior a este último intervalo apresentam comportamento inverso: os índices ascendem para os estabelecimentos de 500-1000 e 1000 e + ha de 8,20% e 5,60% em 1960 para, respectivamente, 9,05% e 11,17% em 1975, e decrescem em 1980, para 7,21% e 8,23%. Em 1985, há nova recuperação, passando estes intervalos a reterem 9,89% e 14,57%, respectivamente, do total de pessoas ocupadas como emp. perm.;

c) uma digressão: se se observa a distribuição de renda entre pessoas de 10 anos e mais com algum rendimento, para a zona rural em 1980 (tabela 3), constata-se que 51,7% delas percebiam menos da metade do salário mínimo, e 34,2% de meio a um salário mínimo (SM), ou seja, 85,9% das pessoas economicamente ativas da zona rural tinham rendimento inferior a 1 SM em 1980! (comentários sobre a parcela de trabalhadores rurais abrangidos pela legislação trabalhista, bem como sobre a "remuneração" do setor, serão feitos posteriormente).

TABELA 2
 PESSOAL OCUPADO POR CATEGORIAS E GRUPOS DE ÁREA
 CEARÁ: 1960, 1970, 1975 E 1980

anos e categor.	grupos de área (ha)						total
	(10	101-50	501-100	1001-500	5001-1000	1000 e +	
1960							
R.M.N.R.F.*	24,01	39,27	16,28	17,31	2,03	1,10	100
Emp. Temp.	13,29	34,32	18,38	26,68	4,31	3,02	100
Emp. Perm.	10,90	27,85	16,61	30,84	8,20	5,60	100
Parceiros	7,55	20,27	16,36	34,64	9,44	11,74	100
Out. Cond.	7,57	26,31	17,26	36,30	6,59	5,97	100
1970							
R.M.N.R.F.	44,92	35,21	9,68	8,85	0,86	0,48	100
Emp. Temp.	27,22	32,80	13,37	19,39	3,24	3,98	100
Emp. Perm.	14,49	22,30	14,68	30,11	8,31	10,11	100
Parceiros	6,60	19,95	16,25	34,65	10,67	11,68	100
Out. Cond.	10,15	27,72	15,97	29,60	6,69	9,87	100
1975							
R.M.N.R.F.	48,76	33,41	8,75	7,90	0,80	0,38	100
Emp. Temp.	32,61	33,78	12,35	14,81	2,55	3,90	100
Emp. Perm.	12,94	21,91	13,09	29,84	9,05	13,17	100
Parceiros	3,05	14,31	13,03	39,77	13,46	16,38	100
Out. Cond.	11,10	27,63	15,18	31,70	9,32	5,06	100
1980							
R.M.N.R.F.	45,02	35,24	9,83	8,69	0,82	0,40	100
Emp. Temp.	20,02	31,87	15,80	21,95	4,76	5,60	100
Emp. Perm.	10,89	28,14	17,45	28,08	7,21	8,23	100
Parceiros	3,53	18,26	15,82	39,89	12,53	9,97	100
Out. Cond.	16,77	24,86	22,63	26,48	5,32	3,94	100
1985							
R.M.N.R.F.	59,83	26,10	6,90	6,28	0,58	0,31	100
Emp. Temp.	29,06	28,63	13,49	20,37	4,39	4,06	100
Emp. Perm.	13,48	19,68	12,90	30,07	9,30	14,57	100
Parceiros	5,27	15,81	15,05	37,78	9,89	16,20	100
Out. Cond.	7,06	19,48	14,16	37,39	10,76	11,15	100

fonte: Censo Agrícola (1960) e Censos Agropecuários (1970 a 1980)

R.M.N.R.F.* : responsável e membros não remunerados das famílias

TABELA 3
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA ENTRE PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS
COM ALGUM RENDIMENTO - CEARÁ - 1980

classes de rendimento	Agregado		Z. Urbana		Z. Rural	
	Pes.	Rend.	Pes.	Rend.	Pes.	Rend.
(1/2 SM	38,7	9,4	29,8	5,3	51,8	24,8
1/2 a 1	31,4	16,4	29,5	11,8	34,2	33,6
1 a 5	25,1	35,5	33,2	37,1	13,3	30,2
5 a 10	2,9	14,6	4,6	17,4	0,4	4,0
10 a 20	1,4	12,8	2,1	15,3	0,2	3,5
+ 20	0,5	11,3	0,8	13,1	0,1	3,9
Total	100	100	100	100	100	100

fonte: baseado no Censo Demográfico - CE - 1980

Uma possível explicação para os itens (a) e (b) pode ser percebida quando da comparação com as demais categorias - comentários à tabela 4 a seguir - e do confronto com as análises de Rolim & Carleial, bem como da forma como a produção agropecuária é organizada.

Ainda segundo a tabela 2, são os estabelecimentos com área inferior a 500 ha os que detém o maior número de parceiros e pessoas de outra condição - mais de 70% -; embora se verifique uma diminuição significativa de parceiros entre os estabelecimentos até 50 ha, de cerca de 40%, de 1960 a 1975 (de 27,82% para 17,36%); parte destes parceiros é absorvida, neste último ano, pelos estabelecimentos com área de 100 a 500 ha e acima de 500 ha. Em 1980, há nova redistribuição: perda nos estratos superiores a 500 ha (de 29,84% para 22,5%) e reabsorção

pelos estratos de área até 100 ha (de 30,39% para 37,61%). Os estabelecimentos com área entre 100 e 500 ha mantém o mesmo percentual (39,89%). Em 1980, 9,97% do total de parceiros-empregados estavam nos estabelecimentos de 1000 ha e +, pulando este percentual para 16,20% no ano de 1985.

Com relação às pessoas ocupadas como RMNRF, 63,28% do total estavam nos estabelecimentos de até 50 ha em 1960, aumentando a participação percentual desta categoria nos anos seguintes para 80,13% em 1970 e 82,17% em 1975; em 1980 há uma ligeira redução para 80,26%, e nova recuperação em 1985, com 85,93% do total de RMNRF presentes neste intervalo. Os estabelecimentos com área entre 501--100 e 1001--500 ha (à exceção do ano de 1980, onde há uma recuperação em torno de 10% em ambos os estratos, que passam a reter 9,83% e 8,69% do total da categoria) reduzem sistematicamente o número de RMNRF até 1985, de 16,28% e 17,31% em 1960, para 6,90% e 6,28% em 1985, respectivamente. A participação de RMNRF nos estratos com área superior a 500 ha é insignificante (cf. tabela 2).

BCME-BIBLIOTECA

Voltando-se às análises de Rolim & Carleial, constata-se que, segundo estes autores, a parceria - enfocada sob o aspecto da condição do produtor, ou seja, produtor-parceiro - não só se mantém, como persiste como relação primordial de trabalho no estado do Ceará:

Surpreendentemente cresce nos cinco anos sob análise o número de estabelecimentos comandados por produtores-parceiros

o qual, em 1980, era de 7,19%, e em 1985, ascende para 22,06%. A debilidade dessa condição, porém, é sugerida através da evolução da área total ocupada pelos parceiros a qual era de 2,01% em 1980 e atinge apenas 4,55% em 1985". (Rolim & Carleial, 1990, p.1114).

Com relação às demais categorias (produtores-proprietários e ocupantes) e produção agrícola, os autores citados observam que:

1) há uma redução expressiva de participação dos proprietários, tanto no número de estabelecimentos quanto na área por eles ocupada, entre os anos de 1980 e 1985, concomitantemente a uma elevação na participação relativa dos produtores-ocupantes, para os mesmos itens (área e estabelecimentos) e anos (Rolim & Carleial, 1990, p.1114);

2) as lavouras permanentes crescem nos estabelecimentos até 10 ha e decrescem naqueles com área superior a este nível, sendo "os parceiros e ocupantes [os] que ampliam sua participação no cultivo [destas] culturas permanentes" (idem);

3) o algodão - "Produzido por pequenos produtores, em terras próprias ou em terras de pecuária sob o regime de parceria, entremeado com culturas de subsistência como o milho e o feijão" (p.1110) - "tradicionalmente, era a possibilidade de acesso a renda monetária (...) [e] uma cultura de extrema importância por sustentar toda uma estrutura de produção ..., e [como] ... cultura permanente sustentava também as relações de trabalho vigentes nessas áreas baseadas na parceria (p.1113);

4) à "desarticulação da produção algodoeira ... nesta década, ... visualizada na informação ... de que em 1980, o algodão arbóreo

representava 12,46% do VBP (Valor Bruto da Produção) do estado e, em 1989 apenas 1,0% (...) assiste-se a uma ampliação da produção de milho e feijão (idem).

Assim, segundo Rolim & Carleial, "a ampliação vigorosa da condição de produtor-parceiro é uma especificidade do Ceará rural", e dados mais recentes (1981/1989 - IBGE/PNAD) "reafirma[m] a importância da parceria retratada na permanência, quando não ampliação, da posição na ocupação conta própria [...] (...) mesmo considerando todas as restrições a essas categorias", e o fato de que as "tendências expressas por estas categorias são ambíguas, destacando-se os períodos de 1983 a 1987 como de maior fragilidade, em decorrência das secas", e que "Se houve modificações na natureza da parceria não é possível afirmar através da utilização de dados secundários" (p.1115).

Da tabela 2 anteriormente apresentada verificou-se como o comportamento de cada categoria, nos vários estratos de área, se tem organizado e reorganizado ao longo do período estudado. O percentual relativo de cada categoria por tamanho de estabelecimento, ou seja, quanto de cada categoria um determinado estabelecimento possui, aparece na tabela 4 abaixo. Assim, em 1960, os estabelecimentos até 50 ha possuíam uma média de 54,70% de RMNRF e 35,63% de emp. temp., os quais têm reduzida sistematicamente sua participação até 1975, não alcançando 10 pontos percentuais neste ano.

De forma inversa, os RMNRF aumentam sua participação de forma crescente até 1975, atingindo um máximo de 88,64% neste ano. Se esta categoria é indicativa de trabalho familiar (Rezende, 1979), este cresce de forma progressiva até o ano de 1975, caindo para 78,70% em 1980 - embora se deva observar que, separadamente, os estabelecimentos até 10 ha, neste mesmo ano, detinham 85,74% desta categoria (cf. tabela 4) - e aumentando novamente em 1985 para 85,90%. A reabsorção se dá em direção aos empregados temporários que recuperam mais de 80 pontos percentuais, passando de 8,00% em 1975 a 14,45% em 1980. Nota-se também um ligeiro incremento no número de emp. perm.

Ano	RMNRF		Total
	Emp. perm.	Emp. temp.	
1975	88,64	8,00	96,64
1980	78,70	14,45	93,15
1985	85,90	14,45	100,35

Tabela 4 - RMNRF em estabelecimentos agrícolas (1975 e 1980)

TABELA 4
 PESSOAL OCUPADO POR CATEGORIAS NOS GRUPOS DE ÁREA
 CEARÁ: 1960, 1970, 1975, 1980 E 1985

categorias	anos e grupos de área					
	(10	101--50	501--100	1001--500	5001--1000	1000 e +
1960						
R.M.N.R.F.	62,46	50,86	42,98	33,31	23,64	16,63
Emp. Perm.	3,02	3,84	4,68	6,33	10,16	9,10
Emp. Temp.	29,92	38,48	42,02	44,45	43,34	39,88
Parceiros	2,91	3,81	6,40	9,89	16,26	26,55
Out. Cond.	1,69	2,93	3,92	6,02	6,60	7,84
Total	100	100	100	100	100	100
1970						
R.M.N.R.F.	86,78	76,71	63,70	47,91	28,13	14,64
Emp. Perm.	0,88	1,53	3,05	5,14	8,56	9,79
Emp. Temp.	9,60	13,05	16,07	19,16	19,37	22,33
Parceiros	0,83	2,82	6,94	12,18	22,63	23,68
Out. Cond.	1,91	5,89	10,24	15,61	21,31	29,56
Total	100	100	100	100	100	100
1975						
R.M.N.R.F.	91,47	84,82	74,80	57,67	33,88	15,58
Emp. Perm.	1,09	2,51	5,05	9,83	16,85	24,16
Emp. Temp.	6,83	9,58	11,79	12,07	11,76	17,70
Parceiros	0,34	2,18	6,68	17,43	33,34	39,90
Out. Cond.	0,27	0,91	1,68	3,00	4,98	2,66
Total	100	100	100	100	100	100
1980						
R.M.N.R.F.	85,74	75,91	54,92	40,18	20,21	10,22
Emp. Perm.	2,75	6,19	12,95	17,24	23,69	28,78
Emp. Temp.	10,83	16,13	25,10	28,84	33,48	41,89
Parceiros	0,47	1,54	6,21	12,95	21,77	18,44
Out. Cond.	0,21	0,23	0,82	0,79	0,85	0,67
Total	100	100	100	100	100	100
1985						
R.M.N.R.F.	90,07	77,67	62,96	45,35	23,42	12,03
Emp. Perm.	0,97	2,81	5,64	10,42	17,96	27,31
Emp. Temp.	8,40	16,36	23,62	28,26	33,91	30,48
Parceiros	0,18	1,08	3,14	6,25	9,12	14,50
Out. Cond.	0,38	2,08	4,64	9,72	15,59	15,68
Total	100	100	100	100	100	100

fonte: Censos Agrícola (1960) e Agropecuários (1970 a 1985)

BCME - BIBLIOTECA

Os estabelecimentos com área entre 50 e 100 ha apresentam comportamento semelhante no que concerne à evolução de RMNRF, com a diferença de que a participação de emp. perm. e emp. temp. no todo é maior. Os parceiros constituem cerca de 6,00% do pessoal ocupado durante todo o período. Observe-se que o alto índice de pessoas de out. cond. presente no ano de 1970 - para todos os estratos de área - deve-se, segundo informação do IBGE¹⁰⁸ mais à mudança de aplicação conceitual quanto a autonomia do produtor, devendo, portanto, esta informação ser encarada com cautela.

BCME-BIBLIOTECA

Quanto aos estabelecimentos pertencentes aos estratos de área de 1001--500, 5001--1000 e 1000 e + ha, os RMNRF, emp. temp. e parceiros são, nesta ordem, tanto mais expressivos quanto maior for a área, ou seja, nos primeiros predominam os RMNRF, seguidos de emp. temp. e parceiros, para toda a série de anos, à exceção de 1975, quando os parceiros suplantam em 5% os emp. temp.. Nos segundos ou nos estabelecimentos com área entre 500 e 1000 ha, os emp. temp. são em maior número (43,34% em 1960) seguidos de RMNRF e parceiros.

Nos anos seguintes aumenta de forma contínua, até 1975, para os estratos com área entre 500 e 1000 ha, o número de parceiros e

108. Informação fornecida pelo Dr. Otávio... , técnico responsável pelo setor rural - IBGE/CE. A menos expressão em contrário, referências indicadas como 'consultas' provêm destas entrevistas.

de emp. perm., reduzindo-se o de RMNRF e emp. temp.. Em 1985 há uma perda de cerca de 70% no número de parceiros, que passam de 33,34% para 9,12% neste ano. Concomitantemente, reduz-se o número de RMNRF, ligeiramente o de emp. perm. e aumenta de forma significativa (188%) o número de emp. temp., que passam a 33,91% do total de pessoas ocupadas nos estabelecimentos com área de 5001--1000 ha.

Com relação aos estabelecimentos superiores a 1000 ha, a categoria parceiros predomina até 1975, quando atinge a quase 40% do pessoal ocupado. Em 1985, este percentual reduz-se em mais de 60%, passando a 14,50%. As categorias que prevalecem em 1980 são os emp. perm. (que aumentam em cerca de 20% sua participação), e principalmente os emp. temp., que com um acréscimo de 137% passam a representar 41,89% do pessoal ocupado nos grandes estabelecimentos.

A situação se inverte completamente no ano de 1985, principalmente para os três últimos grupos de área: excluídos os emp. temp. que mantém praticamente o mesmo percentual - à exceção dos estabelecimentos com área acima de 1000 ha, que reduzem em mais de 27% seu contingente desta categoria -, as demais categorias apresentam:

a) redução substancial no número de emp. perm. em torno de 39,5% e 24,1%, respectivamente, para os estratos de área de 1001--500 e 5001--1000, e de cerca de 5% para o último grupo de

área;

b) diminuição também substancial no número de parceiros (mais de 50% e de quase 60%, respectivamente) nos 4o e 5o grupos de área, e de cerca de 21% para os estabelecimentos com mais de 1000 ha;

c) a categoria que apresenta crescimento mais significativo de 1980 para 1985, entretanto, e para todos os estratos de área, é a de out. cond. (observe-se que o incremento percentual desta categoria é tanto mais expressivo, quanto maior é a amplitude dos estabelecimentos): para os grupos de área considerados (<10, 101--50, 501--100, 1001--500, 5001--1000, 1000 e + ha), os aumentos foram, respectivamente, de: 80,95; 804,35; 465,85; 1130,38; 1734,12 e 2240,30% !!! (mesmo retrocedendo-se a 1975, o avanço quantitativo permanece evidente; o ano de 1970 não deve ter seus índices como parâmetro, dadas as alterações conceituais já mencionadas; e o de 1960 pela forma diferenciada de serem as categorias consideradas, isto é, do ponto de vista do "tipo" de atividade/exploração econômica a qual estariam relacionadas - este aspecto será discutido subsequenteemente).

Mais significativa é a tabela 5, que mostra a participação de cada categoria no total de pessoas ocupadas, bem como sua evolução ao longo do período. Os parceiros reduzem sua participação em 73,81% no total de pessoas ocupadas de 1960 a 1985. Aliás, excetuando-se o ano de 1975 em que há um incremento insignificante em torno de 3%, a categoria parceiros tem redução

contínua, redução esta que se acentua bruscamente de 1980 para 1985, quando o número de parceiros reduz-se de 4,70 à 1,76% do total de pessoas ocupadas. Note-se adicionalmente que o percentual desta categoria no todo não é expressivo: o valor máximo, observado apenas para o ano de 1960, situa-se em torno de 6,72%.

Em contraposição, os empregados permanentes aumentam sua participação até 1980 e a reduzem em 1985. Os empregados temporários reduzem substancialmente sua participação até 1975, e

TABELA 5
PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE CADA CATEGORIA NO TOTAL
DE PESSOAL OCUPADO - CEARÁ - 1960, 1970, 1975, 1980, E 1985

anos	categorias					Total
	R.M.N.R.F.	Emp. Perm.	Emp. Temp.	Parceiros	Out. Cond.	
1960	45,32	4,83	39,23	6,72	3,90	100
1970	72,64	2,29	13,27	4,72	7,08	100
1975	81,32	3,67	9,08	4,98	1,05	100
1980	66,96	8,89	19,02	4,70	0,43	100
1985	77,00	3,69	14,78	1,76	2,77	100

fonte: Censos Agrícola (1960) e Agropecuários (1970 a 1985) - Ceará

BCME-BIBLIOTECA

mais que dobram sua participação deste ano para 1980, caindo o percentual novamente de 1980 a 1985, continuando, entretanto, como a 2ª categoria mais expressiva.

Já os RMNRF, categoria mais expressiva, evoluem de forma crescente até 1975, reduzindo seu percentual em cerca de 17,60% em 1980, e recuperando-se novamente em 1985.

A categoria outra condição, excetuando-se o ano de 1970 - dadas as modificações conceituais já citadas - decresce até o ano de 1980. De 1980 a 1985, aumenta sua participação em mais de 544% (!), passando a 2,77% do total, superando a categoria parceiros.

Esta categoria inclui o "morador", categoria que, pensa-se, seja a mais condizente com as características das "modificações" em "curso" no setor rural, ligadas especificamente à pecuarização¹⁰⁹ - as "modificações" referidas serão posteriormente comentadas. A redução no número de empregados permanentes e temporários, somada à recuperação de RMNRF, é mais um indício a favor do argumento. As primeiras no sentido de que, em função das necessidades desta atividade, como por exemplo, serviços de derrubada, destocamento, etc, serem estes empregados necessários apenas em determinadas etapas do processo. Isto é, a mão-de-obra requerida é a "eventual", ou seja, temporária, contratada para execução de determinadas tarefas, previamente acertadas, como as já citadas. A remuneração é feita pela produtividade: geralmente em função do número de hectares

109. Ainda que o IBGE não considere esta categoria (morador) como tal. Este ponto será melhor qualificado na seção referente à metodologia.

preparados, sendo o preço do ha "determinado" (do lado da oferta¹¹⁰) pelo mercado local.

Com relação à categoria de RMNRF, é evidência favorável quando considerada a possibilidade - correta (cf. tabelas 2 e 4 acima, e a conceituação do IBGE referente à Pessoal Ocupado, p. a seguir) - de incluir proprietários¹¹¹ de estabelecimentos de áreas diversas, e não apenas pequenos proprietários (embora estes sejam maioria), que trabalham com seus familiares.

BCME - BIBLIOTECA

Do exposto acima, importa reter que:

- 1) pela tabela 2, do total de parceiros, 39,89% deles localizavam-se, em 1980, nos estabelecimentos com área entre 100 e 500 ha, e 37,61% nos estabelecimentos até 100 ha, os quais aumentam o percentual desta categoria de 1975 para 1980, enquanto se reduz, para estes mesmos anos, o número de parceiros ocupados nos estratos superiores a 500 ha;
- 2) da tabela 4, o ano de 1980 apresenta queda no número de parceiros para todos os estratos de área, e aumento no número de empregados temporários e permanentes;
- 3) segundo a tabela 5, a participação da categoria parceiros no todo, além de pouco significativa, apresenta tendência declinante ao longo do período.

110. Entenda-se determinado pelos proprietários, em uma espécie de 'acordo tácito'.

111. A análise da tabela 9 a seguir esclarecerá a colocação.

Rolim & Carleial trabalham com dados censitários extraídos de tabelas com informações referentes à Condição do Produtor para os anos de 1980 a 1985, e com dados do IBGE/PNAD relativos à Posição na Ocupação para os anos de 1981 a 1988. Tabelas semelhantes (n.6 a n.7) foram calculadas e aqui reproduzidas, com as seguintes alterações: a) incluiu-se na tabela 6 os anos de 1970 e 1975, para que se pudesse perceber melhor o comportamento das categorias - o ano de 1960 foi desconsiderado por referir-se "à Condição do responsável, que além das categorias ... [Arrendatário, Parceiro e Ocupante], considerava a de Administrador" (Censo Agropecuário - Ce - 1970, p.xxii); b) esta tabela (de no.6) foi separada por grupos de área, de forma a que se pudesse verificar a concentração dos produtores nos vários estratos de área (tabela 6.1), bem como a participação relativa dos produtores dentro de cada grupo de área (tabela 6.2); c) na segunda (tabela 7), foi introduzido o ano de 1989 - não disponível quando da elaboração do trabalho por parte dos autores citados.

TABELA 6
ESTABELECIMENTOS E ÁREA TOTAL SEGUNDO A
CONDIÇÃO DO PRODUTOR
CEARÁ - 1970, 1975, 1980 e 1985

cond. prod.	1970*		1975		1980		1985	
	estab.	área	estab.	área	estab.	área	estab.	área
propriet.	64,66	85,58	63,21	87,74	70,67	91,38	53,10	88,39
arrendat.	8,68	2,70	9,30	2,52	10,62	2,52	8,02	1,73
parceiro	11,32	3,99	10,44	2,31	7,20	2,01	21,78	4,13
ocupante	15,34	7,73	17,05	7,43	11,51	4,09	17,10	5,75
total	100	100	100	100	100	100	100	100

fonte: Censos Agropecuários - CE - 1970 a 1985

(*) 1970: a categoria "ocupante" inclui a de "outra condição", que aparece separada como uma categoria apenas para este ano.

Tem-se, de acordo com a tabela 6 que, mesmo considerando-se a informação a partir da Condição do Produtor, a evolução dos dados parecia corroborar, até o ano de 1980, a hipótese contrária à sustentada por Rolim & Carleial, qual seja a tendência declinante da parceria. O salto, de mais de 200%, ocorre de 1980 para 1985, quando os parceiros passam de 7,20% a 22% do total de estabelecimentos (cf. tabela 6) - esta informação parece ser o fator "sustentação" (somado aos dados do IBGE/PNAD) dos trabalhos de Rolim & Carleial.

TABELA 6.1
 ÁREA E ESTABELECIMENTOS, POR GRUPOS DE ÁREA,
 SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR: CEARÁ - 1970 A 1985

condição do produtor	anos e grupos de área							total		
	< 10 estab. área	101--50 estab. área	501--100 estab. área	1001--500 estab. área	5001--1000 estab. área	1000 e + estab. área	estab. área			estab. área
1970										
propriet.	36,89 2,47	38,83 14,10	11,55 12,28	10,88 33,06	1,14 11,93	0,71 26,16	100	100		
arrendat.	78,02 15,38	16,79 21,49	2,64 11,83	2,30 28,97	0,18 8,13	0,07 14,20	100	100		
parceiro	73,74 15,26	20,47 22,97	2,91 11,53	2,52 28,85	0,27 11,24	0,09 10,15	100	100		
ocupante	65,12 9,76	25,53 21,32	4,60 12,64	4,21 32,59	0,35 9,31	0,19 14,38	100	100		
1975										
propriet.	37,55 2,73	38,80 15,03	11,32 12,95	10,57 34,43	1,16 13,02	0,60 21,84	100	100		
arrendat.	81,96 21,73	13,93 21,97	2,25 12,97	1,67 28,19	0,15 8,33	0,04 6,81	100	100		
parceiro	81,18 31,14	16,46 29,87	1,31 9,16	0,92 18,45	0,11 7,74	0,02 3,64	100	100		
ocupante	69,40 13,96	23,28 24,74	3,71 13,23	3,28 32,70	0,27 9,47	0,06 5,90	100	100		
1980										
propriet.	36,16 2,59	39,37 14,86	11,81 13,31	10,90 34,76	1,16 12,87	0,60 21,61	100	100		
arrendat.	80,65 21,24	15,59 25,74	2,00 11,79	1,59 25,54	0,11 6,99	0,06 8,70	100	100		
parceiro	76,34 20,61	19,11 26,14	2,54 12,66	1,74 25,84	0,23 11,12	0,04 3,63	100	100		
ocupante	72,00 15,12	22,09 25,37	3,24 12,84	2,35 25,49	0,22 9,32	0,10 11,86	100	100		
1985										
propriet.	42,98 3,01	34,54 14,28	10,81 13,33	10,08 35,20	1,04 12,44	0,55 21,74	100	100		
arrendat.	88,08 30,70	10,02 23,93	0,96 8,90	0,84 22,26	0,06 6,55	0,04 7,66	100	100		
parceiro	89,31 41,51	9,34 25,37	0,75 7,96	0,53 15,64	0,05 5,04	0,02 4,48	100	100		
ocupante	81,60 22,01	14,67 24,43	1,95 11,45	1,60 26,51	0,13 7,35	0,05 8,25	100	100		

fonte: Censos Agropecuários - CE - 1970 a 1985.

TABELA 6.2
 CONDIÇÃO DO PRODUTOR SEGUNDO OS GRUPOS DE ÁREA
 CEARÁ - 1970 à 1985

grupos de área	proprietário		arrendatário		parceiro		ocupante		total	
	estab.	área	estab.	área	estab.	área	estab.	área	estab.	área
1970										
01-- 10	48,72	54,32	13,82	10,66	17,05	15,64	20,41	19,38	100	100
101-- 50	76,55	79,33	4,44	3,81	7,07	6,03	11,94	10,83	100	100
501-- 100	85,52	85,68	2,62	2,60	3,77	3,76	8,09	7,96	100	100
1001-- 500	86,15	86,40	2,44	2,39	3,50	3,52	7,91	7,69	100	100
5001--1000	88,12	88,40	1,90	1,89	3,45	3,87	6,33	6,20	100	100
1000 e +	90,97	92,17	1,29	1,58	2,10	1,68	5,64	4,57	100	100
1975										
01-- 10	45,94	51,01	14,75	11,64	16,41	15,28	22,90	22,07	100	100
101-- 50	77,85	81,06	4,11	3,40	5,45	4,23	12,59	11,31	100	100
501-- 100	87,98	88,19	2,57	2,54	1,67	1,64	7,78	7,63	100	100
1001-- 500	89,18	89,44	2,07	2,10	1,28	1,26	7,47	7,20	100	100
5001--1000	91,12	91,26	1,73	1,68	1,39	1,43	5,76	5,63	100	100
1000 e +	95,81	96,51	1,00	0,86	0,60	0,42	2,59	2,21	100	100
1980										
01-- 10	53,34	60,12	17,88	13,59	11,48	10,55	17,30	15,74	100	100
101-- 50	83,31	85,99	4,96	4,10	4,12	3,33	7,61	6,58	100	100
501-- 100	91,57	91,86	2,33	2,24	2,01	1,92	4,09	3,98	100	100
1001-- 500	93,17	93,50	2,04	1,89	1,52	1,53	3,27	3,08	100	100
5001--1000	93,83	93,78	1,39	1,40	1,86	1,78	2,92	3,04	100	100
1000 e +	95,32	96,21	1,38	1,07	0,64	0,36	2,66	2,36	100	100
1985										
01-- 10	36,06	43,11	11,15	8,61	30,74	27,77	22,05	20,51	100	100
101-- 50	77,43	81,49	3,39	2,67	8,59	6,76	10,59	9,08	100	100
501-- 100	90,90	91,18	1,22	1,19	2,60	2,54	5,28	5,09	100	100
1001-- 500	92,14	92,41	1,16	1,14	2,00	1,92	4,70	4,53	100	100
5001--1000	93,49	93,66	0,88	0,97	1,93	1,77	3,70	3,60	100	100
1000 e +	94,75	96,05	0,99	0,66	1,29	0,92	2,97	2,37	100	100

fonte: Censos Agropecuários - CE - 1970 à 1985

TABELA 7
 PESSOAS OCUPADAS EM TODOS OS TRABALHOS NA ATIVIDADE
 AGRÍCOLA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - CEARÁ 1981/1989

anos	empregados	conta própria	empregadores	não remuner.	tot. agric.	total
1981	45,74	25,95	3,08	24,51	30,63	100
1982	38,52	30,23	4,13	27,12	40,95	100
1983	43,77	34,54	5,00	16,69	14,03	100
1984	37,44	31,41	4,36	26,79	42,59	100
1985	35,73	33,02	3,08	28,17	41,00	100
1986	44,12	34,40	3,36	18,12	36,53	100
1987	34,60	44,65	3,47	17,28	30,00	100
1988	50,72	24,58	2,37	22,33	36,11	100
1989	37,80	37,96	2,61	21,63	35,74	100

Fonte: IBGE/PNAD - CE - 1981 à 1989.

Considere o seguinte conjunto de informações referentes:

a) à Condição do Produtor: segundo o Censo Agropecuário - Ceará - 1980, p.xxiii,

PRODUTOR

Considerou-se Produtor a pessoa física ou jurídica que detivesse a responsabilidade da exploração do estabelecimento, quer fosse o mesmo constituído de terras próprias ou de propriedade de terceiros.

Os produtores foram classificados nas seguintes condições:

PROPRIETÁRIO - Quando as terras do estabelecimento, no todo ou em parte, fossem de sua propriedade (inclusive por usufruto, enfiteuse, comodato, herança, etc.);

ARRENDATÁRIO - Sempre que as terras do estabelecimento tivessem sido tomadas em arrendamento, mediante o pagamento de uma quantia fixa em dinheiro, ou sua equivalência em produtos;

PARCEIRO - Se as terras do estabelecimento fossem de propriedade de terceiros, e

estivessem sendo exploradas em regime de parceria, mediante contrato verbal ou escrito, do qual resultasse a obrigação de pagamento, ao proprietário, de um percentual da produção obtida;

OCUPANTE - Nos casos em que a exploração se processasse em terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário), nada pagando o Produtor pelo seu uso."

Essa conceituação indica o número de estabelecimentos cuja exploração é de responsabilidade ou do proprietário, ou de um arrendatário, parceiro ou mesmo de um ocupante. E parece implicar, além da noção de responsabilidade pelo estabelecimento, mais uma relação temporária de propriedade e não-propriedade do estabelecimento relativamente à este fim de exploração (produção), do que propriamente exprimir a composição da força de trabalho, ou seja, relações de trabalho - emprego de pessoal - em que as pessoas ocupadas (trabalhadores) sujeitam-se ao proprietário do estabelecimento.

BCME-BIBLIOTECA

De mais a mais, uma consulta às tabelas 6.1 e 6.2 informa que:

a) do total de estabelecimentos sob "responsabilidade de exploração" de parceiros, 94,21% concentravam-se nos estratos de área até 50 ha, passando este percentual à 97,64% em 1975. De 1975 à 1980 há uma ligeira redução (2,24%), passando à 95,45%, e posterior recuperação em 1985, quando atinge a 98,65%. Deste total, 89,31% estão nos estabelecimentos com área até 10 ha (tabela 6.1). À exceção deste, em todos os demais grupos de área reduz-se o número de estabelecimentos sob responsabilidade de

exploração de parceiros;

b) os estabelecimentos "comandados" por proprietários aumentam até 1980, concomitantemente a uma redução daqueles sob "responsabilidade" de parceiros e ocupantes, exceto para os estratos com área superior a 50 ha (cf. tabela 6.2). De 1980 para 1985, o quadro se inverte, reduzindo-se a participação dos proprietários e elevando-se a de parceiros e ocupantes para todos os grupos de área, principalmente nos estabelecimentos com área até 10 ha e de 10 a 50 ha. Nestes estratos há, respectivamente, uma queda de aproximadamente 32,4% e 7,06% de proprietários, e aumento de 167,77% e 108,49% no número de parceiros, e de 27,46% e 39,16% no de ocupantes.

BCME-BIBLIOTECA

Há uma aparente contradição entre as tabelas 6.1 e 6.2 quando analisadas do ponto de vista "exclusivamente" da distribuição das "diversas" condições do Produtor nos estratos (tabela 6.1) e do "quanto" de cada estrato está sob responsabilidade de qual categoria (tabela 6.2). Pela segunda há uma tendência favorável às hipóteses sustentadas por Rolim & Carleial. Já os dados da primeira inclinam-se em direção à tese contrária, aqui desenvolvida.

Embora estes dados não possam ser analisados de per si, eles deixam claro que:

i) os parceiros (e ocupantes) concentram-se nos estratos menores de 50 ha;

2) há um incremento expressivo na área ocupada por estes estabelecimentos, embora este percentual se dilua quando tomado relativamente ao total da área (cf. tabela 6);

3) mesmo tomando-se a tabela 6.2 como parâmetro, os parceiros-produtores "pertencentes" aos estabelecimentos de até 50 ha, declinam de forma progressiva até 1980. O "salto" ocorre entre este ano e o de 1985.

Informações concernentes às relações de trabalho podem ser melhor apreendidas - pensa-se - pela utilização das tabelas censitárias referentes à Pessoal Ocupado. Dados extraídos destas tabelas foram os utilizados na elaboração das tabelas constantes ao longo deste trabalho e, segundo estes dados, a parceria - enquanto relação de trabalho, ou seja, parceiro subordinado ao dono do estabelecimento - tem apresentado tendência declinante ao longo do período.

b) ao Pessoal Ocupado: (idem (item (a)), p. xxvii,

PESSOAL OCUPADO

A pesquisa sobre pessoal ocupado abrangeu todas as pessoas, com ou sem remuneração, que na data do Censo encontravam-se executando serviços ligados às atividades do estabelecimento.

Distribuiu-se o pessoal ocupado, por sexo e classe de idade (de 14 anos e mais, e menos de 14 anos), nas seguintes categorias:

a) Responsável e membros não remunerados da família - O Produtor ou

Administrador que fosse o responsável pela direção do estabelecimento e os membros da sua família que o ajudavam na execução dos trabalhos, sem receber qualquer tipo de remuneração pelos serviços prestados;

b) Empregados permanentes - Pessoas contratadas para execução de tarefas permanentes ou de longa duração, mediante remuneração em dinheiro ou em quantidade fixa de produtos, inclusive os membros da família dos empregados permanentes que efetivamente os auxiliavam na execução de suas respectivas tarefas;

c) Empregados temporários - Pessoas contratadas para execução de tarefas eventuais ou de curta duração, mediante remuneração em dinheiro ou sua equivalência em produtos, inclusive os membros da família desses empregados que os auxiliavam na execução dos trabalhos;

d) Parceiros - Pessoas diretamente subordinadas ao Responsável, que executavam tarefas mediante recebimento de uma quota-parte da produção obtida com seu trabalho (meia, terça, quarta, etc.), e os seus familiares que o ajudavam na execução das suas tarefas;

e) Outra condição - Consideraram-se todas as pessoas cujo regime de trabalho diferia do pessoal dos grupos anteriores, tais como: agregados, moradores, etc.

BCME-BIBLIOTECA

c) às Pessoas Ocupadas, por posição na ocupação: conforme a conceituação das características investigadas pelo IBGE/PNAD,

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - Consideraram-se nove categorias para a investigação da posição na ocupação das pessoas ocupadas:

Empregado - pessoa que trabalhava para um empregador, geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo como contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou somente em benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) (...);

Parceiro empregado - pessoa que exercia uma atividade econômica (agricultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca ou garimpo), individualmente ou com auxílio de membro da unidade domiciliar não remunerado, e que recebia uma parte da produção pelo seu trabalho;

Trabalhador agrícola volante com intermediário - pessoa sem trabalho fixo que prestava serviços remunerados por tarefa, dia ou hora em um ou mais estabelecimentos agropecuários ou de extração vegetal, recebendo pagamento de intermediário que a contratou ou arrematou;

Trabalhador agrícola volante sem intermediário - pessoa sem trabalho fixo que prestava serviços remunerados por tarefa, dia ou hora em um ou mais estabelecimentos agropecuários ou de extração vegetal, recebendo pagamento do responsável pelo estabelecimento a

quem ofereceu diretamente os seus serviços;

Conta-própria - pessoa que explorava sua própria empresa econômica ou exercia uma profissão ou ofício, não tendo empregados;

Parceiro conta-própria - pessoa que explorava uma atividade econômica (agricultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca ou garimpo), individualmente ou com auxílio de membro da unidade domiciliar não remunerado, e pagava pela exploração com serviços e/ou parte da produção;

Empregador - pessoa que dirigia sua própria empresa econômica ou exercia uma profissão ou um ofício com auxílio de um ou mais empregados;

Parceiro empregador - pessoa que explorava uma atividade econômica (agricultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca ou garimpo), auxiliada por um ou mais empregados, e pagava pela exploração com serviços e/ou parte da produção;

Não remunerado - pessoa que trabalhava normalmente 15 horas ou mais por semana, em remuneração, em ajuda a membro da unidade domiciliar que tinha uma atividade econômica ou a instituição beneficente religiosa ou de cooperativismo ou, ainda, como aprendiz, estagiário, etc.

Para efeito de divulgação, estas nove categorias foram agrupadas em quatro, da seguinte forma:

Empregado - empregado, parceiro empregado e trabalhador agrícola volante, com e sem intermediário;

Conta-própria - conta própria e parceiro conta-própria;

Empregador - empregador e parceiro empregador; e

Não remunerado "

Comparando-se as "conceituações" presentes nos itens acima, se há alguma "aproximação", esta parece ser entre as categorias dos itens (b) e (c), embora se deva lembrar que Rolim & Carleial trabalham com as presentes nos itens (a) e (c) e, especificamente, a parceria contida na categoria Conta-Própria do IBGE/PNAD que, aliás, apresenta certa coerência quanto à autonomia do parceiro enfocada segundo a Condição do Produtor.

Em face do exposto, as seguintes questões poderiam ser

consideradas:

1) o enfoque da parceria mediante uso da informação Pessoal Ocupado não corrobora, até 1985, as colocações de Rolim & Carleial;

2) constatou-se que, mesmo pela Condição do Produtor, os parceiros declinam até 1980; a elevação do percentual ocorre entre 1980 e 1985; estes parceiros são autônomos;

3) este "tipo" de parceiro, pelo menos no tocante à pesquisa do IBGE/PNAD, pode ser interpretado também como um trabalhador temporário ou mesmo um morador, cuja remuneração é feita com parte da produção - esta assertiva será melhor qualificada quando dos comentários mais detalhados aos dados censitários, bem como da inclusão de informações provenientes de pesquisas diretas com alguns proprietários rurais;

4) a categoria Conta-Própria (conta-própria mais parceiro conta-própria) engloba parceiros autônomos e proprietários; o fato destes últimos não terem empregados não implica serem os mesmos "pequenos" proprietários, por não estar afastada a possibilidade de o proprietário trabalhar com seus familiares (não-empregados); de fato, na forma como é definida, a categoria tanto pode englobar pequenos, como médios ou até grandes proprietários; além disso, não sendo possível saber o percentual de um e de outro (de parceiros autônomos e de proprietários) dentro da categoria, não se poderia afirmar qual deles teve seu percentual aumentado ou diminuído; sem contar que a oscilação contínua desta categoria (tabela 7) não permite a sugestão de uma tendência, quer

declinante, quer ascendente.

5) se todas as categorias "agrupadas" do IBGE/PNAD englobam algum tipo de parceria, à exceção da "não-remunerados", porque seria esta categoria de parceiro conta-própria - que encerra a noção de autonomia em relação à produção - a indicativa de "parceria"?

6) a afirmação de que "Se houve modificações na natureza da parceria não é possível afirmar através da utilização de dados secundários" (Rolim & Carleial, 1990, p.1115), comporta a consideração de que - em função do tipo de dados utilizados e de suas conceituações - pelo menos uma característica deste parceiro é óbvia: ele é autônomo em relação à exploração do estabelecimento/produção. Se esta assertiva é "dada", e se a "natureza" desta parceria é, em princípio, ainda não-conhecida, são plausíveis as seguintes suposições:

6.1) se este parceiro-produtor-autônomo é não-proprietário, sua autonomia, evidentemente, é relativa; o "grau" desta relatividade estaria (?) "associado" ao fato de que:

6.2) estes parceiros concentram-se nos estratos menores, ocupando (no todo) um percentual muito reduzido de área;

6.2.a) se a cultura algodoeira - consorciada a culturas de subsistência como o milho e o feijão - era o sustentáculo de relações de produção baseadas na parceria (autônoma?) e o elemento "provedor" de renda monetária (Rolim & Carleial, 1990, p.1113), e à desarticulação da produção de algodão, há o incremento da produção de feijão e milho, pergunta-se: seriam estas culturas capazes de manter as relações vigentes, bem como

gerar renda que pudesse ser considerada como "suficiente" à esta manutenção?;

6.2.b) a definição do parceiro conta-própria parece sugerir que não, ao menos a princípio: este trabalha só "ou com auxílio de membro da unidade domiciliar não-remunerado, e pagava pela exploração com serviços e/ou parte da produção" (IBGE/PNAD, p.32, os grifos foram incluídos)...

4.4. - O "PROBLEMA" DA METODOLOGIA

O aprofundamento do assunto requer que se esteja ciente quanto ao fato de que comentários que tomam por base dados censitários exigem certas considerações. A utilização das categorias constantes nos Censos Agrícola e Agropecuários, na forma como são definidas (e os dados coletados), deve ser feita com cautela, uma vez que:

a) a inclusão em determinada categoria depende da forma como a informação é coletada. Isto é, depende da forma como os entrevistadores entendem ser o trabalhador "ocupado" nas diversas categorias à sua disposição, porque:

a.1) a coleta de dados é feita por "pesquisadores" (na maioria das vezes alunos de 2o grau ou universitários) incapazes de discernir, de forma precisa, entre o que seja um "morador" ou

um "empregado permanente", face à distinção tênue e inexata entre as categorias que enseja esta confusão.

Estas conclusões¹¹² levam à suposição realista de que a inclusão nesta ou naquela categoria, varie com a "sensibilidade" do entrevistador para "apreender" a situação real do trabalhador do campo(!?!)¹¹³.

Com relação a "distinção" entre as categorias e, principalmente, as categorias "parceiro" e "morador" em questão, "entendeu-se" que¹¹⁴:

- do ponto de vista da Condição do Produtor, o parceiro-produtor é autônomo em relação à terra;

- pelo aspecto de Pessoal Ocupado, o parceiro-empregado é sujeito em relação à colheita, produção, etc.

O produtor, que se "confunde" com o estabelecimento, determina o que e como produzir, assim como parte da distribuição. As pessoas ocupadas sujeitam-se ao responsável pelo

112.Tiradas a partir de "consultas", que, conforme mencionado, resultam das entrevistas realizadas. Entretanto, as "conclusões" devem ser entendidas como "interpretações pessoais" às respostas fornecidas. E, desde que não apareçam expressamente com tal, as demais informações são transcrições livres destas entrevistas, que incluem, além de opiniões pessoais do entrevistado, meros esclarecimentos aos manuais do IBGE.

113.Segundo este técnico, funcionários especializados do IBGE aplicam questionários, durante as pesquisas de campo, em áreas aleatoriamente determinadas, de forma a testar a "veracidade" das entrevistas em andamento - veracidade no sentido de serem as informações coletadas condizentes com as conceituações utilizadas pelo IBGE.

114.Partindo-se do princípio de estar correta a compreensão.

estabelecimento, que determina previamente a produção econômica e as formas de produzi-la e "reparti-la". O responsável (produtor) - não obrigatoriamente proprietário -, detentor da "exploração do estabelecimento", "contrata" a mão-de-obra em função das necessidades da produção. Isto é, face à sua "adequação" à atividade em curso.

Explicando melhor: o produtor, que pode ser um proprietário, arrendatário, parceiro ou ocupante, "aloca" o "tipo" de força de trabalho que mais lhe "convier", tendo ao "seu" "dispor" as seguintes categorias:

TABELA 8
PESSOAL OCUPADO POR CATEGORIA, SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR
CEARÁ - 1985

cond. prod.l	categorias					total
	RMNRF	emp.perm.	emp.tempo.	parcei.	out.cond.	
propriet.	69,24	5,55	18,32	2,63	4,26	100
arrendat.	87,91	1,05	10,19	0,37	0,48	100
parceiro	90,33	0,56	8,44	0,38	0,29	100
ocupante	87,73	1,06	10,02	0,50	0,69	100

fonte: Censo Agropecuário - CE - 1985.

Esta informação - [não disponível para os anos anteriores] - parece sugerir que:

que, pela opção (b), os arrendatários ou parceiros "ocupariam" pessoas nas mesmas condições disponíveis aos proprietários, e segundo a (c), opção mais plausível de conter "ocupantes", estes, do mesmo modo que os demais produtores, também "ocupariam" empregados permanentes, ou temporários, ou parceiros, etc...

- Haveria geração de "renda" capaz de sustentar esta estrutura (remuneração aos agentes do processo), dado que estas categorias (constantes do item [b]) concentram-se nos menores estabelecimentos (vide tabelas 6.1 e 6.2)?

Com relação especificamente à parceria, sua característica principal, segundo conceituação do IBGE, é a variabilidade do pagamento acertado. De forma inversa, é arrendatário o produtor cuja quantia acordada é fixa. Por esse raciocínio, o "parceiro" seria "descaracterizado" (ou não "caracterizado") como tal, uma vez fixada sua remuneração, no todo ou em parte.

Se, por exemplo, um trabalhador rural recebesse, além de parte da produção, uma determinada parcela do salário mínimo (SM) vigente¹¹⁵, geralmente em torno de 2/3, ele seria classificado como empregado permanente. Tem-se exemplo semelhante no caso da "sorte"¹¹⁶: o trabalhador seria "listado" como parceiro desde que recebesse apenas a "sorte" (!?!), ou como empregado permanente,

os arrendatários.

115. O SM pago ao setor rural, apesar da legislação em vigor, é menor que o estipulado oficialmente.

116. Para cada quatro rezes nascidas, o trabalhador tem direito a uma.

se recebesse a "sorte" mais um percentual do SM... - o que remeteria novamente à questão da "definição" ("natureza") da parceria...

As informações anteriormente disponíveis para a variável dependente (pessoal ocupado), levavam à suposição de ser esta relação de "dependência/sujeição" ditada "unicamente" pelo proprietário do estabelecimento. O raciocínio parece ter sido contraditado pela tabela B, embora se deva observar que:

i) a não disponibilidade deste "dado" para os anos anteriores, além de excluir a possibilidade de conhecimento sobre a sua evolução, levaria à razão de ter sido esta informação coletada somente a partir de 1985; **BCME-BIBLIOTECA**

ii) os proprietários são maioria na "ocupação" da mão-de-obra, seguidos de parceiros e ocupantes - elemento que enseja o seguinte questionamento:

ii.a) a possibilidade real de parceiros e ocupantes de "ocuparem" pessoas, com ou sem remuneração, dado sua concentração nos menores estratos e as atividades agrícolas na qual estão engajados - a menos que se considere o termo "ocupação" no sentido de uma espécie de "associativismo" entre estes trabalhadores, com uma "divisão" proporcional entre tarefas e "ganhos". Note-se que a categoria de maior expressão é a de RMNRF, seguida de emp. temp.: os arrendatários, parceiros e ocupantes "ocupam", respectivamente, 87,91; 90,33 e 87,73% deste "tipo" (RMNRF); e 10,19; 8,44 e 10,02% de emp. temp. A

participação das demais categorias é inexpressiva. Já os proprietários "ocupam" 69,24% de RMNRF, 5,55% de emp. perm., 18,32% de emp. temp., 2,63% de parceiros (empregados) e 4,26% de pessoas de out. condição.

ii.b) a plausibilidade de um produtor "subordinar-se" a outro, sem uma interpretação diferenciada entre os termos responsabilidade pela direção e responsabilidade pela exploração (cf. conceituações do IBGE a respeito).

Quanto ao "morador", conforme classificação do IBGE, não constitui propriamente uma categoria econômica, sendo assim registrada a pessoa que enquadrar-se no conceito "intuitivo" do termo, isto é, a pessoa que apenas "morar" ou "residir" no estabelecimento. Nesse sentido, o termo adquire a conotação (viesada) de morador na acepção "antigo", ou seja, morador "antigo", ou aquele "emprega-se" temporariamente em estabelecimento(s) vizinho(s), mantendo a obrigação do trabalho obrigatório (cerca de 3 dias), nas terras do proprietário.

"Atualmente", um morador pode ser ou um empregado permanente, ou um parceiro-produtor (autônomo??), ou ainda um arrendatário, conforme receba uma parcela do SM, pague um percentual da produção, ou "explore" o estabelecimento mediante o fornecimento de uma quantia de renda fixa ou seu "equivalente em produtos", ao proprietário, respectivamente. Nas duas últimas acepções, o morador é, então, "caracterizado" como produtor,

Há, assim, um "fracionamento" dentro de uma mesma propriedade, que aparece "subdividida" em vários estabelecimentos. Segundo a ilustração, o morador poderia, então, ser, por exemplo, um parceiro-produtor autônomo se, no cultivo de uma plantação de cana entremeada com feijão, destinasse ao proprietário um percentual desta produção (de subsistência?); ou um arrendatário, se a "exploração" do estabelecimento fosse "acertada" tendo por base uma quantia fixada de renda ou produtos.

Transparece a idéia de que nestes estabelecimentos "isolados" possa haver certa "independência" dos produtores frente à atividade na qual estão engajados. Caberia perguntar o "tipo" de relação de produção envolvida, ou seja, capaz de "nortear" este processo produtivo, dado que a estrutura agrária permanece inalterada...

4.5. - EXEMPLOS DE "SITUAÇÕES" CONCRETAS

Neste item apresenta-se um conjunto de informações, que permitem uma visão um tanto diferenciada da anterior ou, pelo menos, outra forma de "apreensão" do setor rural.

Tem-se situações - fundamentadas em pesquisa de campo - em que um empregado permanente, por exemplo, é (ou pode ser) um morador que trabalha mediante salário e, muitas vezes, é "inquilino" do proprietário do estabelecimento, embora o aluguel seja fictício. Alguns moradores ocupam residências em estabelecimentos e trabalham por conta própria, não necessariamente para o proprietário do estabelecimento, conquanto a este prestem determinados serviços. A ocupação do imóvel garante sua conservação, bem como a manutenção de "proteção" das áreas onde estão localizados estes imóveis. O registro do trabalhador como "inquilino", mesmo com aluguel fictício, desvinculando-o de ser morador, faz com que o mesmo perca a possibilidade de requerer o acesso à terra (uso capião, por exemplo), independentemente do tempo em que nela esteja.

Este tipo de trabalhador rural recebe - informação proveniente de pesquisa direta -, geralmente, 2/3 do salário mínimo em dinheiro e a complementação, caso exista, é dada em forma de produtos. Esta complementação não é regra geral. Pelo contrário, muitos proprietários rurais "subtraem" do salário do trabalhador rural, por exemplo, um determinado percentual que equivaleria à moradia.

A quantia recebida, que muitas vezes não alcança sequer a metade do salário mínimo vigente, pode ser fixa (paga mensalmente) ou paga diariamente, de acordo com a tarefa

executada. Até a plantação de subsistência, feita em terras do proprietário do estabelecimento, é frequentemente paga pelo trabalhador rural: cerca de 20% do total da produção.

Os resultados das tabelas analisadas anteriormente, bem como os comentários feitos acima, parecem não corroborar o ponto em questão - a permanência da parceria -, principalmente se se adiciona a informação de que (avançando-se rapidamente a análise da tabela 10 referente às despesas de produção) a cota-parte da produção do parceiro se reduziu sistemática e substancialmente ao longo do período (1960 a 1985) - à exceção, para este último ano, dos estabelecimentos com área entre 10 e 50 ha, que mostram uma recuperação de 64,98% -, enquanto as despesas com insumos para a agricultura e pecuária, principalmente estes últimos, têm aumentado sua participação no total das despesas de produção, paralelamente à uma redução das despesas com salários.

No entanto, estes mesmos resultados apresentam uma inclinação favorável às hipóteses aqui sugeridas de não permanência da parceria, e da caracterização do morador como uma categoria econômica possivelmente em ascensão.

Além disso, se a parceria permanece como relação principal de trabalho e se, segundo Rolim & Carleial, a desarticulação do complexo algodoeiro não foi suficiente para desarticular esta categoria, que permanece "fortemente", caberia perguntar também,

apesar da inconsistência dos dados relativamente a esta "presença", a atividade econômica a qual estaria ligada, se a pecuarização vem predominando no setor rural, conforme indicam os dados relativos às atividades econômicas, apresentados a seguir.

Como a explanação acima parece não confirmar a hipótese de "previsão" ascensional da parceria (pelo menos até o momento), as "alterações" em curso na estrutura produtiva do setor rural do estado - tanto no que concerne às atividades agropecuárias, quanto às relações de trabalho a elas inerentes - poderiam ser qualificadas de outra maneira. Ainda que especulativas são, porém, mais razoáveis.

BCME-BIBLIOTECA

Uma dessas "modificações", referentes às relações de trabalho, seria o "morador-inquilino" - citado *en passant* em parágrafo anterior - , uma espécie de "modalidade" de "emprego/trabalho" rural, utilizada por muitos proprietários rurais, sugestão (e/ou inspiração?) da APRUCE (Associação dos Produtores Rurais do Ceará - antiga UDR = União Democrática Ruralista), como uma forma de protegê-los (obviamente os proprietários) de uma "possível" reforma agrária.

Uma outra, relativa especificamente à pecuária para engorda - e não à pecuária criatória, cujo processo envolve a criação de bovinos do nascimento até estar o rebanho adulto apto à venda -, é a observação desta (da pecuária para engorda) como "associada"

a proprietários não pertencentes ao estado. Explicando melhor: proprietários locais se "associam" - ou, em seus próprios termos, tornam-se "parceiros" - a proprietários de outras regiões na "produção" de gado para engorda e posterior venda para abate ou criação.

A "parceria" limita-se à primeira parte de um processo mutuamente vantajoso e lucrativo, da seguinte forma: proprietários rurais, donos de estabelecimentos de porte médio ou grande, geralmente não muito capitalizados, porém bem estruturados no que se refere às necessidades do sistema de engorda, recebem gado de fora para engorda em seus pastos; ao proprietário de fora seria não-vantajosa a venda de animais magros, entretanto o custo de engordá-los por conta própria seria muito alto, face ao arrendamento de pastos que, além de muito dispendioso, requer todo um processo de plantio, prazos de maturação, etc.

O proprietário local possui, conforme supra colocado, toda a infra-estrutura necessária, além de seu próprio rebanho. O tipo de trabalhador necessário é o morador, presente 24 horas na propriedade, em concordância com este tipo de atividade. O lucro advém da diferença de "peso", do seguinte modo: os proprietários-parceiros acordam um percentual (geralmente em torno de 50% do ganho de peso) do total do rebanho colocado nos pastos. Além de ser uma fonte de renda, funciona também como

geração de recursos passíveis de serem re/aplicados de forma produtiva. Neste processo, pensa-se, não haveria espaço para o parceiro, quer empregado, quer autônomo. Verifique-se que o termo parceria continua sendo utilizado de forma pouco rigorosa, sem conceituação definida.

Considere-se como referência, para comparação posterior, as situações de 4 propriedades, pertencentes a um mesmo proprietário¹¹⁷, localizadas duas delas em Trairí e as outras duas em Acaraú, das quais uma tem cerca de 3000 ha, e as outras em torno de 100 ha cada uma - evidentemente se está ciente da não viabilidade desta informação enquanto fator quantitativo, entretanto, o objetivo relevante é apreender o elemento especificamente qualitativo.

BCME-BIBLIOTECA

Estas unidades produzem, conjuntamente, caju, legumes, bovinos e ovinos - em consórcio. Atualmente, a maior das fazendas - antiga produtora de caju, parcialmente financiada com programa do governo, que engloba reflorestamento de parte da propriedade - encontra-se à venda, face a ausência de possibilidade de sustentar condições rentáveis de produção...

Quanto às formas de:

a) "emprego": há um morador por estabelecimento, cujos parentes

117. Informação proveniente de entrevista a um proprietário rural, profissional liberal, residente no setor urbano.

que residem nas redondezas são "contratados", prioritariamente, em casos de necessidades (épocas de colheita, por exemplo);

b) "remuneração": pagamento de 40% da renda do caju, mais 2/3 do SM (em espécie), mais a "sorte"¹¹⁸ - a proposta de pagamento tendo por base apenas a participação na produção mais a "sorte", sem complemento salarial (visando a "aliviar" financeiramente o proprietário), foi recusada pelos trabalhadores, sob a alegação de incapacidade de geração de renda suficiente à sua manutenção (note-se que esta é uma cultura considerada comercial...). Adicionalmente estes trabalhadores (moradores) têm permissão de cultivar culturas de subsistência, sem qualquer ônus, isto é, sem cobrança de renda sobre a utilização da terra¹¹⁹.

A exposição acima parece implicar a predominância, nestes estabelecimentos, de um regime de semi-assalariamento em função do acesso, por parte dos trabalhadores, a uma parcela do SM. No entanto, esta remuneração, apesar de "certa", ou seja, de ser previamente fixada e regular, não pressupõe a idéia de que estes trabalhadores possam estar "financeiramente" assegurados - mesmo durante o período de vigência deste "acordo" - frente a total ausência de qualquer vínculo empregatício por parte deles.

Aliás, nem mesmo a moradia fornece aos trabalhadores a

118. Neste caso, além de 1 em cada 4 reses, o trabalhador (morador) tem direito a receber, também, 1 em cada 7 ovelhas nascidas.

119. Segundo colocação anterior, não é este um procedimento de regra geral. Poder-se-ia pensar ser este um proprietário do tipo magnânimo..., embora se deva observar que, como ele, existem outros...

possibilidade de requerimento do acesso à terra. Pelo contrário, dependendo do modo como for caracterizada, a moradia pode funcionar como empecilho a este acesso e, neste sentido, sua formalização enquanto tal implicaria em desvinculação do trabalhador da propriedade da terra. O esquema, processado do ponto de vista legal, se configura quando da "locação" do imóvel.

Embora os dados disponíveis até o momento não permitam sua comprovação, este é um fator a ser analisado mais profundamente, face a observação do crescimento de uma tendência ao inquilinato na zona rural.

BCME-BIBLIOTECA

Esta tendência ao inquilinato possivelmente reflete uma resposta dos sindicatos patronais - dos quais a APRUCE é exemplo - aos sindicatos dos trabalhadores rurais: a orientação destes na exigência de indenizações, implicou na sugestão, por parte daqueles, de os proprietários rurais ou consolidarem o vínculo empregatício ou formalizarem legalmente o "uso" do imóvel. Ambas as "saídas" propostas, se, por um lado amenizam a "vulnerabilidade" (!!!) dos proprietários, por outro acarretam perdas aos trabalhadores rurais. Estes tornam-se ou meros "assalariados" ou meros "inquilinos" (estas "categorias" não são excludentes, apesar de que a adoção de apenas uma delas - principalmente a última - garantiria legalmente o proprietário de uma eventual desapropriação...). Nos dois casos haveria uma "fragilização" das relações envolvidas, obviamente em detrimento

dos primeiros.

O uso do termo "vulnerabilidade" em relação aos proprietários limita-se exclusivamente a ilustrar o posicionamento destes frente ao avanço das reivindicações dos trabalhadores do campo. Cumpre acrescentar que, segundo o proprietário em questão, a utilização da parceria como forma de empregar a mão-de-obra vem decaindo em todo o setor rural, por dois motivos principais: além de deixar o proprietário vulnerável, não gera renda suficiente ao produtor...¹²⁰.

4.6. - NÚMEROS DA ATIVIDADE AGRÍCOLA

Há uma concepção usualmente aceita acerca da "grande importância da pequena produção na ocupação da mão-de-obra" (Rezende, 1979, p.39), ligada a uma outra de associabilidade entre tipos de ocupação e dimensão do estabelecimento - sendo este último fator (dimensão) também elemento "determinante" de distinções nos padrões de produção. O argumento contraposto é o da pequena produção "versus" produção capitalista, com predominância, respectivamente, de mão-de-obra familiar e

¹²⁰. Literalmente, conforme declaração deste proprietário, não há geração de lucro suficiente nem mesmo para pagar a utilização da terra e a "renda" (parte) dos parceiros. Ou seja, utilizando outro linguajar, não haveria retorno capaz de sequer remunerar os fatores produtivos - este proprietário fornece todos os meios de produção necessários.

assalariada, não necessariamente de forma dual (Rezende, 1979)121.

Nos itens anteriores apresentou-se, além de dados sobre a concentração fundiária, a "estratificação" da mão-de-obra, isto é, de sua ocupação, comentando-se também alguns aspectos relativos a esta problemática, qual seja a dificuldade de se trabalhar esta "ocupação", dada a ambiguidade que envolve as categorias objeto de sua caracterização.

A hipótese aqui sugerida de declínio da parceria, apresenta outro possível fator de sustentação na evolução significativa da pecuária, para todos os estratos de área. Segundo informação do IBGE, em função da permanência da conceituação adotada pelo órgão, estaria havendo dificuldade (na fase atual de coleta de dados) de "apreensão" da parceria - ou de sua caracterização - "associada" à pecuarização em avanço em todo o estado.

Esta última parte expressa alguns números da atividade agrícola, bem como os principais itens com despesas relacionadas à exploração do estabelecimento. Antes da apresentação dos dados, fazem-se necessários alguns comentários sobre as "formas" "possíveis" de se trabalhar determinadas categorias. Embora estes comentários se constituam, à primeira vista, em uma digressão à

121. Rezende argumenta neste trabalho ser a pequena produção dependente, posto que subordinada, à produção capitalista - argumento que se considera coerente.

este item, o encadeamento do raciocínio se fará de maneira lógica com o encaminhamento das seções.

O avanço da pecuarização é uma tendência incontestável no setor rural cearense (as tabelas e gráficos apresentados a seguir confirmarão a assertiva). Dadas as características desta área (com peso significativo dos aspectos físicos), esta é a atividade de maior possibilidade de retorno. Os custos extremamente elevados de produção de outras culturas acentuam o processo - sem mencionar que a estrutura agrária, altamente concentrada, concorre para tornar esta atividade vantajosa, comparativamente às demais, pela próprio modo como esta estrutura é "utilizada" na produção agropecuária: extensivamente.

BCME-BIBLIOTECA

Quanto às transformações nas relações de produção, caberia perguntar a definição de "atraso", cuja permanência é a estas atribuída, relativamente a um incremento no uso de "técnicas modernas", concomitantemente a um aumento do "assalariamento" - não definido. Não está clara a "forma" deste "atraso", nem o sentido de sua verificação.

Relativamente à parceria, não haveria - pensa-se - mais uma "sujeição" tão acentuada no sentido "antigo" ou "puro"(?) do termo - apesar de que este não tenha sido ainda definido. Lembre-se que esta parceria ("pura"?) vinculava-se de modo peculiar à produção de algodão, atualmente em desarticulação

(Rolim & Carleial, 1991). A forma como os trabalhadores vêm sendo "ocupados" na zona rural - excetuando-se a consideração explícita da coação extra-econômica (emprego da força) em declínio - tem implicado na verificação de uma recusa, por parte dessa mão-de-obra, em submeter-se a certas tarefas - algumas ligadas à pecuária - em função principalmente deste avanço que requer uso "intensivo", no sentido de exaustivo, da força de trabalho. Um exemplo é a destocagem (preparação do solo para servir de pasto).

Pesquisas diretas com proprietários rurais ligados a esta atividade indicam reclamações no sentido de escassez de trabalhadores nas redondezas, implicando, muitas vezes, na transferência de pessoas da cidade para o campo, às custas dos proprietários, pelo período exigido pela tarefa contratada. Essa recusa é reflexo principalmente dos "termos" do acordo - leia-se remuneração -, ou seja, reflete ausência de consenso entre o pagamento ofertado e o pleiteado. Embora essa "amostra" seja diminuta, e, portanto, corra o risco de ser considerada "caso isolado" ou mesmo "não-relevante estatisticamente", esta é questão a ser aprofundada, mediante uma pesquisa mais abrangente na região.

Esta, se ser efetuada, deveria ser "não-viesada" por "categorias" pré-concebidas ou pré-definidas, e que levam a uma "superposição" da realidade à teoria, e não, como deveria ser, a observação do concreto como informação contínua à teoria -

procedimento que se pensa ser o mais correto, de forma a não permitir que a teoria deforme a realidade... . Subjacente está a idéia de que a forma como as "categorias" são trabalhadas - muitas vezes mediante uso abusivo da sinonímia - pode levar a uma "deturpação" de situações reais, em direção às hipóteses levantadas, unicamente em função do modo como estas categorias são abordadas. Está-se referindo especificamente à estas categorias em relação à parceria/pecuária.

A não definição do termo, ou definições ambíguas, torna sua utilização bastante ampla, permitindo seu "uso" conforme o interesse, isto é, segundo as várias formas de "apreensão" do "real" - literalmente, de acordo com as "perspectivas" do pesquisador...

Voltando-se aos números da atividade agrícola tem-se que:

a) Segundo a tabela 9, que indica a concentração da produção por estratos, que:

a.1) Os estabelecimentos de até 10 ha tem por atividade econômica principal a agricultura, que atinge um máximo de 95,16% em 1975. Há uma redução nos anos seguintes, passando esta atividade a representar 81,64% em 1985. Nesta atividade, as lavouras temporárias predominam de forma acentuada em 1960, cedendo lugar às lavouras permanentes, que passam a representar cerca de 41% em 1975, contra 54,20% de lavouras temporárias. Deste ano à 1985, há uma queda acentuada nas lavouras permanentes

e recuperação das lavouras temporárias - observe-se que apesar da oscilação, as lavouras temporárias são superiores às permanentes durante todo o período. Atenção especial deve ser dada à evolução da pecuária que, de uma participação inferior a 3% até 1975, sofre um incremento significativo (mais de 390% !!), representando 16,19% do total das atividades - note-se que o "salto" se dá entre 1975 e 1980 -, com predominância expressiva da pecuária, de 46,17% em 1980 à quase 69% em 1985. É de se supor que, logicamente, esta pecuária é sustentada por vegetação nativa (pastagens naturais), dado o declínio contínuo da produção de cana (complemento alimentar a esta criação) nestas unidades;

BCME-BIBLIOTECA

TABELA 9
GRUPOS DE ÁREA TOTAL, SEGUNDO A ATIVIDADE ECONÔMICA
CEARÁ - 1960, 1970, 1975, 1980 E 1985
(CONCENTRAÇÃO POR ESTRATOS)

ativ\ anos e l econ.\gr. áreas	10		10 -- 50		50 -- 100		100 -- 500		500 -- 1000		1000 e +	
	estab.	área	estab.	área	estab.	área	estab.	área	estab.	área	estab.	área
1960												
agricultura	87,01	86,62	82,93	82,05	75,39	75,11	67,75	65,91	55,53	55,24	45,93	46,02
* lav. perm.	(19,95	22,32)	(26,59	26,84)	(25,84	25,93)	(24,52	24,18)	(19,42	19,35)	(17,30	18,05)
* lav. temp.	(67,06	64,29)	(56,34	55,21)	(49,55	49,18)	(43,23	41,73)	(36,11	35,89)	(28,63	27,97)
pecuária	2,63	2,82	5,41	6,08	10,68	10,91	18,54	20,39	29,44	29,57	38,03	39,81
* bovinos	(1,46	1,70)	(3,96	4,51)	(8,34	8,57)	(16,29	18,08)	(27,93	28,06)	(37,11	39,16)
extr veget.	9,31	9,80	11,24	11,47	13,45	13,50	13,24	13,25	14,51	14,65	14,53	12,51
out ativid.	1,05	0,76	0,42	0,40	0,48	0,48	0,47	0,45	0,52	0,54	1,51	1,66
total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1970												
agricultura	93,67	93,07	87,67	86,86	81,36	81,10	74,32	72,77	63,15	63,22	55,99	58,39
* lav. perm.	(36,19	41,14)	(46,87	47,03)	(46,60	46,66)	(43,73	43,25)	(38,95	39,46)	(41,17	41,36)
* lav. temp.	(57,47	51,93)	(40,81	39,83)	(34,75	34,44)	(30,60	29,52)	(24,19	23,76)	(14,83	17,03)
pecuária	3,28	3,56	7,62	8,48	14,03	14,27	21,56	23,06	33,53	33,46	40,99	38,82
* bovinos	(2,91	3,24)	(7,27	8,11)	(13,51	13,74)	(21,05	22,58)	(32,65	32,62)	40,18	38,07
extr veget.	2,61	3,09	4,23	4,18	3,87	3,88	3,33	3,39	3,08	3,08	2,44	2,31
out ativid.	0,44	0,28	0,48	0,48	0,74	0,75	0,79	0,78	0,24	0,24	0,57	0,48
total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1975												
agricultura	95,16	95,11	90,39	89,56	83,89	83,82	74,30	72,24	59,99	59,35	50,00	49,34
* lav. perm.	(40,96	47,14)	(53,96	54,68)	(54,59	54,76)	(50,54	49,35)	(40,75	40,47)	(31,84	32,81)
* lav. temp.	(54,20	47,97)	(36,43	34,89)	(29,29	29,06)	(23,75	22,87)	(19,24	18,87)	(18,16	16,52)
pecuária	2,98	3,02	6,56	7,23	12,59	12,73	22,04	24,11	36,89	37,46	46,71	47,36
* bovinos	(2,18	2,23)	(5,64	6,34)	(11,64	11,78)	(21,20	23,27)	(36,19	36,75)	(45,91	46,74)
extr veget.	1,43	1,68	2,97	3,13	3,45	3,39	3,60	3,60	3,07	3,14	3,29	3,30
out ativid.	0,43	0,19	0,08	0,08	0,07	0,06	0,06	0,05	0,05	0,05	--	--
total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1980												
agricultura	82,57	81,23	72,71	71,46	63,57	63,50	56,07	54,08	40,84	40,70	37,22	37,40
* lav. perm.	(35,18	38,50)	(42,33	42,54)	(40,07	40,17)	(36,39	34,94)	(25,29	25,09)	(20,68	21,85)
* lav. temp.	(47,39	42,73)	(30,38	28,92)	(23,50	23,33)	(19,68	19,14)	(15,54	15,61)	(16,54	15,55)
pecuária	14,62	15,99	23,55	24,64	32,21	32,29	39,83	41,76	55,27	55,45	60,03	60,26
* bovinos	(6,75	8,16)	(17,13	18,60)	(27,17	27,35)	(35,45	37,66)	(52,58	52,80)	(57,35	57,82)
extr veget.	1,52	1,83	3,16	3,37	3,81	3,81	3,68	3,73	3,57	3,51	2,66	2,27
out ativid.	1,29	0,95	0,58	0,53	0,41	0,40	0,42	0,43	0,32	0,34	0,09	0,07
total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1985												
agricultura	81,64	83,19	75,97	74,94	65,84	65,68	56,09	54,09	40,52	40,04	37,26	38,47
* lav. perm.	(25,29	29,01)	(32,52	32,30)	(30,71	30,81)	(26,74	25,72)	(19,32	19,21)	(17,24	20,06)
* lav. temp.	(56,34	54,17)	(43,45	42,18)	(35,13	34,87)	(29,35	28,37)	(21,20	20,83)	(20,02	18,41)
pecuária	16,19	14,79	21,52	22,92	31,46	31,61	41,29	43,29	56,87	57,43	60,56	59,61
* bovinos	(11,15	10,22)	(17,88	19,43)	(28,70	28,87)	(38,66	40,61)	(55,42	55,93)	(58,67	58,19)
extr veget.	0,76	0,88	1,79	1,94	2,26	2,27	2,23	2,27	2,45	2,35	1,88	1,70
out ativid.	1,41	1,14	0,72	0,65	0,44	0,44	0,39	0,35	0,16	0,18	0,30	0,22
total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

fonte: Censos Agrícola (1960) e Agropecuários (1970 à 1985).

a.2) Os estabelecimentos com área entre 10 a 50 e 50 a 100 ha, apresentam comportamento semelhante aos anteriores quanto à agricultura como componente mais expressivo e em elevação até 1975 - respectivamente 90,19% e 83,89% -, queda em 1980 e, diferentemente dos estabelecimentos inferiores a 10 ha, esses apresentam ligeira recuperação em 1985. Com relação aos tipos de cultura, o comportamento é totalmente diferenciado, verificando-se uma inversão na participação relativa das lavouras: as temporárias, superiores percentualmente (quase o dobro) às permanentes em 1960, têm seu peso reduzido, paralelamente à um incremento destas últimas até 1975. De 1975 para 1980, há nova alteração: as lavouras permanentes também apresentam queda que persiste até 1985, contrariamente às temporárias, que elevam seu percentual, suplantando novamente as lavouras permanentes em 1985. A pecuária, excetuando-se o ano de 1975, exibe um incremento de 335% e 201% para os estratos considerados, respectivamente, no período 1960/1980 - note-se que esta atividade, tanto mais expressiva quanto maior é a área dos estabelecimentos, tem apresentado maior incremento nos estabelecimentos menores. Em 1985 há uma pequena redução, embora a pecuária bovina mantenha-se em ascensão;

a.3) Os três últimos estratos de área evoluem de forma semelhante, com as seguintes diferenças:

i) a participação da agricultura é tanto menos importante quanto maior é a área do estabelecimento; decaindo durante todo o

período:

(ii) a pecuária, em elevação durante toda a série de anos considerada, passa a representar, respectivamente, 41,29%; 56,87% e 60,56% das atividades destes estabelecimentos, sendo a pecuária bovina disparadamente a mais significativa, principalmente nos dois últimos grupos: cerca de 97% desta produção para os estratos com área entre 500 a 1000 e superior a 1000 ha;

a.4) Os estabelecimentos menores dedicam uma parcela maior da área à agricultura, enquanto os maiores à pecuária, embora se verifique também, concomitantemente, um avanço da área ocupada pela pecuária nos estabelecimentos com menor área. Nos médios (100 a 500) e grandes (acima de 500 ha) estabelecimentos, a pecuária ocupa, respectivamente, mais de 40% e quase 60% da área destas propriedades.

b) De acordo com a tabela 9.1, que informa as atividades econômicas desagregadas por estratos, ou seja, sua localização percentual nos vários grupos de área:

b.1) Em 1960, mais de 70% de toda a atividade agrícola concentrava-se nos estabelecimentos de até 50 ha, ocupando 16,43% da área total - destes, os estabelecimentos menores (<10 ha) detinham 30,81%, com apenas 2,03% de área -, distribuída em 66,62% de lavouras permanentes e 73,52% de lavouras temporárias, com 14,52% e 17,47% de área, respectivamente;

TABELA 9.1
GRUPOS DE ÁREA TOTAL, SEGUNDO A ATIVIDADE ECONÔMICA
CEARÁ: 1960, 1970, 1975, 1980 E 1985
(CONCENTRAÇÃO POR ATIVIDADE ECONÔMICA)

ativ\ anos e l	< 10	10 -- 50	50 -- 100	100 -- 500	500 -- 1000	1000 e +	total
econ.\gr. áreas	estab. área	estab. área	estab. área	estab. área	estab. área	estab. área	est. área
1960							
agricultura	30,81 2,03	40,62 14,40	13,92 14,06	12,89 37,13	1,20 11,86	0,56 20,52	100 100
* lav. perm.	(23,43 1,46)	(43,19 13,12)	(15,82 13,52)	(15,47 37,92)	(1,39 11,58)	(0,70 22,40)	100 100
* lav. temp.	(34,01 2,35)	(39,51 15,12)	(13,09 14,37)	(11,77 36,68)	(1,12 12,02)	(0,50 19,46)	100 100
pecuária	9,13 0,17	26,04 2,76	19,37 5,27	34,65 29,63	6,26 16,39	4,55 45,78	100 100
* bovinos	(6,34 0,11)	(23,80 2,19)	(18,89 4,44)	(38,01 28,22)	(7,42 16,69)	(5,54 48,35)	100 100
extr veget.	23,08 1,09	38,51 9,61	17,36 12,06	17,62 35,62	2,20 15,01	1,23 26,61	100 100
out ativds.	47,25 1,39	26,24 5,44	11,23 7,01	11,49 19,76	1,44 8,96	2,35 57,44	100 100
1970							
agricultura	51,75 5,03	32,47 18,36	8,02 13,82	6,85 33,07	0,59 10,16	0,32 19,53	100 100
* lav. perm.	(42,94 3,70)	(37,27 16,58)	(9,86 13,26)	(8,65 32,77)	(0,79 10,57)	(0,50 23,11)	100 100
* lav. temp.	(59,45 7,01)	(28,29 21,04)	(6,41 14,66)	(5,27 33,51)	(0,43 9,53)	(0,15 14,25)	100 100
pecuária	21,18 0,58	33,00 5,39	16,18 7,30	23,23 31,49	3,70 16,15	2,71 39,09	100 100
* bovinos	(19,82 0,54)	(33,22 5,28)	(16,43 7,21)	(23,93 31,57)	(3,90 16,13)	(2,80 39,27)	100 100
extr veget.	38,63 3,69	41,84 19,54	10,20 14,63	8,19 34,05	0,78 10,94	0,36 17,15	100 100
out ativds.	42,74 1,88	30,84 12,69	12,77 16,06	12,69 44,16	0,40 4,88	0,56 20,33	100 100
1975							
agricultura	54,19 6,26	31,40 20,40	7,52 15,11	6,14 34,14	0,53 10,39	0,22 13,70	100 100
* lav. perm.	(45,16 4,77)	(36,30 19,18)	(9,48 15,19)	(8,08 35,91)	(0,70 10,91)	(0,28 14,04)	100 100
* lav. temp.	(63,82 9,01)	(26,17 22,67)	(5,43 14,93)	(4,06 30,85)	(0,35 9,43)	(0,17 13,11)	100 100
pecuária	22,77 0,56	30,56 4,67	15,14 6,51	24,41 32,32	4,37 18,61	2,75 37,33	100 100
* bovinos	(19,01 0,43)	(30,09 4,23)	(16,02 6,22)	(26,88 32,22)	(4,91 18,86)	(3,09 38,04)	100 100
extr veget.	32,71 2,40	41,29 15,46	12,41 13,25	11,92 37,00	1,09 11,96	- -	100 100
out ativds.	85,61 16,36	10,26 23,77	2,14 14,89	1,84 33,18	0,15 11,80	- -	100 100
1980							
agricultura	52,88 5,91	32,47 20,90	7,75 15,55	6,20 33,99	0,48 9,44	0,22 14,21	100 100
* lav. perm.	(44,39 4,58)	(37,25 20,33)	(9,62 16,09)	(7,92 35,91)	(0,58 9,52)	(0,24 13,57)	100 100
* lav. temp.	(61,66 8,00)	(27,55 21,77)	(5,82 14,71)	(4,41 30,98)	(0,37 9,33)	(0,19 15,21)	100 100
pecuária	32,06 1,49	36,00 9,20	13,44 10,10	15,07 33,53	2,22 16,44	1,21 29,44	100 100
* bovinos	(21,46 0,94)	(37,92 7,70)	(16,43 9,49)	(19,44 33,52)	(3,06 17,35)	(1,69 31,10)	100 100
extr veget.	29,39 2,19	42,59 16,22	14,01 15,37	12,27 38,59	1,26 13,40	0,48 14,23	100 100
out ativds.	69,47 9,86	22,00 22,35	4,26 14,16	3,90 38,74	0,32 11,28	0,05 3,61	100 100
1985							
agricultura	66,72 9,20	23,24 20,69	5,37 15,22	4,21 32,66	0,31 8,43	0,15 13,80	100 100
* lav. perm.	(58,48 6,96)	(28,14 19,48)	(7,08 15,49)	(5,68 33,69)	(0,42 8,77)	(0,20 15,61)	100 100
* lav. temp.	(71,23 11,12)	(20,56 21,73)	(4,43 14,99)	(3,41 31,78)	(0,25 8,13)	(0,12 12,25)	100 100
pecuária	50,59 2,18	25,17 8,50	9,80 9,77	18,85 34,88	1,66 16,13	0,93 28,54	100 100
* bovinos	(44,51 1,61)	(26,69 7,67)	(11,42 9,50)	(14,16 34,84)	(2,07 16,72)	(1,15 29,66)	100 100
extr veget.	40,18 2,67	35,40 14,80	11,89 14,44	10,83 37,68	1,21 13,64	0,49 16,77	100 100
out ativds.	80,01 17,10	15,27 24,67	2,53 14,00	2,03 29,41	0,08 5,29	0,08 10,53	100 100

fonte: Censos Agrícola (1960) e Agropecuários (1970 à 1985)

lav. perm. + import.: algd. arbóreo, banana, café, cajú, côco

lav. temp. + import.: algodão, arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho

pecuária: + expressivos, além de bovinos: ovinos e suínos

out. ativds.: horticultura, floricultura,

b.2) Em 1985, o primeiro percentual do item acima passa a 90%, com uma área de 29,89% - sendo que os estabelecimentos com área inferior a 10 ha, detém, sozinhos, 66,72% deste índice, com 9,20% da área -, e os demais percentuais à 86,62% e 91,79% de lavouras permanentes e temporárias, com 26,44% e 32,85% de área, respectivamente;

b.3) Observe-se que 50,59% dos estabelecimentos com atividades ligadas à pecuária, nesse ano de 1985, têm menos de 10 ha, com apenas 2,18% de área;

BCME-BIBLIOTECA

b.4) Os estabelecimentos superiores a 1000 ha, engajados nessa atividade, são menos de 1%, detendo, entretanto, quase 30% da área total. No primeiro ano do período (1960) estes eram 4,55% do total, com 45,78% da área nesta atividade.

Os números contidos na tabela 9.1 devem ser encarados com cautela, de vez que apenas indicam que, do total de estabelecimentos ligados a uma determinada atividade agropecuária, quantos pertencem a um dado grupo de área, e a área correspondentemente por eles ocupada. Não há referências, por exemplo ao efetivo da pecuária (estes dados serão posteriormente incluídos).

Os dados da tabela 9 - mais importantes no que se refere à participação relativa das atividades econômicas, uma vez que informam a evolução destas em cada estrato de área - podem ser

melhor visualizados através dos gráficos apresentados a seguir, desagregados por participação relativa de lavouras permanentes e temporárias e pecuária bovina.

É fator a ser notado que parte deste avanço da pecuária, mormente para os estabelecimentos pertencentes aos menores estratos, deva (ou possa) ser computado à ampliação do número de estabelecimentos dentro destes limites. Entretanto, segundo as tabelas censitárias o efetivo de bovinos apresenta crescimento contínuo para todos os anos e grupos de área trabalhados.

Se se considera, grosso modo, uma divisão entre estabelecimentos menores e maiores, poder-se-ia ter este "comportamento" - diversificação de atividades - como uma "estratégia" de sobrevivência, à diferença que os "empreendimentos" classificados no segundo grupo teriam aquela ditada unicamente pela maior rentabilidade, principalmente quando se observa (tabela 10) que aproximadamente 90% do efetivo da pecuária bovina concentram-se "em mãos" de produtores-proprietários. As tabelas 10.1 e 10.2 apenas confirmam a concentração do efetivo de bovinos nos maiores estratos, bem como seu crescimento no período estudado.

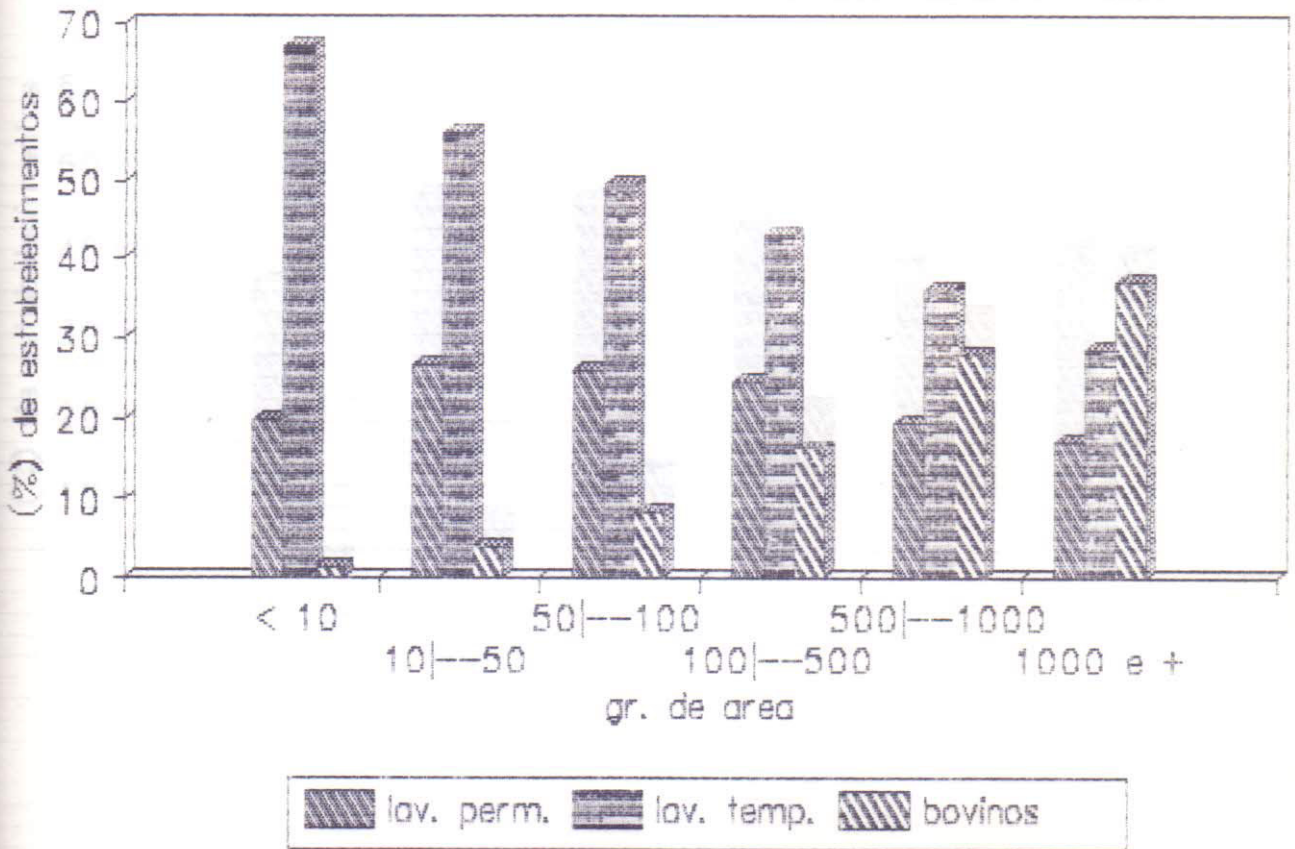
Adicionando-se informações sobre as despesas com a produção tem-se, de acordo com a tabela 11, que: a) os gastos com salários reduzem-se significativamente, para todos os grupos de área, até

1975. Deste ano para 1980, há uma recuperação, à exceção do último estrato, que reduz as despesas com salários - tendência que se inverte no último ano, com todos os grupos de área apresentando declínio e os dois últimos, ao contrário, um aumento deste item. Interessante notar que apenas o último grupo retorna aos níveis de 1960!; b) quanto às despesas com insumos, mesmo os menores estratos apresentam maiores dispêndios com os itens destinados ao trato da pecuária; c) o comportamento da parte relativa aos parceiros parece dispensar maiores comentários.

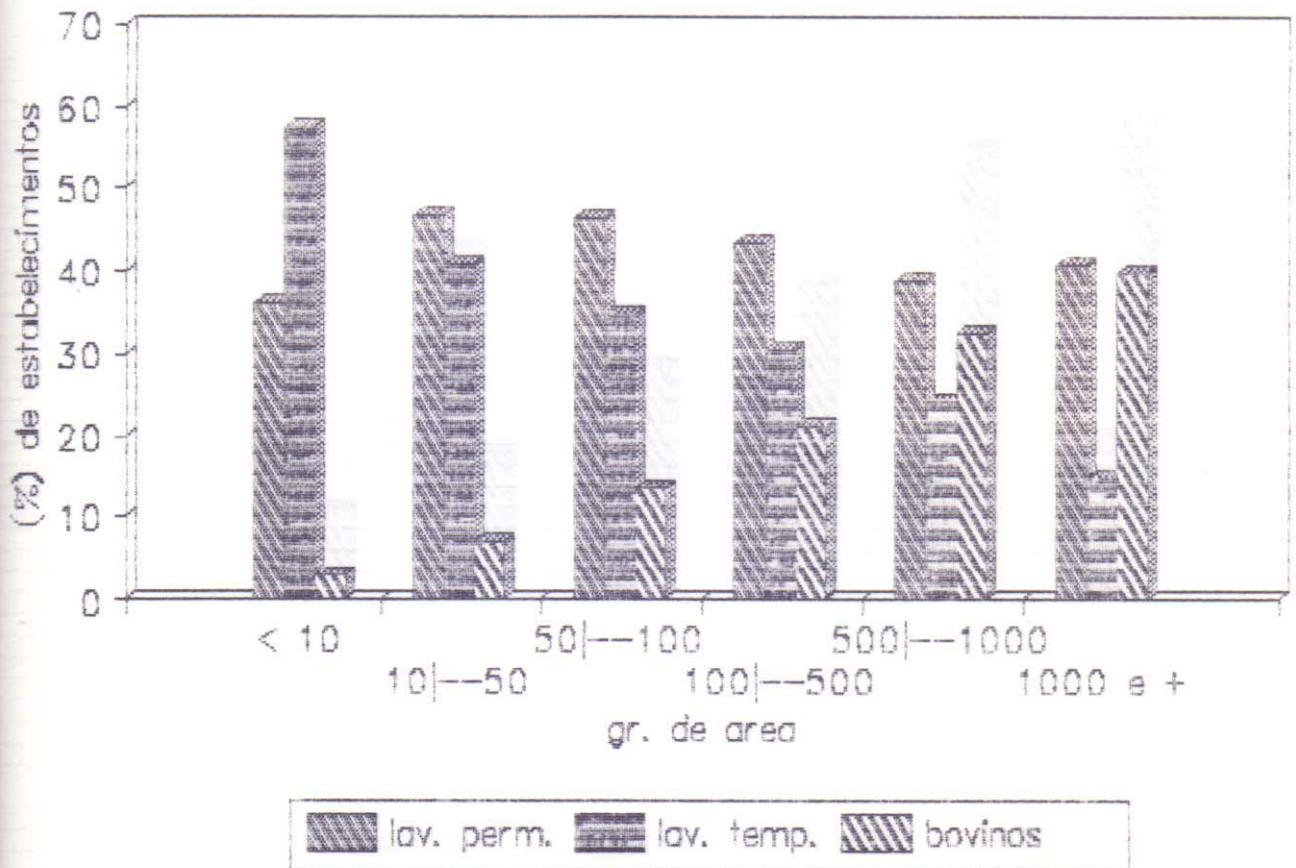
BCME - BIBLIOTECA

BRASIL - IICA

CONCENTRACAO DAS ATIV. ECONOMICAS CEARA - 1960

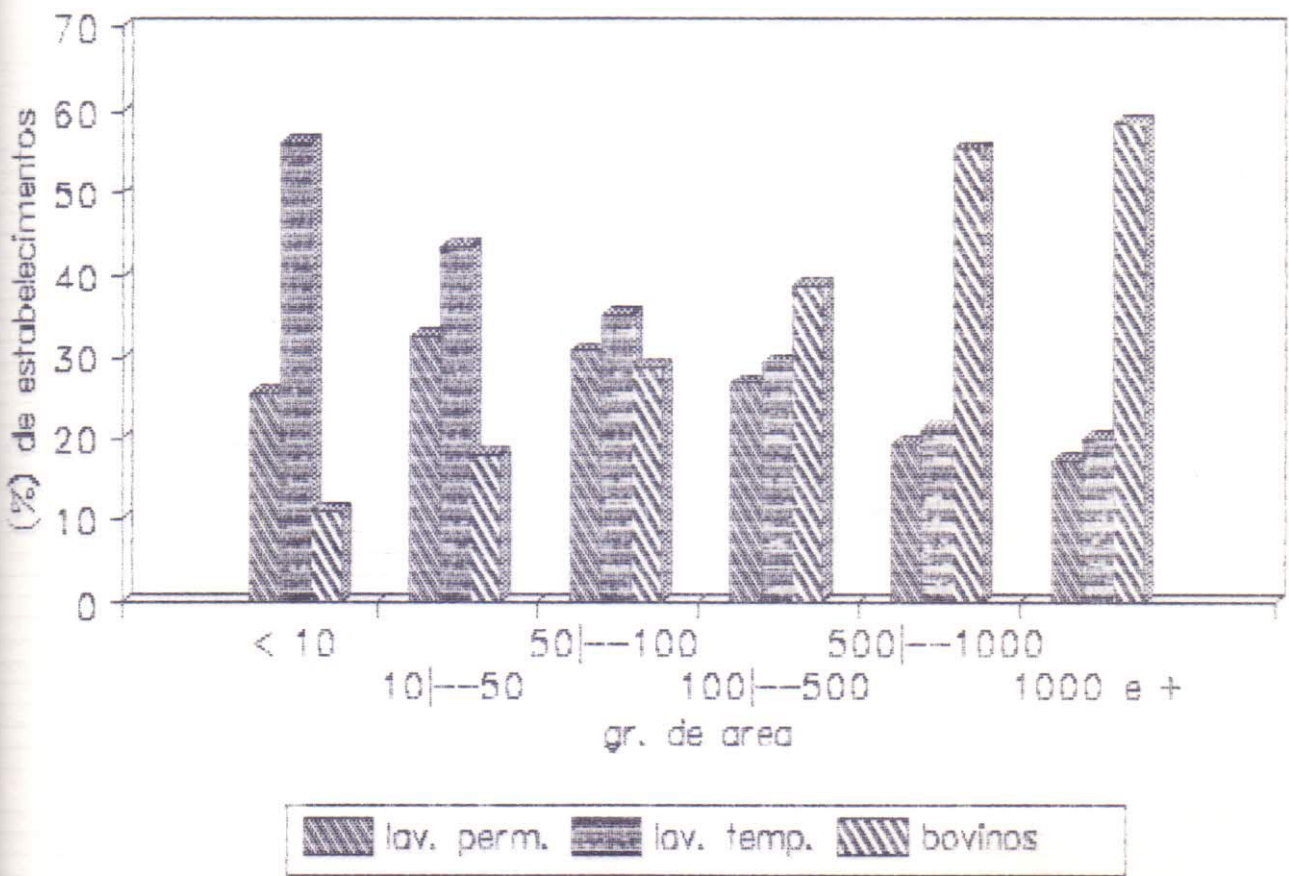


CONCENTR. DAS ATIV. ECONOMICAS P/ ESTR.
 CEARA - 1970

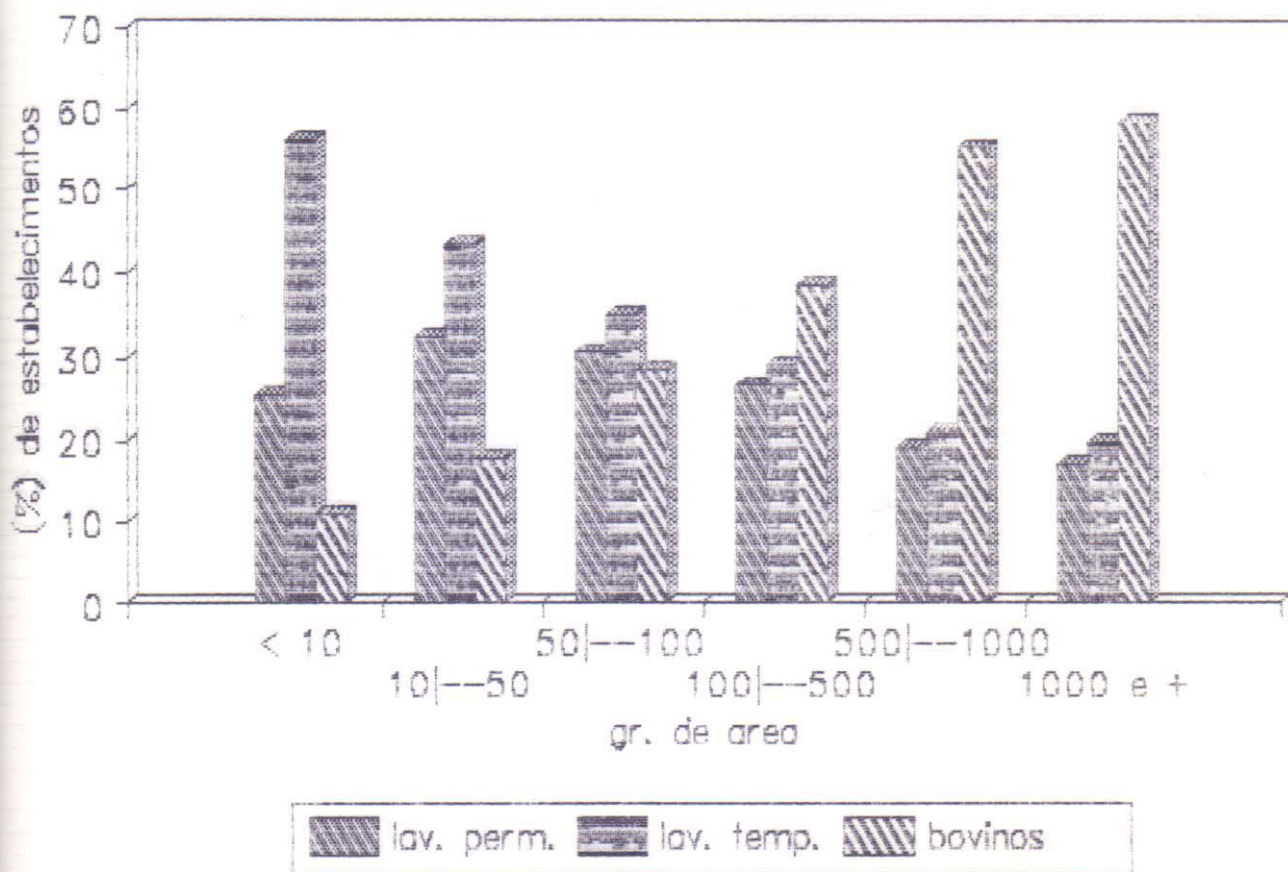


BCME-BIBLIOTECA

CONCENTR. DAS ATIV. ECONOMICAS P/ ESTR. CEARA - 1975



CONCENTR. DAS ATIV. ECONOMICAS P/ ESTR.
 CEARA - 1980



CONCENTR. DAS ATIV. ECONOMICAS P/ ESTR. CEARA - 1985

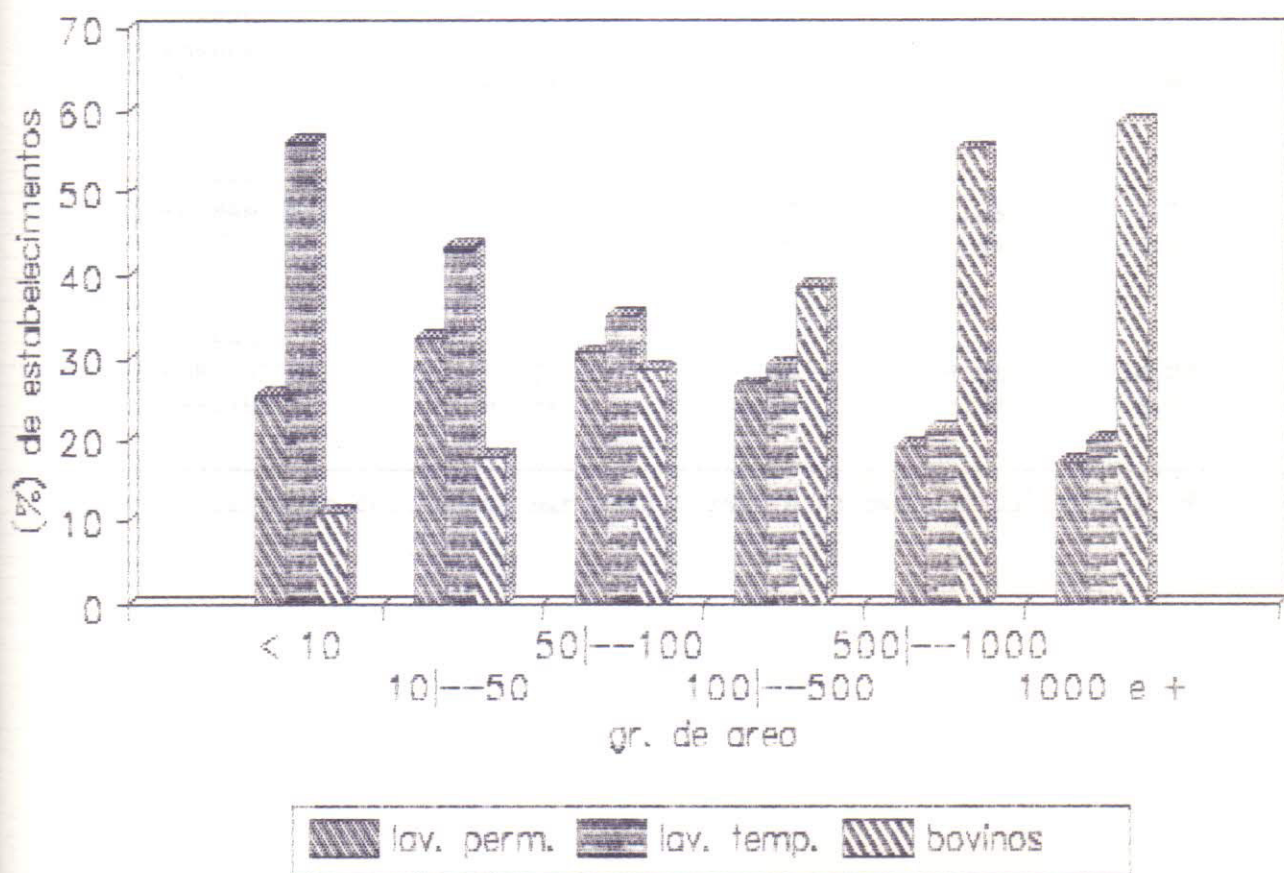


TABELA 10
EFETIVO DE BOVINOS, SEGUNDO A CONDIÇÃO DO
PRODUTOR - CEARÁ - 1970, 1975, 1980 e 1985 (em %)

ANOS INFOR. E EFETIVO	COND. DO PRODUTOR				TOTAL
	PROPRIETÁRIO	ARRENDATÁRIO	PARCEIRO	OCUPANTE	
1970					
INFORMANTES	77,83	3,79	4,84	13,54	100
EFETIVO	86,13	2,72	2,70	8,45	100
1975					
INFORMANTES	78,19	3,78	3,60	14,44	100
EFETIVO	88,61	1,93	1,54	7,92	100
1980					
INFORMANTES	83,17	4,58	2,86	9,39	100
EFETIVO	91,74	2,19	1,44	4,63	100
1985					
INFORMANTES	74,23	3,48	8,05	14,24	100
EFETIVO	89,34	1,61	2,20	6,45	100

Fonte: Derivado dos Censos Agrícola (1960) e Agropecuários (1970 à 1985).

TABELA 10.2
EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA BOVINA - CEARÁ
PERÍODO: 1960 à 1985

INFORMANTES	ANOS				
	1960	1970	1975	1980	1985
ESTAB C/ DECL	59.044	91.909	98.904	112.208	121.495
EFETIVO	1.354.338	1.713.110	1.949.239	2.353.890	2.475.423

Fonte: Censos Agrícola (1960) e Agropecuários (1970 à 1985).

Tx. de Crescimento: $V_f = V_i(1+r)^t$

onde: V_f = valor final $r = 2,44\%$ a.a.
 V_i = valor inicial
 r = tx. de crescimento a.a.
 t = período de tempo

BCME - BIBLIOTECA

TABELA 11
COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DAS DESPESAS DE PRODUÇÃO, SEGUNDO OS GRUPOS DE ÁREA
CEARÁ - 1960, 1970, 1975, 1980 E 1985

grupos de área	anos e despesas de produção										
	salários em prod. em dinh. total		q.p.p.p. (1)	arrend. (1)	ins.agri. (2)	ins.pec. (3)	serv.empr. (1)	alg.maq.equip. (1)	trans.prod. (1)	jur.+desp.banc. (1)	out.nesp. (4)
1960											
01-- 10	---	---	53,50	8,98	5,02	9,88	5,86	---	---	---	16,76
101-- 50	---	---	52,59	12,14	2,98	7,61	5,81	---	---	---	18,87
501-- 100	---	---	56,10	11,05	1,76	5,63	4,45	---	---	---	21,01
1001-- 500	---	---	52,06	18,89	1,94	5,51	6,99	---	---	---	14,61
5001--1000	---	---	47,96	24,94	2,13	4,86	8,18	---	---	---	11,93
1000 e +	---	---	44,18	27,89	3,52	2,92	10,54	---	---	---	10,95
1970											
01-- 10	---	---	26,56	1,54	10,96	4,38	21,48	4,41	---	1,30	29,37
101-- 50	---	---	33,54	5,40	5,95	4,07	15,42	6,41	---	2,24	26,97
501-- 100	---	---	35,44	8,59	3,01	3,18	17,95	10,09	---	2,96	18,87
1001-- 500	---	---	32,86	10,96	2,02	2,55	19,88	11,94	---	3,69	16,10
5001--1000	---	---	30,70	13,61	1,02	2,07	21,02	14,69	---	3,78	13,11
1000 e +	---	---	32,85	12,83	0,31	1,79	25,50	10,28	---	5,22	11,22
1975											
01-- 10	---	---	26,44	1,09	11,52	4,27	16,73	2,54	1,95	1,16	32,94
101-- 50	---	---	34,46	4,67	6,20	4,16	14,92	4,89	1,25	1,31	24,68
501-- 100	---	---	37,07	9,27	2,93	3,95	11,82	6,27	1,03	1,53	20,97
1001-- 500	---	---	33,05	14,30	1,74	2,89	14,88	6,41	0,98	1,35	18,28
5001--1000	---	---	28,69	16,16	1,69	2,46	17,26	6,99	0,92	1,30	17,88
1000 e +	---	---	28,35	12,65	0,56	3,30	16,90	10,57	1,02	0,86	19,62
1980											
01-- 10	---	---	30,47	0,87	6,89	6,96	29,98	2,31	1,98	0,85	17,70
101-- 50	---	---	46,61	3,37	3,51	5,73	20,48	2,92	1,50	0,82	11,48
501-- 100	---	---	43,54	5,50	1,84	4,32	22,43	4,86	1,83	0,63	10,63
1001-- 500	---	---	36,52	7,52	1,19	3,50	24,26	6,06	2,39	0,71	11,60
5001--1000	---	---	31,39	7,12	0,65	3,59	25,51	8,17	3,93	0,70	11,96
1000 e +	---	---	25,92	3,30	0,13	34,19	13,85	5,10	1,12	0,24	11,33
1985											
01-- 10	0,46	21,74	22,20	0,47	21,58	7,85	23,64	1,61	1,86	1,24	17,67
101-- 50	0,57	33,73	34,31	5,56	7,34	7,11	22,44	3,00	1,48	1,47	13,08
501-- 100	0,55	31,33	31,88	3,52	3,20	6,28	28,53	4,08	1,74	1,25	13,98
1001-- 500	0,90	31,49	32,39	4,70	1,24	5,55	26,33	4,96	1,61	1,22	16,98
5001--1000	1,27	31,74	33,01	5,51	1,29	4,98	23,73	5,99	1,73	0,84	16,56
1000 e +	0,65	43,53	44,18	2,90	0,41	5,24	15,22	5,94	1,29	0,42	18,31

fonte: Censos Agrícola (1960) e Agropecuários (1970 à 1985)

(1) q.p.p.p.: quota-parte da produção do parceiro

(2) ins. agri.: insumos agrícolas (adubos + corretivos + sementes + mudas + defensivos agrícolas)

(3) ins. pec.: insumos pecuária (medicamentos + alimentação)

(4) out. desp.: impostos e taxas + sacarias e outras exalações + combustíveis e lubrificantes + energia elétrica + outros

NOTAS CONCLUSIVAS

- REFLEXÕES FINAIS: "TENDÊNCIAS" RECENTES (ALGUMAS POSSIBILIDADES)

Atualmente, com o processo de desestruturação da produção algodoeira no Ceará, é possível a consideração de algumas hipóteses. Uma delas seria a possibilidade de que culturas tidas anteriormente como basicamente alimentares ou (exclusivamente) de subsistência, passassem a apresentar um caráter mais mercantil, ou seja, visando a produção também ao mercado local. "Teoricamente", o "novo" enquadramento poderia ser, por exemplo, **economia de subsistência**, em contraposição à categoria cultura de subsistência, então utilizada como referência à produção agrícola visando à subsistência e, secundariamente, ao mercado, caso houvesse formação de excedente (AMARAL FILHO & RIEDMILLER,¹²²). Já o termo economia de subsistência caracterizaria a produção com dupla finalidade: consumo e mercado local, denotando a presença de um caráter mercantil.

A título de esclarecimento, a explicação para o uso da expressão cultura de subsistência justificaria-se, entre outras razões, segundo os autores, pelo tipo de relação de produção presente, regra geral, a não monetarizada, e pela vinculação do produtor com a grande propriedade (vinculação esta dada pelo uso da terra e determinante da subordinação do trabalhador).

122. Texto em fase de revisão final.

Como a análise enfoca as formas de relação de produção mais usualmente encontradas¹²³ na organização da atividade agrícola do espaço em foco - e já discutidos nos capítulos anteriores - como o trabalho assalariado permanente e temporário, o morador, o parceiro, o pequeno proprietário, etc, optou-se por discutir do texto as tendências sugeridas, bem como sua não confirmação¹²⁴.

Esta hipótese baseia-se, em um momento inicial, em dois aspectos: primeiro, já no período de vigência do complexo gado- algodão-subsistência, embora este último segmento não visasse diretamente ao mercado, as culturas eram alternadamente produzidas (entenda-se maior produção de uma em detrimento de uma menor produção da outra) de acordo com as "leis" daquele, isto é, ditadas pelo maior valor comercial (preço) do produto à época de venda, e previamente determinadas (em função deste preço alcançado anteriormente) pelos produtores diretos (cf. BARREIRA, 1977) - ressalve-se, entretanto, que o mercado não determina um excedente contínuo de produção, alternadamente gerado em função das leis da oferta e demanda. Estas culturas são obrigatoriamente produzidas por garantirem a subsistência destes produtores.

Contudo, em função dos melhores níveis de preços atingidos,

123. Na visão dos autores que, de resto, comentam diversos outros estudos que se "servem" das mesmas ou de categorias semelhantes.

124. O texto citado constitui um trabalho de restauração de um artigo (para discussão) inicialmente escrito por Do Amaral Filho em 1977.

as quantidades serão ajustadas, plantando-se mais o produto que tiver alcançado melhor preço de venda no mercado. Ou seja, o único parâmetro tomado como orientador da decisão de produzir (plantar) é o preço de venda da colheita passada.

De acordo com informação fornecida pelo chefe do NEAD¹²⁵, alguns proprietários rurais do estado exigem um maior percentual da produção de feijão e milho, relativamente ao de algodão, quando da verificação de tendências altistas daqueles produtos. Entretanto, dados os custos muito elevados de produção destas culturas (especialmente do feijão), e sendo este um bem inferior, é de se esperar que estes preços pagos ao produtor só apresentem vantagens em período de entre-safra ou de perda de colheita causada por fatores climáticos.

BCME-BIBLIOTECA

O segundo aspecto seria a constatação de Rolim & Carleial (1990), em trabalho preliminar já discutido, de que as áreas de lavouras tipicamente de subsistência como o milho e o feijão, têm apresentado elevação contínua em detrimento da área antes destinada ao algodão, embora a participação destes produtos no valor bruto da produção não seja expressivo, ainda que o milho entre 1980 a 1989 exiba um incremento de participação de 434,84% nesta medida (ROLIM & CARLEIAL, 1990).

125.Dr. Valdir Silva. NEAD: Núcleo de Estudo, Avaliação e Documentação (EMATERCE).

Note-se a diferenciação dos termos: está-se trabalhando com a noção de economia de subsistência e não cultura comercial. Aliás, dada a dinâmica diferente associada à produção de milho, com a possibilidade de integração/articulação com a avicultura - a produção avícola de escala comercial (carne e ovos) cresceu mais do que a exploração de subsistência, especialmente este último produto (ovos), que apresentou uma taxa de crescimento de 5,3% ao ano entre 1965 e 1985, para o Nordeste (LEMOS, 1988, p.164-165); no Ceará (maior produtor da região) o produto cresceu a uma taxa anual de 10,6% entre estes mesmos anos¹²⁶ - e produtores de rações, esta poderia ser uma cultura produzida comercialmente, face à presente demanda insatisfeita, conjugando-se o consumo animal e humano (p.162,213), conquanto se a reestruturasse, tanto em termos de expansão de área (o que implicaria a sobreposição (= desocupação) de outras culturas), como em ganhos de produtividade (o que requeriria a incorporação de progresso técnico)¹²⁷.

Com relação à hipótese levantada (ou seja, quanto às possibilidades de determinadas culturas de subsistência virem a tornar-se economias de subsistência, os seguintes pontos deveriam ser levados em conta: a produção de subsistência vinculava-se,

126.Derivado de Lemos, 1988, p.167.

127.Ver Lemos, 1988.

subordinadamente, à produção algodoeira, por ser esta, conforme colocado, o elemento "gerador" de renda. Uma questão diretamente associada seria a de viabilidade de serem estas culturas produzidas independentemente do produto tido como principal, isto é, se estas culturas poderiam gerar renda e se esta seria suficiente à manutenção do processo, principalmente se se adiciona o fato de que a atividade que vem se expandindo de forma generalizada - a pecuária - não requer um contingente expressivo de mão-de-obra "cativa".

Assim, questiona-se até que ponto a quebra da complementariedade implicaria em ruptura ou, ao contrário, em manutenção, com alterações, da "dinâmica" desta produção, isto é, (a ser) "condicionada" pelo mercado, tendo em vista as ressalvas apresentadas.

Dados mais recentes (Dezembro de 1990) fornecidos pela EMATERCE/NEAD/DEPLAN, registram as seguintes perdas¹²⁸:

- * algodão arbóreo: 32,54%
- * algodão herbáceo: 85,43%
- * milho: 72,91%
- * feijão: 65,33%

com a informação adicional de não ter a "produção interna [de milho] sequer [coberto] o auto-consumo dos próprios (sic)

128. À estas associam-se, além da já baixa produtividade do solo, a "irregularidade climática e as pragas e doenças nas regiões mais produtoras" (Relatório de Ocorrências do GCEA-CE-Dez/1990).

produtores*129.

Com base nestes números questiona-se até mesmo a possibilidade de estas duas últimas culturas, conforme supra colocado, virem a tornar-se de fato economias de subsistência.

Ainda com relação à este ponto, ou seja, à persistência da fragilidade da economia rural do estado aos problemas conjunturais - que acentuam os riscos do setor -, está a necessidade de o governo local desenvolver um programa que permita a rearticulação da produção algodoeira como forma não apenas de aumentar a arrecadação do estado, mas também, e fundamentalmente, de manter o trabalhador rural neste setor, assegurando-lhe, para tanto, níveis adequados de subsistência.

A ênfase à estes dois aspectos leva à suposição de:

- *) ser a produção algodoeira a mais indicada como produto gerador de renda, tanto na captação do estado, como para suprir as necessidades básicas de grande parte da população rural;
- *) por derivação lógica da primeira, as demais culturas, pelo menos por enquanto e em termos quantitativos, não vêm apresentando tal característica.

129. Relatório citado na nota anterior. Segundo este informe, a 'demanda do parque agrícola foi suprida com milho importado da Argentina e Goiás'.

Isso posto, poder-se-ia argumentar, relativamente às relações sociais vinculadas à produção, que:

a) em primeiro lugar, se tais culturas - milho e feijão - não são rentáveis, porque estariam "ocupando" espaços destinados ao algodão (conforme Rolim & Carleial, 1990), se os estudos atuais de viabilidade dirigem-se à este?

b) se a cultura algodoeira produzia-se em grandes propriedades, e se vem cedendo lugar às de subsistência, então as grandes propriedades a estão produzindo? Os dados censitários relativos à magnitude/localização por área de culturas, somados aos números da pecuária não parecem dar suporte à hipótese...

c) se estas culturas são realizadas por produtores-parceiros-autônomos em terras não-próprias e se são não-viáveis economicamente, o que determinaria esta autonomia?

Outro ponto: no Ceará, conforme visto, o morador vem experimentando certas mudanças de "natureza" ou "forma", quais sejam, por exemplo, às relativas à "desvinculação" da propriedade (o que implicaria em alteração do "tipo" de sujeição) e a remuneração (o pagamento de um salário fixo mensal em substituição à obrigação de um certo número de dias de serviço). Em atividades ligadas à pecuária, este morador muitas vezes exerce também a função de "administrador" da propriedade. A possibilidade de explorar culturas de subsistência e o acesso a moradia não permitiriam, em princípio, que este trabalhador pudesse ser considerado um empregado permanente, se se toma a

conceituação do IBGE como parâmetro.

Pensa-se, portanto, que afirmações sobre "avanço das forças produtivas/incorporação de técnicas modernas" devem ser encaradas com certa cautela, especialmente quando referidas às culturas alimentares de subsistência, culturas estas que geralmente apresentam um valor comercial baixo e custos de produção elevados. Dada a ausência de mercado para esses produtos, a atração de preços se dá quase que exclusivamente em função da escassez da mercadoria. Assim, a tecnologia requerida - e acessível aos produtores¹³⁰ - seria a não-moderna: a produtividade poderia ser aumentada através de redução da densidade populacional (distanciamento entre as unidades) ou do número de culturas consorciadas, por exemplo¹³¹.

Outro fator a ser observado é o tipo de solo da região¹³², que não se presta à mecanização pesada, devendo, portanto, ser especificado o "tipo" de progresso técnico passível de ser incorporado.

Por todas as colocações feitas anteriormente, este quadro tem apresentado alterações. Algumas delas (pelo menos em termos

130. Ainda consoante explicação do chefe do NEAD.

131. Entretanto, de acordo com um técnico do NEAD, responsável pelo setor, não haveria interesse (?) em incentivar a produção nesses moldes, ou seja, mediante uso de técnicas "simples", ou sem aplicação de insumos modernos ...

132. Esses comentários referem-se ao espaço em estudo, qual seja o setor rural do estado do Ceará.

de tendências) apesar de poderem ser percebidas a partir de todas as anotações feitas, não permitem ainda, pensa-se, "generalizações" de qualquer natureza.

Sobre as "relações sociais" envolvidas, esta é uma forma de interpretação do processo, e que não se considera como totalmente válida, principalmente quanto à consideração indistinta do termo "relações de produção não-capitalistas". Utilizado de forma bastante genérica e, na maioria das vezes, como sinônimo de "atrasadas", estas relações, neste último sentido, aparecem também como obstacularizadoras do processo de modernização. Que modernização? De técnicas apenas? Estas relações não se "produzem" por si sós. Elas são "produzidas". Quando se "reproduzem" é para garantir a própria sobrevivência de seus agentes diretos.

BCME-BIBLIOTECA

A consideração do Programa de Desenvolvimento da Cultura Algodoeira do Estado do Ceará (Gov. do Estado do Ceará/SEARA) implicaria nas seguintes possibilidades mais imediatas - face a ausência de informações mais consistentes - dependendo da ênfase do programa à produção arbórea ou herbácea de algodão: reedição de relações de produção tipo parceria, no primeiro caso, ou em um "assalariamento", no segundo caso. Mas estas são suposições que requerem maior aprofundamento e, quando da execução do programa, pesquisas de campo que captem os beneficiários potenciais, pois, conforme visto anteriormente, o programa refere-se

indistintamente à mão-de-obra ocupada.

Face estas características da área rural do estado, pergunta-se, então, reiterando, até que ponto é correta a consideração deste espaço como "preenchido" por "relações tipicamente capitalistas de produção" - não propriamente definidas.

BCME-BIBLIOTECA

Neste caso, é possível a sugestão de serem estas simplesmente estratégias ditadas estritamente pela "sobrevivência". Se verdadeira, a afirmação implicaria na "convivência" de dois "tipos" de ocupação da mão-de-obra: um, composto por "minifundistas" que englobariam todas as categorias correntemente associadas, tais como parceiros, pequenos proprietários, trabalho familiar, etc, em uma espécie de "associativismo" estabelecido em função das necessidades da produção, e "remunerando-se" as partes de acordo com o montante obtido; o outro, se "ditado" pelas leis do mercado, a contratação da mão-de-obra vincular-se-ia à espécie de atividade desenvolvida. Neste último caso ter-se-ia, a título de ilustração, regimes de semi-assalariamento, empregados permanentes (moradores não-vinculados), e até mesmo parceiros - características que poderiam incidir sobre um mesmo trabalhador, dependendo das várias atividades desenvolvidas e do tamanho do estabelecimento.

O exercício ora desenvolvido evidenciou não sustentar-se, pelo menos até o momento, quer a previsão da tendência ascensional da parceria no estado (ROLIM & CARLEIAL, 1990, 1991), quer a suposta predominância dos assalariados na área rural (HOFFMANN, 1990).

O questionamento ateve-se, basicamente, à forma de tratamento de dados, enquadrados previamente na concepção teórica que se deseja ver comprovada.

Se as mesmas informações permitem a "verificação" - na passagem das categorias teóricas às categorias concretas de produtores - de concepções distintas, resulta do fato de ser o referencial adotado insuficiente, requerendo a elaboração de novos conceitos adequados à realidade em estudo (NAKANO, 1981).

Reiterando, obviamente uma realidade sofre mudanças, mas não a partir da maneira como é encarada. Ou seja, tais alterações não deveriam ser fruto da percepção do pesquisador que a analisa. Explicitando: conforme visto, dependendo do tipo de leitura que se faça, ter-se-á o setor rural cearense "modernizado", pois que predominantemente composto por relações capitalistas (ou avançadas); ou, ao contrário, caracterizado por relações atrasadas (ou não tipicamente capitalistas) que, face a sua magnitude, obstam o desenvolvimento da região; ou ainda, poder-se-á ter este espaço diferenciado por uma modalidade

ocupacional que se "vem expandindo" e que, a rigor, não se coadunaria com as demais, pelo menos na forma como são "conceituadas" (está-se referindo à parceria autônoma)...

BCME-BIBLIOTECA

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BCME-BIBLIOTECA

- ABLAS, Luis. Condicionantes agrícolas do desenvolvimento regional no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 17., 1989, Fortaleza. *Anais ...* São Paulo: ANPEC, 1989, v.3, p.1323-1332.
- ABU-EL-HAJ, Jawdat. Reestruturação industrial: o caso do Ceará. Fortaleza: NUDOC/UFC, 1990. (Série História, n.10).
- AGUIRRE, Basília *et. al.*. Irrigação no Nordeste: o investimento público e o privado. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 17., 1989, Fortaleza. *Anais ...* São Paulo: ANPEC, 1989, v.3, p.1373-1392.
- ALMEIDA, Alfredo W. B. de. O Intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia. Fortaleza, 1990. (mimeo).
- , ESTERCI, Neide. Trabalho e subordinação no sertão cearense. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v.10, n.1/2, 1979, p.95-130.
- ALMEIDA, Anna L.O. de, MENDONÇA, Carlos E. R. de. A pequena produção nos países desenvolvidos: "setor informal" ou pequena empresa? In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 17., 1989, Fortaleza. *Anais...* São Paulo: ANPEC, 1989, v.3, p.1457-1473.
- ALVES, Eliseu, CONTINI, Elísio. A modernização da agricultura brasileira. In: BRANDÃO, Antônio S. P. (ed.). *Os principais problemas da agricultura brasileira: análise e sugestões*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988, p.49-98. (Série PNPE, n.18).
- AMARAL FILHO, Jair do. Crise fiscal dos estados brasileiros e (necessidade de um) novo paradigma de regulação. Fortaleza: CAEN/UFC, 1991. (mimeo).
- . A economia política do babaçu: um estudo da organização da extrato-indústria do Babaçu no Maranhão e suas tendências. São Luís: SIOGE, 1990.
- . Endividamento dos Estados Federativos: um "affair" das elites locais. Fortaleza: CAEN/UFC, 1991. (mimeo).

- Notas sobre as características da pequena produção não-capitalista. Fortaleza: CAEN/UFC, 1983. (mimeo).
- Organização da produção no sistema gado-algodão do Nordeste. *Vidas Secas*. Recife, ano 1, n.1, jun., 1980, p.93-99.
- , RIEDMILLER, Leilane M. Re-visitando o semi-árido. Fortaleza: CAEN/UFC, 1992. (Texto em fase de revisão final).
- ARAGÃO, Elizabeth F. A indústria cearense e sua inserção no cenário nacional. In: *Capitalismo e força de trabalho*. Salvador: UFBA, 1983, p.219-231. (Mestrado em Ciências Sociais).
- ARCANGELI, Alberto. O Mito da terra: uma análise da colonização da pré-Amazônia Maranhense. Recife: CME/PIMES/UFPE, 1982. (Dissertação de Mestrado em Economia).
- BACHA, Carlos J. C. Uma abordagem alternativa na interpretação da substituição dos colonos pelos trabalhadores assalariados. In: *ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 17., 1989, Fortaleza. *Anais ...* São Paulo: ANPEC, 1989, v.2, p.609-627.
- BARBOSA, Cira de M. J. Capitalismo e força de trabalho: os níveis de sua articulação. In: *Capitalismo e Força de Trabalho*. Salvador: UFBA, 1983, p.21-36. (Mestrado em Ciências Sociais).
- BARREIRA, César. Conflitos sociais no sertão: trilhas e atalhos do poder. São Paulo: USP, 1987. (Tese de Doutorado em Sociologia).
- A parceria e questão política no campo. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v.10, n.1/2, 1979, p.145-158.
- Parceria na cultura do algodão: sertões de Quixeramobim. Brasília: UnB, 1977. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).
- BOWLES, A. , WHYNES, K. A teoria econômica do Estado. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BRANDÃO, Antônio S. P. (ed.). Os principais problemas da agricultura brasileira: análises e sugestões. Rio de Janeiro: IPEA/INPE, 1988. (Série PNPE, n.18).
- BRASIL 90. Diretrizes do governo para modernizar a agricultura. Brasília: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, C.F.P., 08/1992.

- BURSZTYN, Marcel. O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CAMPOS, Robério T. , KHAN, Ahmad. Efeitos das secas sobre o pequeno produtor rural do Nordeste. Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, v.20, n.1, jan./mar., 1989, p.9-30.
- CARLEIAL, Liana M. Acumulação capitalista, emprego e crise: um estudo de caso. São Paulo: IPE/USP, 1986. (Série Ensaios Econômicos, n.59).
- A questão regional no Brasil contemporâneo. Fortaleza: CAEN/UFC, 1992. (Texto de Discussão Interna, mimeo.).
- Seca: momento para repensar a pobreza do Nordeste: uma análise a partir do estado do Ceará. Fortaleza: Instituto Eivaldo Lodi, 1984.
- , GONDIM, Linda M. de P. Mercado de trabalho, condições de vida e relações de poder na região metropolitana de Fortaleza. Espaço & Debates. São Paulo, ano 7, n.20, jan./mar., 1987, p.26-51.
- CARNEIRO, Ricardo de M. Capitalismo e pequena produção na agricultura do Nordeste. Campinas: UNICAMP, 1978. (Dissertação de Mestrado em Economia).
- Relações de produção e emprego na agricultura do Nordeste. Recife: CME/PIMES, 1980. (Série Textos p/ Discussão, n.98).
- CARVALHO FILHO, José. J. de. , CASTELO, Ana N. Ação do Estado e as possibilidades da pequena produção. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 17., 1989, Fortaleza. Anais ... São Paulo: ANPEC, 1989, v.2, p.567-584.
- CARVALHO, Inaiá M. M. de. O Nordeste e o regime autoritário. São Paulo: HUCITEC-SUDENE, 1987.
- CARVALHO, Otamar de. O Nordeste semi-árido: questões de economia política e de política econômica. Campinas: UNICAMP, 1985. (Tese de Doutorado em Economia).
- Tecnologia para o Semi-Árido: o caso da irrigação. Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, v.20, n.1, jan./mar., 1989, p.31-42.
- CARVALHO, Rejane V. A. de. O Estado e os programas de apoio à pequena produção. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v.10, n.1/2, 1979, p.131-143.
- Pequenos produtores no Ceará: a mobilização em torno dos

- "direitos". In: *Capitalismo e Força de Trabalho*. Salvador: UFBA, 1983, p.167-180. (Mestrado em Ciências Sociais).
- . O PROTERRA: a ideologia de justiça social e as bases do processo de acumulação de capital no Brasil. Brasília: UNB, 1979. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).
- . A seca e os movimentos sociais.
 Seca, religião e política no sertão.
 O Estado, a terra e coronelismo nordestino. In: *Coleção Mossoroense, Série "C"*, 1991, respectivamente, vols. DCC, DCCI e DCCII.
- CASTELO, Ana M. Desenvolvimento rural integrado e pequena produção: o caso da serra da Ibiapaba. São Paulo: USP/FEA, 1987. (Dissertação de Mestrado em Economia).
- CASTRO, Antônio B. de. , SOUZA, Francisco E. P. de. A economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CHALOUT, Yves. Uma política de legitimação do Estado e rearticulação da pequena produção rural: o projeto Nordeste. *Revista Raízes*. Campina Grande, ano 4, n.4/5, jan./1984-dez./1985, p.61-99.
- . Questão agrária e política do Estado: o POLONORDESTE. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v.11, n.4, out./dez., 1980, p.527-564.
- CHILCOTE, Ronald H. Família e classe dominante em duas comunidades sertanejas do Nordeste brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n.67/68, jul./1988-jan./1989, p.181-208.
- COMERCIALIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE PREÇOS. REGIÃO DO SERTÃO CEARENSE. Campinas: INCRA/UNICAMP, [19?], v.2.
- DAVID, Maria B. de A. Política agrária e política agrícola na nova Constituição. In: *Perspectivas da economia brasileira: 1989*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1989, p.505-513.
- EASTON, David. O sistema político sitiado pelo Estado. In: LAMOUNIER, Bolivar. *A ciência política nos anos 80*. Brasília: UNB, 1982, p.129-149.
- FERREIRA, Assuero. Elementos estruturais do subemprego no Nordeste brasileiro. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v.13, n.4, out./dez., 1982, p.743-759.
- . Esboço de um perfil sócio-econômico do estado do Ceará.

- Fortaleza: CAEN/UFC, 1989. (Texto p/ Discussão, n.89).
- . O Nordeste brasileiro, contraponto inacabado da acumulação? *Revista de Economia Política*. São Paulo, v.3, n.3, jul./set., 1983, p.71-87.
- . Pobreza urbana e distribuição de renda na região metropolitana de Fortaleza. Fortaleza: CAEN/UFC, 1983. (Série Relatório de Pesquisa, n.24).
- FERREIRA, José. C. *et al.*. Incentivos fiscais e a criação de empregos no Nordeste. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 7., 1977, Atibaia. *Anais ...* São Paulo: ANPEC, 1977, p.811-846.
- FERREIRA IRMÃO, José F., SAMPAIO, Yoni. Estrutura agrária, produção e emprego rural do Nordeste. In: *Capitalismo e força de trabalho*. Salvador: UFBA, 1983, p.131-166. (Mestrado em Ciências Sociais).
- FURTADO, Celso. Prefácio a nova economia política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- . Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (col. Os Economistas).
- GOODMAN, D. E. *et al.*. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v.5, n.4, out./dez., 1985, p.31-55.
- GRAMSCI, Antonio. A questão meridional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GTDN - Uma política de Desenvolvimento do Nordeste. IN: BARROS, J. R. M., VERSIANI, F. R. (orgs.). *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977. (Série ANPEC, Leituras de Economia).
- HAGUETTE, André. O pequeno produtor rural e a estrutura de poder: um estudo bibliográfico do produtor rural de "baixa renda". Fortaleza: CETREDE, 1983. (col. Pesquisa Social).
- . (coord). O produtor de baixa renda: análise de um conceito. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v.10, n.1/2, 1979, p.7-43.
- HAGUETTE, Teresa M. F. A pequena propriedade face a uma situação de mudança. (Relatório de pesquisa). Fortaleza: NUDOC/UFC, 1987. (Série Idéias, n.7).

- HALL, J. A. , IKENBERRY, G. J. O Estado. Lisboa: Estampa, 1990.
- HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição da renda e pobreza na agricultura brasileira. In: DELGADO, Guilherme, C. *et al.* (orgs.). Agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA, 1990, p.3-111. (Série IPEA, n.127).
- . Distribuição da renda no Brasil, em 1980, por unidades da Federação. Revista de Economia Política. São Paulo, v.3, n.1, jan./mar., 1983, p.31-41.
- IANNI, Otávio. Ditadura e agricultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- . *et al.* Nordeste: história e política. Recife: PIMES, 1980. (Comunicações, n.28).
- IVO, Anete B. L. A violência muda: notas sobre o Estado e cidadania dos trabalhadores rurais. Salvador: Caderno CRH-03, 1985.
- JATOBÁ, Jorge. Desenvolvimento regional no Brasil: políticas e controvérsias. Recife: CME/PIMES, 1979. (Série Textos p/ Discussão, n.79).
- . *et al.* Expansão capitalista: o papel do Estado e o desenvolvimento regional recente. Recife: CME/PIMES, 1980. (Série Textos p/ Discussão, n.82).
- KAGEYAMA, Angela A. (coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme C. *et al.* (orgs.). Agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA, 1990, p.113-223. (Série IPEA, n.127).
- , SILVA, José G. da. Produtividade e emprego na agricultura brasileira. In: Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. São Paulo: Brasiliense, 1983, v.2, p.192-222.
- KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (col. Os Economistas).
- KEYNES, John M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (col. Os Economistas).
- KINZO, Mary D. Colonização e as transformações na estrutura de classes: de posseiros a colonos. Brasília: UNB, 1982. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).

- LAPA, José R. do A. (org.). Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis: Vozes, 1980. (col. História Brasileira, n.5).
- LEITE, Ana C. T. Mercado de trabalho no Nordeste - o legado da ação do Estado: uma análise do estado do Ceará. Fortaleza: CAEN/UFC, 1988. (Dissertação de Mestrado em Economia).
- LEMOS, José de J. S. Pobreza rural no Ceará: um corte macro por micro-regiões e municípios. Fortaleza: Dep. Economia Agrícola/UFC, 1991. (mimeo).
- _____, et al.. A questão da produção e do abastecimento alimentar no Brasil: diagnóstico regional - região Nordeste. In: AGUIAR, Maria de N. (org.). A questão da produção e do abastecimento alimentar no Brasil: um diagnóstico macro com cortes regionais. Brasília: SEPLAN/IPEA/IPLAN/PNUD/ABC, 1988.
- LENIN, Vladimir I. Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Brasil Debates, 1980. (col. Alicerces).
- LIMA, J. Policarpo R., MELO, Lucia C. P. de. Cana-de-açúcar no Nordeste: ostracismo tecnológico, caminhos alternativos e rebatimentos regionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 17., 1989, Fortaleza. *Anais ...* São Paulo: ANPEC, 1989, v.3, p.1287-1301.
- LINHARES, Maria Y., SILVA, Francisco C. T. História da agricultura brasileira: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LOPES, Ignez G. V. Indefinições na política agrícola e a discriminação do pequeno produtor rural. Brasília: Informativo C.F.P., 1987. Carta Mensal da SUPEC, ano 2, n.5.
- LOPES, Juarez R. B. Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo. São Paulo: Brasiliense, 1976 (Caderno Cebrap, n.26).
- LOUREIRO, Maria R. G. Parceria e capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar/FGV, 1977. (Biblioteca de Ciências Sociais).
- MAFFEI, Eugenio, SOUZA, Hermínio R. de. Evolução recente e impactos da irrigação sobre o emprego no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 17., 1989, Fortaleza. *Anais ...* São Paulo: ANPEC, 1989, v.2, p.673-692.
- MAIA GOMES, Gustavo. Estado e capitalismo no Brasil

contemporâneo: uma interpretação global. Recife: PIMES, 1985.

MANUAL DO RECENSEADOR (CA 2.06). CENSO AGROPECUÁRIO DE 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

MARANHÃO, Sílvio. (org.). A questão Nordeste. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____, SAMPAIO, Yony. Estado, planejamento regional e classes sociais no Nordeste. Estudos Econômicos. São Paulo, v.17, n.3, set./dez., 1987, p.405-433.

MARTINS, José de S. (org.). Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec, 1981.

MARX, Karl. O capital: crítica de economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (col. Os Economistas, v.1).

MATHIAS, Gilberto, SALAMA, Pierre. O Estado superdesenvolvido. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MOLINAR, Eldis C. B. o crédito rural no Brasil: relação com a modernização da agricultura e aspectos distributivos. Piracicaba: 1984. (Dissertação de Mestrado em Agronomia).

MOREIRA, Raimundo. O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste, v.4).

MÜLLER, Geraldo. Estado, estrutura agrária e população: estagnação e incorporação regional. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980. (Cadernos CEBRAP, n.32).

NAKANO, Yoshiaki. A destruição da renda da terra e da taxa de lucro na agricultura. Revista de Economia Política. São Paulo, v.1, n.3, jul./set., 1981.

NASCIMENTO, José E. do et al.. Programa de desenvolvimento da cultura algodoeira do estado do Ceará. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, jul., 1991.

NOTTINGHAM, Philipe T. POLONORDESTE: um programa de desenvolvimento rural integrado? Fortaleza: CAEN/UFC, 1989. (Dissertação de Mestrado em Economia).

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1981.

_____. Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento

- e conflitos de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PEDRÃO, Fernando. A posição do Nordeste na economia nacional. In: *Capitalismo e Força de Trabalho*. Salvador: UFBA, 1983, p.219-231. (Mestrado em Ciências Sociais).
- POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. Nicos. Poder político e classes sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- REZENDE, Gervásio C. de. Estrutura agrária, produção e emprego no Nordeste. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, v.9, n.1, abr., 1979, p.33-82.
- _____. Política econômica e agricultura na década de 80. In: *Perspectivas da economia brasileira: 1989*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1989, p.477-498.
- ROCHA FERREIRA, Leo. Perspectivas dos programas de irrigação. In: *Perspectivas da economia brasileira: 1989*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1989, p.499-504.
- ROLIM, Cássio F. C., CARLEIAL, Liana M. da F.. O complexo agroindustrial do algodão no Ceará: considerações iniciais sobre as implicações de sua desarticulação. Fortaleza: CAEN/UFC, 1991. (Texto p/ Discussão, n.87).
- _____. A integração desintegradora: estudo de caso do complexo agroindustrial do algodão no Ceará. In: *ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 18., 1990, Brasília. *Anais ...* São Paulo: ANPEC, 1990, v.3, p.1103-1122.
- SAMPAIO, Yoni et al.. Política agrícola no Nordeste: intenções e resultados. Recife: CME/PIMES, 1979. (Série Relatório de Pesquisa, Estudos n.3).
- SANTIAGO, Wilter. Intervenção federal na economia do Nordeste: a terra como limite político-histórico. In: *Capitalismo e Força de Trabalho*. Salvador: UFBA, 1983, p.189-200. (Mestrado em Ciências Sociais).
- SANTOS, João B. F. dos. Consequências sócio-econômicas da praga do bicudo na cultura do algodão. Fortaleza: SINE/CE, 1987. *Resenha do Mercado de Trabalho*, jan./jun., 1987, p.38-41.
- SARMENTO, Walney M. Estrutura agrária e migrações rural-urbanas. In: *Capitalismo e Força de Trabalho*. Salvador: UFBA, 1983, p.79-97. (Mestrado em Ciências Sociais).

- SILVA, José G. da. (coord.). Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo: Hucitec, 1980.
- . (coord.). Estudo setorial sobre a implantação de projeto de irrigação no âmbito do PROINE e a problemática fundiária do Nordeste. Campinas: UNICAMP/PRONI/FECAMP, 1988. (Relatório Síntese - versão preliminar para discussão, n.º24/87, mimeo).
- SILVA, Sérgio S. Sobre a estrutura de produção no campo. In: Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. São Paulo: Brasiliense, 1983, v.2, p.177-191.
- SILVEIRA, José D. da, SISNANDO, Pedro. Estudos sobre a agroindústria no Nordeste. Fortaleza: Secretaria Nacional de Irrigação, 1991, v.6.
- SINGER, Paul. A crise do "milagre": interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SOUZA, Simone de (coord.). História do Ceará. Fortaleza: UFC/Fund. Demócrito Rocha, 1989.
- SUDENE: voltar a planejar? Espaço & Debates. São Paulo, ano 7, n.20, jan./mar., 1987, p.95-113.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. Análise crítica das políticas para o setor agropecuário. In: Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. São Paulo: Brasiliense, 1983, v.2, p.223-240.
- VEIGA, José E. da. O sentido econômico da reforma agrária. São Paulo: FEA/USP, 1990. (Texto de Discussão Interna, n.º8/90).
- VIEIRA, Maria S. de A. As formas de agricultura no Nordeste e suas relações com o modelo econômico do pacto colonial. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v.10, n.1/2, 1979, p.159-196.
- WILKINSON, John. Agricultura x Indústria: os espaços da produção familiar. [198-], (mimeo).

BCME-BIBLIOTECA